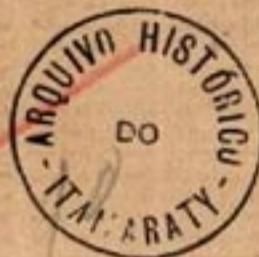


No posto de fôrça
& fôrças

Porto Alegre 31 de Dezembro de 1873.

Mostrar o Conselho foi o que lhe comandou

Mic

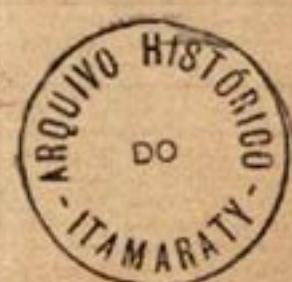


Quanto à milha que iria a Desembargo entre o "Rio Grande" e a "Reforma" ficou em muitas questões de interesse local e sem importância real. Por esse motivo teria pedido redimir a menor imprecisão ao restabelecermos, que aqui juntar evocaramos. Mas não haver deve abster porque é preciso que a "Reforma" da Corte venha a tratar das sucessivas apreciações e transversas artigos e sua conciliacionária e humanitária tese da cidade, e as previsões de que afora suceder, as respostas dadas aqui facilitarão os cálculos que vêm acunhar apresentar.

O Dr. Silveira Martins tem dirigido a opinião da "Reforma" e se conformidade com as suas antigas e conhecidas habilitações. Se sua ambição tem sido sempre a subtração, a reforma magari, a imortal gravata e a ameaça. Se seu ardor não lhe couber, permane digno e respeitável que seja, que resulta a esse respeito de apreciar, certo que ha um tanto em cada alternativa sua uma brecha. E este é o primor a temer e da aplicação desse sistema a sua pessoa. Entende, por

que com desembarcante adversário não tinha
que guardar contemplação, sob pena de
fazer esmorgado, e anteriormente a transcrição
de um artigo do "Echo do Sul" que o agredia
com todo a violência e fermeza da fala
de sua vida privada, que dão triste ideia de
seu caráter. A consequência foi
que a "Reforma" considerou a sua longa
gêndu durante alguns dias, e que o Dr. Gaspar
não justificaria em público. Se não
givesse lei os artigos a que se refere, haveria
tare e contraste perfeito que criaria entre os
artigos que o Dr. Gaspar assignou e os que ex-
eriu sobre amargos, e despira. No
primeiro caso tem a monumentalidade de condic-
io, mas no segundo Prejudica toda a sua ligeir.
E valente triste ter de entrar em lutas dessa
natureza.

A oposição não tem sido feliz, visto que por
um lado está consolidando a minoria do parti-
do conservador, e por outro provocou o appara-
mento de dissidentes e divergências no partido
liberal. O artigo de Lattalha do Sul-bras-
sileiro no segundo numero do "Rio Grandense" que
publica a Revista para a Corte, manifesta
aqueelas divergências, e tem importancia
mas só por ter escrito pelo Dr. Henrique de Alvi-
la, como por que é o primeiro signal de des-
chegueira as intimações do Dr. Silveira e Bar-
tins, cujo domínio tem sido supportado em si-
lencio.



Sobre a questão do contrabando na Província publicando "Pro provindia" um artigo que muito em comum havia a "Reforma", como se vi das respostas atribuídas ao Dr. Paraná. As acusações feitas ao Dr. Silviano Martins prendiam a sua posição no Rio Grande, cuja Comunhão estava muito interessado na supressão do contrabando.

As questões do Caminho Novo estão em suspenso de solucionar porque a Câmara Municipal, recusando cumprir os Avisos do Governo, não deixaram nenhuma alternativa senão a sua suspensão. Fizemos-nos também esta medida por que estando a opinião transversada na opinião pública da questão, devíam que fosse dissolvida.

As outras antigas aqui juntas tratam também de questões locais. As acusações que em soft dizeram, tem sido refutadas, e as suas respostas das emendas, nenhuma segue o exemplo de desconsidernamento que dá a "Reforma". Não há epithete injurioso que não me seja lançado, e já se lembraram de ameaçar-nos com uma revolução.

Demasiante violência já toca á raiz da leisura.

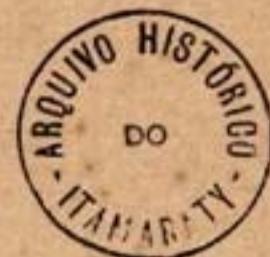
Querida Blz^a auxiliar as seguranças da sua alta consideração com que temos a honra de ser

De Vlo^a

Amo devoce e Blz^a los
José Pinto Coimbra ulto mey

Relatos dos jornais de Porto Alegre.

Summario.



- Nº 1 Relato para a cópia e transcrição de um artigo
do jornal liberal de Jaguara - Itália do Sul -
em apoio da administração.
- Nº 2 Disenpas sobre a entrega das terras de Baumholder.
Nº 3 Idem sobre a nomeação do Com^{to} e Ofícios para
a Força Policial
- Nº 4 Idem sobre a licença de um anno concedida ao en-
genheiro José Francisco das Santas Genuinhas.
- Nº 5 Publicações das fisi e ofício dos brs. Barão de S. Bento
e Visconde de Pelotas.
- Nº 6 Continuações da disenpas sobre pagamento de ju-
ros à Comp. d'Estado de fisco d. S. Leopoldo.
- Nº 7 { a - Disenpas sobre contrabando na Pára
{ b - Artigos gerais, e desaparecimento do "Constitucional"
{ c - Artigos políticos e disenpas das actas da Presid.
- Nº 8 - Disenpas sobre a transcrição de um artigo do
Echo do Sul centro - D. Gaspar da Sil-
veira e Martini

VI

1

Revista para a Corte

Transcrição de um artigo do jornal liberal - Atalaia do Sul - apoiando a administração



governante por unha quinzena, que o explora em proveito de seus interesses iodividuais, os lairdões todos se encrespão e arripão, e gritão com santo horror: que oppoção! que homens malevolos são os liberares do Rio Grande!»

E porque todo esse barulho?

Por causa de mil e tantos palmos de terreno, de inconfessável propriedade particular, que até agora não tem servido ao público, mas sim a seis ou sete protegidos da fortuna, que os tem ocupado com estairos, depósitos de madeira, etc.!

Eis o grande cavalo de batalha da «Reforma».

Pois nós lhe diremos que o público intrará mais com esses terrenos quando dificados pelas suas legítimas proprietários, do que hoje, que esses mesmos terrenos só servem para meia duzia de afilhos os.

Está fresco o «legado ouro público» da Reforma.

Theogonia. — A «Reforma» gosta da lembrança dos «di minorum genum», mas julgando a ideia pouco clara, atou de desenvolver a mais e apresentou seguinte característica do partido liberal:

«Fazendo a distinção em três classes: primeira e segunda ordem nas fileiras do partido liberal, elas bem devem entender o quanto lamenta que entre os seus membros (?) não haja de primeira classe HU MAIORUM GENTIUM», senão, TRANSITO,

das ordens do e terrenos do Cami-

S. Ex. o Sr. p. a camara munici-

trias para embas-

marcou-lhe no dia

de 10 dias paixão para o Rio Grande hoje à uma hora

aviso do ministério tarde.

ta resolução imp. **Bellido** — Continua hoje às 4 horas

cônselho de Estado tarde o leilão de móveis, que teve co-

mo ante hontan, na rua do general An-

do Naves em frente ao Café da Fama.

E o que não co-

meceu. — Rezão se hoje na igreja

expedição da Prédial, às 7 1/2 horas da manhã, por

do fidalgo Couto ema e D. Anna Lemes da Silva, falli-

cando o governo à na cidade do Rio Pardo.

província de cump. **Mais**. — Fechão-se hoje no correio

de tenta fazer ao Brasil para o Rio Grande, cortes e provin-

as d. império, sendo os jornais recebi-

as até as 9 horas do dia, as cartas regis-

tradoras, só por 1/2 ou até as 11 com o porte duplo.

Balle — Em solemnização ao 7º an-

Nem é essa quer de sua fundação, da hoje uma expi-

se para o município da Leopoldina, a

cidade «Recreio Commercial».

Os mil e tantos à directoria tem empregado todos os es-

inconfessável pratos para que o balle não fique inferior

herdeiros do finado que em data tão memorável para a so-

dade tem sido dados em annos ante-

res.

aremos depois dessa festa detalhada

de felizes mortaes nô.

Cumprimento. — No domingo,

no aniversário, foi a comissão dos

mais Litterarios cumprimentar a

ma. Sra. D. Luciana de Abreu, que na

leitura que fez na noite de 20 do cor-

rente, sobre a educação da mulher, revelou

imavés dotes oratórios e raros conhe-

porque a acha proventos.

E assim que elégem breves, mas eloquentes palavras o

da província com e Damasceno Vieira declarou à intelli-

do o exemplo do ex-

clamando contra

a prova de apreço por parte da esperan-

do povo porto-alegrense.

Ainda bem queclarando qu-

entes como uma animação para enco-

al-a, d. que como a homenagem aos

anunciados merecimentos.

Duchênes e não à lembrança que teve a sociedade «En-

dos que desejão tuos» é dig. de todo o encorajamento

de r saudar à illustre senhora que ti-

a a coragem de vencer o preconceito

a vir à tribuna pugnar pelos direitos

do sexo, e esse dever cumprido o nobre

de desenho.

qualidade de 1º suplente, o cidadão José Guedes Luiz.

Approvação. — Por aviso do ministério da guerra de 12 do corrente, foi aprovada a deliberação tomada pela presidência de permitir que o casal do 4º regimento de cavalaria ligeira Pedro Felix de Melo Mallet fosse aguardar em Jardim o resultado da inspeção de saúde a que foi submetido nesta província.

Instrução pública. — O respectivo director geral foi autorizado a contratar o ensino dos meninos pobres que tiverem de frequentar a sua publica da picada Feliz com o professor particular Carlos Petermann.

Igreja de S. Borja. — A comissão encarregada das obras da igreja matriz de S. Borja foi autorizada a contratar as obras mais essenciais, para as quais pode contar com 14 500 000 réis, que existem em ser na thezouraria de fazenda, como restante do produto da loteria concedida para tais obras, além de 6 500 000 réis que estão em seu poder.

A entrega d'aquele somma depende da remessa da cópia do contrato que a mesma comissão efectuar.

Foram nomeados o major Antônio José Vianna e Alvaro Mariense de Silva para membros da comissão, em substituição do coronel Tristão de Araújo Nobreza, que foi ultimamente exonerado, e do Dr. Polycarpo Antônio Arapaga do Amaral, que actualmente aqui reside.

Exoneração. — Foi concedida a que solicitou J. do Antonio de Andrade o cargo de Juiz comissário do município de Triunfo.

nossas palavras, uma vez que a não oponha ordens do governo, providenciar, e cremos que o fará, que de ora em diante os seus officiários, quando possível seja, ao correr e hora da partida dos vapores de, para que o comércio tenha a casilho de remeter a sua correspondência.

A oficialidade da marinha brasileira composta de cavaleiros brancos moços de merecimento experimentado levará a mal servir assim o comércio da província, porque ambos têm no ci um mesmo sentimento — o desejo e progresso do país.

O pequeno trabalho que se terá que o correio possa receber e expor correspondência particular, terá um guia compensação — a convicção do mercê de que o Exm. Sr. chefe de d. Linda e seus officiários não descuidarão de fornecer-lhe, malas de comunicação vando-lhe a correspondência.

E porque o não diremos?

A nós mesmos, os da imprensa, sem proveito, e muito conveniente e vapores de guerra conduzió e trágico malas do correio, quando só ass mais desafogadamente podemos satisfazer os compromissos que temos com o bicho.

Pensando assim, e sem receio, e podendo incorrer na pecha de pelo interesse próprio à capa do intendente, animamo-nos a reclamação que fizemos, porque achamos a justa, e fóra de termos.

Um título barato. — Algumas pessoas de Lisboa, diz um correspondente recebido da Inglaterra cartas traduzidas, dizem assim:

«Senhor. — Penso a hora de informar V. S. que tenho em meu poder os diplomas de d. da universidade americana de Philadelphia, que é uma das mais famosas Estados Unidos, cujos estatutos lhe exijo que lhes coça toda a atenção.

«Eu faço todas as despesas a custa, V. S. receberá o seu diploma que para isso tenha necessidade de nenhuma viagem.

«Custar-lhe-há sómente a quantia de 250\$, sem mais desembolso.

«Fiel às ordens de V. S. para que julgar útil ou agradável. — Sou o S. — Muito atento venerador e criado F. A. Vander Vyver. »

E sem dúvida o mesmo indivíduo que a Reforma fez correr um anúncio no nome de Medicus — de Jersey.

Um diploma de doutor, por 500 000 da mais barata e o sujeito deve fazer negociação, mormente nessa época em segundo parecer, o diploma é tudo...»

Presente. — Lemos em uma correspondência de Lisboa que tinham chegado em bom estado aquela cidade, e já visto sido remetidas para o jardim das Necessidades as cinco caixas com pratas do Brasil, enviadas a el-rei Fernando por Sua Magestade o Imperador.

O imperador Guilherme Galeria brasileira. — Escreve de Viena:

«O imperador Guilherme I, em suas visitas à exposição, passou pelo jardim brasileiro e mostrou satisfação observar alguns grupos de nossos países agrícolas. Parando diante da vitória que está a bandeira brasileira bordada casa das exposições de Pernambuco, contou a um dos membros adjuntos da comissão superior qual a razão pela qual a nossa bandeira se tinha posto um mero de café e outro de fumo, e bem assim cruz sob o globo, o que até então tinha podido compreender: tendo sido resposta satisfatória, retirou-se, deixando uma cortesia ao brasileiro que acompanhava durante a visita à nossa loja.

Cabo submarino. — Ao editor do «Daily News» escreveu de Londres 4 de Novembro a agência da empresa Brasilian Submarine Telegraphs: Londres, 4 de Novembro de 1873.

RIO-GRANDENSE.

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 1873.

REVISTA PARA A CORTE.

O velho «abyssus abyssum invocat» também aplicação à Reforma desta capital, que depois do primeiro passo erroneo, despenhou-se num verdadeiro labirinto de erros, perdendo totalmente o bom senso e o espírito de justiça, únicos fios de Ariadne que podem salvar a imprensa em situações difíceis.

Sabem os leitores da corte que não o partido liberal, mas a «Reforma» (que se apelidou orgão desse partido, quando de facto só o é dos interesses políticos e privados de alguns moços, que se apossaram de sua direção) rompeu com o governo da província por causa d'uma questão de alferes (de Bagé), em que só tinha interesse local o Dr. Silveira Martins, atirando-se à oposição.

«Error, errorem parit: a «Reforma», uma vez opositora e não encontrando na justiça e honesta administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes motivo para sérias censuras, que logo não fossem paixões desordenadas com a verdade dos factos, tentou

desenvolver a sua direção, e logo, de novo, despenhou-se num verdadeiro labirinto de erros, perdendo totalmente o bom senso e o espírito de justiça, únicos fios de Ariadne que podem salvar a imprensa em situações difíceis.

A causa é outra. A «Reforma» queria, excitando imavés dotes oratórios e raros conhecimentos, acha proventos.

E assim que elégem breves, mas eloquentes palavras o da província com e Damasceno Vieira declarou à inteligência o fim da comissão.

Exma. Sra. D. Luciana de Abreu, que na leitura que fez na noite de 20 do corrente, sobre a educação da mulher, revelou

imavés dotes oratórios e raros conhecimentos, acha proventos.

Op 2

Terreno do Caminho Novo

A REFORMA.

PORTE ALEGRE 25 DE DEZEMBRO.

ATTENTADO.

O Sr. Carvalho de Moraes já não respeita, sequer, o poder judiciário, cujas atribuições invade, decidindo sobre a propriedade individual; cujos direitos cercas, culcando-se à cima dos tribunais.

Em matéria de domínio não ha senão um juiz competente, é o poder judiciário — quer a propriedade seja individual, quer pública: municipal, provincial, ou do Estado.

Com efeito, a constituição garante o direito de propriedade em toda a sua plenitude, seja quem for o proprietário.

E debaixo do ponto de vista do domínio, o proprietário — Estado, província, município, corporação, ou cidadão é sempre uma pessoa física ou moral com iguais direitos à garantia confiada a um poder especial, a uma magistratura independente da acção do governo.

E essa uma garantia de liberdade para o cidadão, que assim pôde manter seus direitos individuais ao abrigo do poder descuracionário do executivo.

O poder judiciário julga com fórmulas protectoras demoradas, que alongam os processos, é verdade, mas que asseguram o direito contra a surpresa, exigindo citações, discussão, documentos, testemunhas, factos, exames, e todo o gênero de provas capazes de esclarecer o juizo, e dar a conhecer a verdade, que deve ser afinal sentenciada com a lei conforme o alegado e provado nos autos, e não à arbitrio do julgador.

A questão que actualmente existe entre a câmara municipal de Porto Alegre e os herdeiros de Couto, sobre o domínio dos terrenos beira-rio, no Caminho Novo, é puramente particular, porque a municipalidade e a herança são dois indivíduos que ventilam seus direitos.

Quem o juiz do domínio senão a Décrcrito.

O Sr. Carvalho de Moraes, inaugura na província do Rio Grande do Sul, o regimen do saque, que não é o da boa ordem, da legalidade de que tanto se gaba a monarquia d'America; e queira Deus, se não arrependam. Quem semead veneno, que muerto é que colha tempestades?

As questões de domínio são em todos os países privativas dos tribunais ordinários:

A intervenção do governo, é, portanto, uma侵攻 contra o poder judiciário.

Enquanto o litígio não se decide por sentença passada em julgado, o possuidor, embora injusto, presume-se proprietário legítimo, e é mantido na sua posse.

Ora, o acto do Sr. Carvalho de Moraes, de 17 de Dezembro corrente, dando provimento ao recurso do Dr. Carvalho Campos, tanto reconhece o facto da posse da câmara nos terrenos litigiosos que ordena-lhe — que dentro de dez dias, se reúna em sessão extraordinária para o fim de declarar que considera sem efeito os termos de arrendamento dos ditos terrenos, assignados por alguns indivíduos, a fim de que os pretendentes proprietários entrem no uso e gozo da propriedade.

E, portanto, além de nulla, como partindo de autoridade incompetente, que carece de jurisdição para decidir a questão, erronea e injusta, em sua essência, a decisão do Sr. Carvalho de Moraes.

Esta nobre cidade de Porto Alegre deva, pelo que ali fica exposto, apreciar a capacidade do presidente, que mandou-lhe o governo central.

Os particulares não podem contar com garantias, quando a própria capital está ameaçada de saque em favor de felizes protegidos.

A propriedade do município, a praia d'um rio-mar, que pertence a todos que habitam a cidade, é, por acto do Sr. Carvalho de Moraes, que mal interpreta, sem dúvida, as ordens do governo, arrancada ao povo para ser oferecida de mimo a poucos privilegiados!

Para isso o Sr. Carvalho de Moraes está prompto a suspender a briosa câmara municipal actual, impedindo-a de defender a propriedade do município, que é a propriedade de todos os municípios, grandes e pequenos, ricos e pobres.

O que resta ver, é, se o Sr. Carvalho de Moraes encostará, nesta nobre cidade, de homem, que sacrifiquem o brio, a honra, a dignidade, e os direitos da cidade, que lhe defende, à vergonha de passar 30 dias como vereador que não verá, mas bedece submissos às ordens do seu senhor, d'uma parte, d'outra parte, contra os que exercem um poder que não é de governo, e que é de direito, e que é de justiça.

O procedimento dos liberaes, que aliás guerreavam como adversários políticos, e embateu a auréola perfeita dos zig-zags do

Veremos o que fazem, hoje, os suplentes conservadores, visto como pelos decretos do Sr. Carvalho de Moraes, S. Ex. já não pôde recuar; a suspensão e processo da Câmara, consequências imediatas dos doutrinários locomotivistas com as suas aderentes no

que a mulher não fosse impeditida de votar os deputados da nova organização, aliás no sentido da nova forma de ser, e que a mesma só determina o seu direito de voto se haja votado a alterar suas leis de sexo passaram para o outro; e a bello sexo pedem a reforma, e a reforma que por qualquer forma tem de ser feita, os mestres que haja impõem.

RIO-GRANDENSE.

X Porto Alegre, 27 de Dezembro de 1873.

TERRENOS DO CAMINHO NOVO.

Sob a epígrafe «attentado» publicou a «Reforma» um artigo, censurando o acto da presidência da província em relação à câmara municipal desta cidade. Refere-se o acto à conhecida questão dos terrenos do Caminho Novo.

Não comprehendemos como de uma questão de propriedade se pretenda fazer bandeira política, a não ser, como meio de oposição, sempre condenável, ou para armar a uma falsa e ilusória popularidade.

O direito de recorrer ao poder judicial subsiste depois de cumprido o aviso do governo imperial. A «Reforma» em vez de inspirar aos seus correligionários o caminho da lei, anima-os no procedimento que acabou de ter, ser nenhuma vantagem para o município, subordinando assim a conveniência pública ao interesse político de ocasião.

Acompanharemos a «Reforma» para ver na discussão que acaba de encetar e o faremos sem nenhuma prevenção, e com a calma necessária.

Diz a «Reforma»:

.. A questão que actualmente existe entre a câmara municipal de Porto Alegre e os herdeiros de Couto sobre o domínio dos terrenos beira-rio, no Caminho Novo, é puramente particular, porque a municipalidade e a herança são dois indivíduos que ventilam seus direitos. Em matéria de domínio não ha senão um juiz competente, é o poder judiciário.

Sem perverter as noções mais elementares do direito, sem uma inversão calculada dos termos de uma questão tão simples, podia a «Reforma» lançar à circulação pública as tão patentes proposições que deixamos reproduzidas e as quais dominam as conclusões firmadas no editorial a que estamos respondendo.

Quais os direitos da câmara municipal? Aonde o título de propriedade e de posse sobre os questionados terrenos? Na concessão de 1834, por ventura?

Essa concesso é a prova mais irrefragável da justiça e legalidade do acto do governo e da má fé, com que se pretende a sombra de interesses públicos occultar o pensamento de uma oposição faciosa.

A concessão de 1834, que nem de um título de propriedade tem a forma, reservou para logradouro do município, entre outros, os terrenos beira-rio, n.º Caminho Novo, «excepto as que estivessem no domínio particular por qualquer título legítimo.»

Por essa concessão o Estado não demitiu de si nem a propriedade nem a posse civil. E isso claro, como a luz meridiana. Bastão os termos da concessão. Declarar à câmara que são concedidas para logradouro do município três e taças terrenos, não é transmitir a propriedade na forma do direito. Sobre este ponto nunca se levantou devida alguma.

Se a «Reforma» aceita, como supomos, a regra «optima erit est legum interpres consuetudo», consulte os actos do governo, esparsos nas colecções, e se convencera de que nunca se deu a essas concessões intelligenzia diversa.

A REFORMA.

PORTO ALEGRE, 28 DE DEZEMBRO.

A redacção da « Reforma. »

O Rio-Grandense de hontem, no artigo — Terrenos do Caminho Novo — cita o meu humilde nome para explicar a altitude actual da camara municipal em relação á propriedade d'esses terrenos, e se o faz com grande injustiça, emprega todavia em relação á minha pessoa termos decentes e comedidos.

Não posso hoje, por incommodos de mesmos, ocupar-me d'imprensa, por isso, não dou resposta; mas para provar ao articulista que não é meu firmar a uma falsa popularidade, como o artigo insinua, e que sou levado só pela ideia da justiça, assignarei o meu nome nos artigos que escrever, e espero que o meu adversario, a quem não faço a injustiça de suppor inspirado só pelo interesse individual de advogado ou de parte, fará outro tanto.

Dois vantagens resulta d'este procedimento:

1º A discussão será grave, aprofundada, e respeitosa;

2º O publico ficará formando por si um juizo exacto da questão, para applaudir a camara em seu nobre procedimento, ou para obrigar-a a curvar-se ás ordens do poder competente.

D'este modo convenceré a todos, até mesmo áquelles que fingem não acreditar, que o parecer que dei é a expressão sincera da minha consciencia e da minha sciencia.

Amanhã trataré da materia; e da lealdade do meu adversario confio, que me não opporá uma *testa de ferro*, que assina o que outros escrevem, ainda mesmo que seja a propria parte interessada.

A não ser advogado, não conheço nesta cidade, quem possa discutir a questão; portanto, o meu convite é no presuposto de que vou discutir com um collega.

G. SILVEIRA MARTINS.

As camaras municipais, di rem os avisos, de 24 de Janeiro de 1855, 23 de Agosto de 1853 e n. 144 da 3 de Abril de 1860 e n. 234 de 19 de Julho de 1862, não podem dispor dos terrenos beira-rio, « como bens do conselho, de que trata o artigo 42 da lei de 1º de Outubro de 1828, porque elles não lhe são cedidos em aforamento, nem « doados »; mas apenas reservados para servidão publica, quando as mesmas camaras os julgão para isso necessarios, « desde que o não são e queirão aforal-os », tomão a natureza de devolutos para serem aforados pela fazenda publica, a quem revertem.

Dizem ainda os avisos de 5 de Novembro de 1856 e 19 de Julho de 1862 que dos terrenos concedidos ás camaras reclamados para logradouros publicos, não é necessário que se passem títulos gerais ou especiais; basta uma certidão dos termos de demarcação, « que na forma das leis devem ficar nas thesourarias ».

Seria longo enumerar um por um todos os actos do governo referentes ao caso; bastão os que levamos apontados.

E, pois fôra de dúvida que, os direitos da camara em relação a esses terrenos não podem ser outros que os de uma mera administração, isto é, a posição jurídica da camara qualifica-se perfeitamente assim:

« Est in possessione tenet, sed non possidet ».

Que os patronos da camara assim também o entendem é facto que ninguém pôde círistar. Chamamos á autoria o Sr. Dr. Florencio, que sempre sustentou o domínio do Estado nas razões de recurso que ofereceu por parte da camara municipal perante o governo imperial, e a proprias « Reformas », que até a chegada do Sr. Dr. Silveira Martins reconhecia solemnemente a sujeição desses terrenos ao domínio do Estado.

Apenas chegado á esta cidade, o Dr. Silveira Martins, com o poder dictatorial que todos lhe reconhecemos, « decretou »:

Que a camara tinha adquirido a propriedade por antiquissima posse — revogados os termos da concessão de 1834 e o axioma jurídico — Nemo sibi causam possessio mutata p. test. ».

Que como meio de oposição para que poder-se à seu salvo desobedecer aos actos legítimos do governo tinha a camara o direito aos interdictos possessórios, « revogadas as disposições de direito que exigem para o uso dos interdictos o facto da violencia e não o concedem ao mero detentor contra o proprietário eo possuidor jurídico. »

Em quanto porém esse «decreto» foi aceito pelo poder legislativo do paiz, continuaremos a afirmar que no Estado pertence a propriedade á posse dos terreiros.

não podia a presidência cerrar os olhos ao procedimento da camara, recorrendo diariamente a novas e mais futeis evasivas, que revelavão o propósito deliberado de adiar indefinidamente a execução, que devia ser prompta e imediata, do aviso imperial.

Coloque-se nas condições do aviso, e diz o acto do governo, recorra depois, como entender, ao poder judiciario.

Se assim procedesse, teria a camara conciliado os seus interesses com o dever de obediência, a que não pode furtar-se sem incorrer em crime de responsabilidade.

Do exposto concluimos:

Que o governo era competente para tomar conhecimento de um acto seu, como é a concessão de 1834, e que podia ampliá-la ou restringi-lá, segundo as necessidades do município ou em face do direito de terceiros realmente prejudicados;

Que a camara municipal em relação aos terrenos questionados funciona antes como corporação administrativa, do que propriamente como pessoa jurídica: cumple antes uma obrigação legal do que exerce um direito: administra, enquanto subsista o domínio do Estado;

Que, como corporação administrativa, está a camara imediatamente subordinada ao presidente da província pela sua lei orgânica; e em caso nenhum tem ella competência para conhecer se o governo usou bem ou mal de uma atribuição que lhe confere a lei;

Que não cumprindo a deliberação do governo provincial, ataca ella a propriedade individual garantida pela constituição: tenta perturbar a marcha da administração e coloca-se acima das leis.

« Semelhante procedimento é não só ilegal, mas violento e até revolucionário. »

E a «Reforma» pretende convencermos de que é o patriotismo que inspira os seus concorrentes!

Terminamos por hoje.

da ta facilidade em tempo frio, mas de verão torna-se dificultosa e as vezes até impraticável.

NOVOS PLANETAS.

O bem conhecido astrônomo, B. Luther, do observatório da Bilk (Dusseldorf), descobriu um novo planeta, Almatas, durante a noite de 12 de Março de 1871. A sua hora 10 h. 59 m. 24 s. 9, tempo médio da Bilk, sua ascensão recta foi 12 h. 1 m. 10 s. 42; e sua declinação 7° 45' 42". 5.

Se este não é um daqueles planetas, o que hoje pouco estudados, e cuja órbita se acha-se agora exactamente conhecida (e esta é a opinião do próprio Luther), vem elle a ser o 113º dos asteroides.

Pouco antes três outros foram descobertos: o Lídia (110º), por Barrely, em Marselha; — o Ate (111º) pelo Dr. Peters, em New York; o Iphigenia (112º) pelo mesmo Dr. e também em New-York.

RIO-GRANDENSE.

Porto Alegre, 28 de Dezembro de 1873.

TERRENOS DO CAMINHO NOVO.

A «Reforma», em sua sanha de especular com certas questões que julga poder tornar populares, inventa todos os termos, marcha de contradição em contradição e amontoa falsidades sobre falsidades.

E assim que, affirmando ante-hontem que o Sr. Dr. Carvalho da Moraes interpretara mal os avisos do governo imperial, disse hontem que o mesmo governo imperial é corrompido, que atenta contra a propriedade particular, que finalmente cedeu a empenhos, seduções etc.

A parte a contradição, só observamos à «Reforma» que se empenhou houver nessa questão. Se nella prevalecerão machináções indignas, se actuarão causas e efeitos... fura e transura da «Reforma».

Tenho intima convicção e viva fé, que o generoso público de Porto Alegre corresponde dignamente a esse ultimo appelo que lhe dirigem artistas de incontestável mérito e de qualidades sociais que muito honrosamente os distinguem.

E uma família honesta que pede ao público, a troco de uma noite de raros prazeres musicais, os meios para transportar-se a Buenos-Ayres, onde a aguarda um vantajoso contracto.

Negará o público de Porto Alegre a sua protecção a tão distintos artistas?

Tenho fé que não.

E esta? Fui eu a pouco e pouco tomando ares de escritor de artigos de fundo, e falei com uma seriedade que está fora dos meus costumes.

E que o assumpto é serio, para não dizer pungente...

Comprehendão-n'o assim os leitores do «Rio Grandense», que meus desejos estão satisfeitos.

E viva Deus, mudemos de assumpto, senão acabo o folhetim com uma dissertação sobre as desgraças da vida e sobre a nenhuma vantagem que a gente colha desse terrestre existência em que «mille piaceri non vagliono un tormento».

Nada, — é preciso acabar com um verdadeiro sato di cadenzas, para que a causa faça o devido efeito.

Mac a onam nadir e inveniente.

assignou o título, que «é de 12 de Dezembro de 1872, em 10 de Março desse anno.

O título de concessão do terreno à companhia contém a seguinte condição:

«Com a clausula instante de caducar o aforamento, além dos casos gerais determinados em lei, no de não ser o terreno empregado no mister para qua foi requerido e bem assim de passar o domínio útil para a província sem que os concessionários tenham direito se não às compensações necessárias que nello fizerem etc.»

Um aforamento feito com as condições acima, a uma companhia que vem construir e costear uma importante obra pública, como é uma estrada de ferro, e que gosa de privilégios pela legislação do país, parece que, sem grande cegueira ou paixão, não se pode qualificar da — presente a um particular!»

Diz a «Reforma» mais que o governo deu aos herdeiros de Couto os terrenos da rua do Rosário até em frente à casa do falecido Dr. Silveiros.

A estrada de ferro — da rua da Conceição a da Aurora.

E depois concide:

Para calcular o valor dos dois «presentes» basta-nos indicar a extensão desses terrenos que vão — da rua do Rosário até a da Aurora.

A vontade de acusar era tal que o articulista não considerou que da casa do Dr. Silveiro à rua da Conceição havia um espaço de logradouro de 700 a 800 palmos, e então de tudo como absorvido para assim causar mais efeito e aumentar o valor dos «presentes»!

Quanta falta de criterio e de honesto amor à verdade!

Ainda dando uma triste prova da levianidade, ignorância ou má fé com que escreve, apresenta a «Reforma», como aplicável ao «actual» terreno concedido para a estação, o parecer da comissão de fazenda da câmara dos Srs. deputados, quando tal parecer se refere ao terreno anteriormente escolhido para a estação pedir ao patrão para publicar essa «estúpida comédia do grande autor francês, em tradução».

E um lindo folhetim que muito agrada ao público, porque Rabagão, o advogado e chefe do principado de Monaco, parece copiado de certo original que temos à vista e os próprios satélites do grande tribuno de Monaco, não passão de copias fiéis das «minhocas» da rua Nova.

Parece que Sardou andou incógnito cá por Porto Alegre, afim de estudar os caracteres que apresentou ao público nessa espírito-sa comédia, cuja melhor recomendação está em haver tido em poucos anos mais de 25 edições, além de ter sido representada centenas de vezes em todos os teatros do mundo civilizado.

O nosso público ainda não conhece essa espírito-sa comédia e portanto vou pedir a sua publicação no folhetim do «Rio Grandense».

Garanto às leitoras que achar-se-hão em pleno «pays de connaissance»; a cada um dos tipos da comédia, apontarão imediatamente a cópia del que diariamente se encontra em nossas ruas.

Mas basta de massada por hoje; — sem sentir escorreguil de novo para o terreno vedado das lutas que por irrisão se chamam — políticas — para castigar-me vou fazer ponto sem só quer despedir-me de minhas leitoras.

Rio Grandense
30 de 106.

Por uma entidade — O Sr. Silveira Martins publicou ante-hontem na «Reforma» uma carta à redacção daquela folha, em que declara estar prompto a discutir a questão dos terrenos do Caminho Novo, se o autor dos respectivos artigos do «Rio Grandense» quiser assignar seu nome.

Alexandre, filho de Felippe, só combatia com filhos de reis...

O novo Alexandre da «Reforma» só discute com advogados, e isto numa questão que no estado em que se acha pode ser decidida pelo simples bom-senso.

A diligência do Sr. Silveira Martins não pode ser satisfeita, porque é verdadeiramente insolita.

O escritor da «Reforma» não tem o direito de escolher adversários.

A questão é com a redacção do «Rio Grandense», que é orgão do partido conservador e defensor do governo na presente questão.

Exigir em tais condições a assignatura de artigos, é um contrasenso, porque trata-se de teorias e de questões de facto, mas não de individualidades.

O «Rio Grandense» está prompto a aceitar a discussão sobre o assumpto, no terreno em que o quiser colocar a «Reforma».

O «Rio Grandense» não indaga dos autores dos «scriptos» da «Reforma»; contesta os, logo que sejam «scriptos» em linguagem decente.

Outro tanto deve fazer a «Reforma».

O mais sátricas ou subterfugios.

Na imprensa não ha privilégios; o Sr. Silveira Martins não tem direitos que outros não tenham e a sua intimativa cai no ridículo.

Se está habilitado para discutir o assumpto, discuta-o, que achara quem lhe faça frente, ainda mesmo em discussão grave, aprofundada e respeitosa.

O «Rio Grandense» não oppõe ao Sr. Silveira Martins uma «testa de ferro».

Ele aceitará a discussão, embora não se curva a exigências intoleráveis.

Plan dire, clives! — Sob esse título proclamou a «Reforma» ante-hontem aos povos do universo, procurando esconder intrigas e fomentar resentimentos.

Sua vítima principal, foi o honrado vereador Sr. tenente coronel Olinto.

Na ocasião em que o «Rio Grandense» contestava o «scripto» do Sr. Silveira Martins, ocupar-se-ha também com a «proclamação» de ante-hontem...

Nº 3

✓

a
y

Cant. de Policia

Corpo Policial



A REFORMA.

PORTE ALEGRE 17 DE DEZEMBRO.

O novo commandante da polícia.

A folha oficial ationita pela tempestade que inhabil e levianamente levantou contra o commandante nomeado para o corpo de polícia, desvia-se hoje da discussão, que não pôde manter no terreno competente, para queixar-se de imaginários ataques pessoas ao novo commandante, e aggredir a supostos candidatos da Reforma.

A Reforma não atacou a vida privada do Sr. J. A. da Silva Lopes, como não ataca a de ninguém, apreciou os actos da vida militar do nomeado, e a sua capacidade para o cargo que lhe deu o Sr. Carvalho de Moraes, a pedido da sua compadre o Sr. de S. Borja; e isso mesmo fez provocado muito positivamente pela folha oficial, que levou a audacia a ponto de tomar o nosso silêncio por aplauso.

E, portanto, uma infamia da redacção — Cearalha de Moraes clamar, hoje, contra aquilo que provocou, para esquivar-se da responsabilidade que lhe cabe, e das censuras que todos fazem a tanta ineptidão.

O Sr. Lopes, que manda a S. Ex. e ao seu alter ego, o redactor em chefe, um prato de pasteis pelo serviço, e mais uma cambada de marrecas, daquelas que os commandantes mandam os soldados caçarem para obsequiar seus amigos.

E ainda falsoíssimo que a «Reforma» tivesse candidato ao cargo de commandante da polícia.

Se a posição do partido liberal na assembleia, onde se acha em unanimidade, nos dá direito de intervir na administração, porque o presidente não pôde dar um passo se lhe recusarmos os meios de governo, os liberaes somos bastante cordiais e patriotas para jamais exigir o sacrifício do decôro do administrador, que representa um princípio político oposto ao nosso.

O que temos direito de querer, e o que queríamos, era a dignidade reciproca; pois não temos o direito de exigir do presidente contrario, que torne-se instrumento de nossa política, muito menos poderemos consentir, que nos converta a nós em seus instrumentos.

O Sr. Carvalho de Moraes não manteve na altura das melindrosas circunstâncias em que a sua estrela o collocou, desviou-se, e os liberaes com elle romperam.

Não foi por questões de Bagé, nem de S. João de Cambará, nem da Cruz Alta, foi por tudo, principalmente pela política infame do Sr. Carvalho de Moraes, que se deixou dominar por um aveniamento (sem fôrça, sem crenças, sem pátria, seu dignidade, que abate o pendor da nossa terra).

Se citamos os nomes dos nossos dous distinatos comprovincianos, os coronéis João Daniel e Ramires, não o fizemos por serem candidatos da Reforma, senão porque eram indicados geralmente pela opinião, muito embora os que a ambos estes distinatos soldados conhecem, duvidassem da sua aceitação.

O coronel Ramires, foi capitão de primeira linha, é coronel da guarda nacional, e tem tal influencia entre os seus compatriotas, que, no tempo da guerra, quando todos os commandantes empregavam insano trabalho para reunir seus corpos, que as vezes desde o dia imediato ao da chegada ao acampamento começavam a desfalar-se pelas deserções, o coronel Ramires marcou dia e lugar para a reunião do seu, e no dia e lugar marcado ali se achava todo, sem que lhe desertasse um soldado.

A sua probidade é tão escrupulosa, que todos os outros commandantes, durante a

campanha, deixaram de pagar o imposto provincial de cabeça de gado morto para os corpos; o coronel Ramires, unico, entrou com o dinheiro para os cofres, sem prevalecer-se, como podia com justa razão, das circunstâncias extraordinarias, em que a província se achava.

Estes factos revelam n'um individuo qualidades intrínsecas, que o devem recomendar aos governos honestos, que desejam o bem do paiz.

O coronel João Daniel tem titulos que lhe valem a consideração dos seus patrícios e de todos os homens de bem.

Não porque nunca estivesse preso nem respondesse a conselho; a prisão e o conselho só infamam quando são motivados por actos deshonrosos como a deserção e o roubo, mas também exaltam o pundonor do soldado, quando são filhos da honra e dignidade dos officiaes, que muitas vezes encontram nos seus superiores os invejosos do seu merecimento;

Seus titulos são o seu nobilissimo carácter, a sua provada severidade, e o seu distinto valor, attestado por uma fé de officio honorissima, onde se menciona que foi em 1839 promovido a coronel por merecimento, assim como já havia antes sido promovido a major por merecimento ainda uma vez comprovado no campo de batalha, por ter, em Moron, segundo se lê na ordem do dia do commandante em chefe — à frente do esquadrão de atiradores, com o tino, bravura, e sangue frio que o distinguem, penetrado até a retaguarda do campo inimigo, levando-o de rancida, matando-lhe mais de cem homens, tomando-lhe oito carretas, oitenta prisioneiros, tres mil cavallos e a carruagem de um chefe inimigo!

Quando a Reforma tiver candidatos, dar-se-ha sempre por feliz de encontrar para o serviço do Rio Grande do Sul, homens taes, como esses que ahi ficam indicados.

O Sr. Carvalho de Moraes, porém, que não nasceu nesta terra, e não lhe pôde votar o mesmo amor que lhe votamos, os que somos seus filhos, nomeou o Sr. J. A. da Silva Lopes, esse veterano que foi a Moron, é verdade, mas foi compellido pelo nobre marquez de Caxias, que o arrancou do hospital para onde S. S. se havia recolhido, tão como um péro, e obrigou-o a marchar.

Publique o Sr. Lopes a sua fé de officio, e ver-se ha pelas datas, se é isto verdade, ou não.

Mas nessa não cai elle.

RIO-GRANDENSE.

Porto Alegre, 18 de Dezembro de 1872.

ALTO E O NOVO COMANDANTE DA POLÍCIA

O Sr. Gr. Grandense - não era a simples paixão e tempestade a que levavação antes o comandante geral da polícia, porque sua competência era interessante, desde que não tinha sido estendida as indicações de negociação da «Reforma».

No dia, por algum tempo recente ao longo, é porque o organograma total do corpo ainda não havia havido e se a estrutura bateu, calculadora habeat, ainda observando o horizonte...

A tempestade havia de vir, não na de vista, porque o governo da província, em seu comando, se aliava de suas minhas, que se não conseguia por contrariá-las sem serem publicas, desmentindo as indicações da «Reforma».

Nega-se a «Reforma» que tivesse candidato ao cargo de comandante geral da corporação, mas protestou contra suas ações progressistas em artigo anterior que declarou, que o presidente, podendo nomear um coronel João Dantas ou um coronel Ramires, ficaria mal nomeando o coronel Lopes.

Sua a «Reforma» não tinha candidato, ou não manifestou a nomeação de qualquer desses oficiais, que ambos declaram não terem pretendido por si, nem é que saiba que seus nomes entrariam em competição?

Dizem os de subterfúgios, e a «Reforma» fazia questão da nomeação do coronel Ramires, embora ele fosse mais digno.

O liberal queria fazer prova de força sobre a autonomia, e desmoralizar o seu chefe.

Adal Júlio e a «Reforma» à propósito dizeram a posição do seu partido em face da «Reforma», mas não de Lopes, suspeitamente, inventando encrypções de termos.

O poder legislativo exerce administrativo, tem cada um seu espaço; ambos tem atribuições em direitos e deveres.

Fazem lhe que corresponde ao mandado da província, não é uma atribuição ou um direito facultativo da assembleia, e sim, seu dever a qual não pode faltar, nem mentir no mandado que rebela a seu prejuízo a província, que elegiu a deputado.

O poder legislativo pode não querer alguma a administração habilitada e com a lei indispensável, mas não pode por isso querer transangria entre os dois poderes.

A administração por sua vez tem o dever de遵从izar e executar as leis que não forem contrárias ao bem da província.

E elle o seu seu restrição nem limitação.

Ambos os poderes compõem-simplamente os seus deveres.

O que a administração não podia tolerar é a investidura da espécie de sua atitude, balbuciada por parte do partido oposicionista, que julgavam-se feita pola forma de representação, queria influir sobre a assembleia dos auxiliares de presidente, para o que mandou direto lhe assinasse.

Aliás é que a administração com dignidade resiste e triunfa que lhe querido impor, garantindo plenamente todas suas demandas.

O liberal criado Dr. Alves, sobre o seu alcance de seu poder e quando compreender, que o administrador não se deixa de suas vontades em assumidos, quer de profunda competência dela, desgostar-se-e comungar a mostrá-las amedrontadas.

Dizem os os escravos de Lopes e calibres extenderam que devia, assim como estava com o poder legislativo, exercer pressão sobre o presidente da província, tirando-o instrumento das negociações interesses locais do Dr. Silveira Marques em Lages.

A administração, compreendendo bem a sua posição e sabendo dizer que a assembleia sempre cumpriu o seu dever, mas que lhe far favor, dando as leis indispensáveis, que fôto assumidas e executadas, procedeu como devia proceder, mantendo a autoridade, que a «Reforma», inimiga jurada della, tentou agir.

Há fico dessa atitude calma mas energica do administrador, despojando de raias os moços da «Reforma» esse consultar a voz do dever e menos a dos chefes qualificados do partido, situando-as na sede de violenta oposição.

Se alguém não se mantiver na altura das maiores circunstâncias da actualidade, fôto os homens da «Reforma», que levavam por interesses de ordem local, esquecendo os destinos do seu partido e o bem da província a despeito possesse que em suas ações direto respeito ao interesse geral do partido em oposição e me-

nos correspondentes convenções publicadas.

Porque nessa aliança religia o bem da província e contingente da harmonia entre os poderes, harmonia que foi perturbada pelo compliance da «Reforma», que por seu interesse econômico e administrativo encorajara as leis e as executaças.

A mais não era clara, e a harmonia política era suscitada, em os moços da «Reforma» não tentarem invadir a esfera de autoridades próprias e exclusivas da administração, que necessariamente «não de respeito suas iniciativas».

O propósitos da «Reforma» foi um tanto ambigüo, de mais conseqüências para o partido liberal para a província e foi também o que a prior na opinião de Talleyrand - um erro político.

Uma questionável de altera «de condicione bagagem, visto terem absolutamente aprovado o seu, em 11 de maio, de província.

Maculha alguma talo a administração, que sempre os manteve nos escrupulos, considerabilidade, na esfera das suas funções, comprindo à risca todos os seus deveres.

As novas regras, evidentemente usadas o partido em seus alicerces os moços da «Reforma» que tentando a sorte, da proximidade a seu próprio partido dependentes da sua garrapata de mereceram individual de um homem político.

Nesta está a razão, que seu certo não só respondeu suas as tentativas explícitas que hoje existem, tentando culpar a administração de erros que fôto existentes mesmo seu.

Nada temos a oppôr a tudo quanto a «Reforma» no «Jornal do Commercio» dizem em favor do coronel Lopes; nem seu opinião obedião, seu militar distinto, mas a alia é mal menor que o coronel Lopes.

Assentos que subem os filhos declarando o Sr. Dantas não associaria a nomeação.

«O que é suficiente para tirar tudo a discussão.

Quanto ao booradão coronel João Dantas, já dissemos a nossa opinião, publicando a declaração que o mesmo Sr. fôto o «Jornal do Commercio».

Palpamos que a «Reforma» econtra em que a pronta e o consentido da guerra se infarto quando não motivados por excesso deshonra ou nôo quando não ilhe da sua dignidade dos oficiais.

É o caso do coronel Lopes que sofrem uma prisão por repelir a injustiça de um inferior.

É polo a própria «Reforma» que justifica o coronel Lopes.

Nos palavras que a testemunho aíto - «discreto e recto» - que é, somos acreditado no atigo da «Reforma», possa referir-se ao coronel Lopes, visto que provamos de forma inconveniente que a honra e probidade do distinto veterano não é a maior lenda da marinha.

É importante que uma lenda que ainda tem seu resto de lobo e pândaro, entice a necessidade de se proceder a imprevidencia deles, em vez de respeitá-las, vênde ainda por mais de duas formas em forma de incumprimento.

De dada sua.

Os bens a «Reforma» pôde provar a imprevidencia de nossa consideração ao ilhe que agressões costas o honrado comandante geral da corporação policial e neste caso deve falar-se em a nossa defesa é presidente e tutti os a «Reforma» retrataram os calunias que existentes, mas nunca serviu de dano por meio de indigna justificação.

A fôto da ilhe do coronel Lopes será publicada, logo que S. R. a obtiver.

A «Reforma» já sabe que elle não é bom em sua poder e por isso insiste com má fôto ponto.

A imprevidencia de coragem que a «Reforma» fôto em coronel Lopes, não responde.

E elle do mesmo qualia das outras acusações feitas por nós demonstradas que a «Reforma» causou contraria a propriedade de nossa defesa.

E' tão iniqua assimbliação procedimento que nos quanto não fôto separado, a «Reforma» não tem o direito de antecipar novas acusações prova nôo de sua palavra, que, conseguimos figura, cada valia.

Constitucional
18 de Outubro

Alma sobre o comando da corporação policial

O Sr. Dr. Florencio de Abreu, pre-giado na leitura tardia de defensora memória de seu pai, que, segundo pensa, tentou manchar a Rio-Grande, não sabendo a que propósito consignou em seu escrito o seguinte período, dirigindo-se ao Sr. Dr. Carvalho de Moraes:

«Se S. Ex. recebe hoje, anuncia, convida para seus sãos, enxos de obsequios e favores - aquelas que, além das crueiras injúias dirigidas à sua pessoa, cometeram a brutal grosseria de levar a discussão política a nome respeitável da veneranda memória, sua mãe, é preciso convir que devo dizer não temos nenhuma fragrância.»

Respondemos satisfatoriamente a semelhante período, declinando-nos de distintas calunias, outrora insultadas e injuriadas pelo Sr. Dr. Florencio de Abreu e seus companheiros de liberdade jornalística, e que nem por isso deixaram de concorrer, recentemente, para que S. Ex. adquirisse a posição em que se achava colocado, quando o passado, nas armas das conveniências seu interesse político.

Não o faremos.

O período de escrito do Sr. Dr. Florencio de Abreu, considerando, não obtemos mal em haver, referir-se à nossa individualidade.

Única redação do Constitucional, antes de declarar-se um opositório à administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes, continuasse a fazer parte da redação depois desse facto.

Tomou a responsabilidade de quase escrever no Constitucional em opositório ao Carvalho de Moraes, como também o Sr. Dr. Florencio de Abreu de todos os escritórios da Reforma, e o Sr. Dr. Domingos dos Santos daquelas que aparecem no Rio-Grande.

Que o Sr. Dr. Florencio de Abreu saher como pensavam em relação à marcha oposicionista que deu origem ao Constitucional?

Embora não quis, e diremos:

Em nosso primeiro artigo oposicionista, no Constitucional n.º 79 de 8 de Julho do corrente anno, diziamos o seguinte:

«Não trataremos de assumpto relativo à competência de ofícios para a exército de educação & órgãos liberais de militares, assim projectado pela respetiva propriedade de liberais administrador da província.

«Apparemos a idêa, levando aquela que a constelação e empresas realizar.

«Em tais termos, em primeiro lugar os princípios de coherência nos privado de prender-nos em sentido contrário; e em segundo, o propósito de não envolvêr-nos numa semente, por todos os títulos respeitável, em discussões políticas.»

Moderiamos de propósito?

Nossos amigos, aquelles que conhecem o nosso carácter, sabem que não.

Talvez se nos objete que se cor-deviam-nos trazer-nos a discussão e nome da progenitora do Sr. Carvalho de Moraes, como nos conservaríamos solidários com esse proceder, continuando a fazer parte da redação do Constitucional.

E fôto a resposta:

Pois nesses rantes que o Sr. Dr. Florencio de Abreu e outros seus correligionários continuam a fazer parte da redação se a sentenciar para a imprensa liberal, não obstante condonarmos no seu interior, e mesmo exterior, muitos escritos desses impressos.

Os homens politicos passam por essas e outras dolorosas contingências.

Percurra o Sr. Dr. Florencio de Abreu os números do Constitucional, de 8 de Julho em diante, e verá que no apparetos o primeiro escrito envolvente a progenitora do Sr. Dr. Carvalho de Moraes, declararam o seguinte:

«Que a redação do Constitucional, que só entrou fôr exclusivamente sua, passava a ser representada por discussões, s.

Além no Constitucional de 8 de Julho escrevemos o seguinte, terminando o nosso artigo de declaração de guerra à administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes:

«E' nos opositórios serenos intérados, como conservadores, vivem, respeitadores do princípio da autoridade.

«Além disso, o Sr. Carvalho de Moraes merece-nos toda a consideração, como um cavalheiro distinto.»

Revinham condonado a opositório à administração do Sr. Dr. conselheiro Figueira de Melo, que promoveu pelo insulto e virilidade de linguagem a primeira autoridade da província, e não estavam por consequência dispostos a limitar os excessos que cometiam.

Outros pensavam diversamente, e curvavam-nos à opinião de maior, e largavam-nos os princípios de igualdade política, respeito-nos & solidariedade e consequente responsabilidade de todos os escritórios editoriais do Constitucional.

E' igualmente exato que, com outros amigos, membros de frágil conservadora, outrora molestada pela denomição de «cavalheiros», conservam a semelhante ranka ou baile.

É, porém, absolutamente falso que talvez tenha recebido ameaças e favores, de qualquer especie, da administração da província.

Apesar disso, quem for capaz quase obsequios e favores recebidos.

O período de escrito do Sr. Dr. Florencio tornou necessário esta explicação do motivo da redação do Constitucional, quando era opositório, que compareceu no santo ou baile em palácio no dia 2 de Dezembro.

ALMADA B. de Moraes.

27 de 106.

28 de 106.

Regulamento. — Publicou hontem a imprensa oficial o novo regulamento confeccionado para o corpo policial da província, nos termos da nova organização dada ao mesmo corpo.

É um trabalho que faz honra a quem o realizou.

É provável que os *lazeiros liberaes* analysem semelhante trabalho, e apontem nello lacunas, defeitos, e quem sabe mesmo se absurdos e azenhas.

Esperamos a analyse, ou antes que os criptores *minhocas* (com licença do folhetinista do *Rio-Grandense*) venham à cena.

Nomeações. — Forão feitas as seguintes para officiaes do corpo policial da província, que demonstram quanto foi S. Ex. o Sr. presidente da província escrupuloso na escolha do pessoal, inserindo-se nas conveniências do serviço público :

Alferes secretario.— João Henrique de Oliveira Knorr.

Alferes quartel-mestre—Luiz Eanes Bandeira.

1^a CATEGORIA

Scpdo mto

Porto Alegre.—Capitão, major Antônio Eduardo da Costa.

Tenente, João Thomaz de Souza Andrade Lobo.

Alferes, Marciano Ignació de Oliveira.

Scpdo fxa

Porto Alegre.—Capitão, José Mauricio de Oliveira.

Santo Antonio da Patrulha.—Capitão José Antonio Lopes da Silva.

Rio Grande.—Capitão, Theodolindo Antônio da Rosa.

Jaguarão.—Capitão, Berardo Joaquim Corrêa.

Alegrete.—Capitão, tenente-coronel Francisco Antônio de Moraes.

Uruguaiana.—Capitão, João Adalberto de Oliveira.

Cruz-Alta.—Capitão, Felisberto J. Pereira Barcellos.

Sant'Anna.—Capitão, Manoel Francisco.

Pelotas.—Capitão, José Josquim Pimentel.

2^a CATEGORIA

S. Leopoldo.—Tenente, Joaquim Augusto Miranda e Castro.

S. José do Norte.—Tenente, Lino José Ricardo.

Rio Pardo.—Tenente, capitão Sabino Eloy Fernandes.

Cachoeira.—Tenente, capi to Mauricio José de Almada.

S. Gabriel.—Tenente, Manoel de Freitas Bittencourt.

Cacapava.—Tenente, João Marques dos Santos.

Santa Maria da Boca do Monte.—Tenente, Antônio Lino de Figueiredo Moreira.

S. Borja.—Tenente, João Manique Barreto.

Passo Fundo.—Tenente, Belmiro Vicente de Araújo Campos.

Bagé.—Tenente, Marciano José Carneiro da Fontoura.

Itaqui.—Tenente, Americo José Furtado Camboim.

3^a CATEGORIA

Conceição do Arroio.—Alferes, Franklin Gonçalves Lopes Ferrugem.

Triunpho.—Alferes, Francisco da Costa Silveira.

Taquary.—Alferes, Pedro José de Siqueira.

Canasquam.—Alferes, Manuel Benito da Fontoura Casado.

S. Jeronymo.—Alferes, João Marques de Freitas.

Piratini.—Alferes, Franklin Machado da Silva.

Canguçu.—Alferes, Francisco Teixeira Guimaraes.

D. Pedro.—Alferes, Hypolito Palli.

Arroio Grande.—Alferes, Licerio Alvaro Xavier.

Encruzilhada.—Alferes, Delfino Pinho de Oliveira.

O corpo policial. — Estavamo convencidos de ter de sustentar polemica com a «Reforma» sobre a reorganização do corpo policial.

Mas o orgão liberal dispensou-nos dessa tarefa.

A maneira por que elle hontem discutiu a questão, não nos permite accitar combate.

Eis os termos em que a «Reforma» tratou da organização do corpo policial :

« O criterio do administrador nos despechos de officiaes para o corpo de polícia, melhor do que poderíamos fazer, é apreciado pelo clérigo geral, que de toda a parte se levanta contra o sr. Carvalho de Moraes, sem distinção de partidos nem de racionalidades, porque todos os habitantes da cidade sentem-se ameaçados na sua fazenda, vendo em lugar de polícia que garanta a segurança pública, — uma quadrilha perfeitamente organizada, paga e municiada pelo Estado, tendo á sua frente o proprio presidente da província ! »

« Não queremos analyse um por um os nomeados : para que vexar os pequenos, quando os factos produzidos contra o capitão Theodolindo e coronel Lopes, lhes valerão louvores da parte desse pobre moço, que, por desgraça, é presidente do Rio Grande ! »

« Basta consignar o que sabem todos :

« Que, dos officiaes nomeados, a maioria é absolutamente incapaz, e muitos são até ladrões reconhecidos ! »

Isto transcreve-se, mas não se commenta.

A tão cruel injuria, jogada á distincta oficialidade de um corpo, não pode responder a imprensa.

Respondão os nomeados, que a «Reforma» taxa de «ladrões» !!!

Quem taes proposições articula, não quer discutir.

Fazemos pois a vontade á folha liberal.

Sómente acrescentaremos, que a «Reforma» falta á verdade, afirmando que má fôr a impressão produzida no espírito público pelas nomeações.

Essa impressão foi boa, como devia ser, em vista das excellentes qualidades dos nomeados.

O administrador da província guiou-se nas nomeações que fez pelas normas da justiça e pelas informações que podia obter.

Se os nomeados claudicarem no exercício dos seus cargos, censure-os a folha liberal, denuncie os seus delitos e prompta justiça não se fará esperar.

Mas não injurie tão crassamente uma corporação inteira, impedindo assim os amigos do governo de aceitar discussão sobre o assumpto.

Quem offenda, não quer discutir ; porque as offensas dessa ordem não se pode responder com palavras.

E não diga amanhã a «Reforma», que fugimos da discussão.

Não fugimos, estamos pelo contrario na estacada para defender uma por uma todas as nomeações, como o fizemos em relação ao coronel Lopes; para isso, porém, é necessário que o libelo esteja em termos de ser recebido.

Ort

Licença do engº J. Fran^c dos Santos Guimaraes

A REFORMA.

PORTE ALEGRE 16 DE DEZEMBRO.

LICENÇA.

Acha a folha oficial, que é absolutamente contraprodutivo a argumentação da Reforma contra a licença concedida, com vencimentos, ao engenheiro Santos Queima, que anda de passeio pela Europa.

Como prova o que afirma, a folha do Sr. Carvalho de Moraes?

Redarguindo, que a Reforma não nega ao presidente a faculdade de conceder licenças, apenas contesta-lhe a aplicação ao caso veriente.

Assim é; mas longa de ser isso argumentação contraprodutiva, é perfeitamente lógica, e dá-nos o direito de dizer, que os dois — uma: ou o Sr. Carvalho de Moraes não sabe o que quer dizer argumento contraprodutivo, ou ignora o que seja faculdade.

Argumento contraprodutivo é o que prova o contrario do que se pretende; faculdade quer dizer poder de fazer alguma coisa.

Ora porque o presidente tem a faculdade, em geral, de dar licença aos empregados, não se segue que tenha o direito de o fazer arbitrariamente, violando os princípios de moral e decôrto público; assim como, porque o juiz tem faculdade de julgar, não se segue que possa condenar contra os princípios da justiça.

Da liberdade de ação do magistrado, do administrador, e do empregado, em geral, nasce a sua responsabilidade legal;

E d'aquei, o direito de censura, contra a autoridade, o direito de punição dos tribunais competentes, e o direito de emendar, que têm os superiores na jerarchia contra os seus inferiores.

Essas doutrinas, que expõem a folha oficial dirigida pelo Sr. Carvalho de Moraes, constituem o código do direito dos saltadores.

Foi só por esse motivo, que em resposta, no ultimo artigo, limita-se a «Reforma» a gritar — péga ladrão!

Zangou-se com isso o Sr. Carvalho de Moraes?

Sua dúvida, S. Ex., diplomática e «creada» do paço em vez da phrase brasileira e popular preferiu ouvir chamar — «Aqui del Rei!»

Tenha paciencia; a «Reforma» escreve como lhe parece melhor, e não está disposta a falar a vontade a lacaios.

O grande barrigudo, porém, pensava que era suficiente, para fazer-nos calar, a declaração de que o engenheiro de que se trata é «deputado provincial e liberal.»

Onde indo?

Por ser deputado e liberal, o acto do Sr. Carvalho de Moraes deixa de ser um atentado contra os bons princípios do administrador?

Sabemos tão bem como o «Rio-Grandense», que o Sr. Dr. Santos Queima é liberal e deputado provincial, mas isso em nada prejudica as nossas censuras dirigidas ao presidente, unico responsável por esse acto perante a província; antes as justificam, demonstrando a toda a luz, que o partido liberal não se limita a fiscalizar as irregularidades praticadas pelos adversários em seu proveito, defende também com toda a energia os cofres do Estado contra quaisquer prejuízos indevidos que possa sofrer por ignorância, relaxação, ou prevaricação do presidente.

Não deixa a «Reforma» passar sem protesto, a insinuação da folha oficial, que o facto de ser o engenheiro Santos Queima liberal, prova a lisura e isenção de espírito do Sr. Carvalho de Moraes.

E muita generosidade da parte de S. Ex., que sem lembrar-se que nada mais faz do que condenar-se, todos os dias,

defendendo a inércia que tem mostrado na execução das obras decretadas pela assembleia com a falta de «pessoal» na repartição de obras públicas, dá licença com vencimentos a um engenheiro, e a procura duas vezes além um ano para passear à Europa, só «porque é liberal»!

Ai! que bom rapaz é este Sr. Carvalho de Moraes! Que formidável diplomata não tira à desto homenzinho o Sr. Rio Branco!

O pior, para S. Ex., é que ninguém acredita em tanta amabilidade com um liberal, ainda mesmo deputado provincial; e todos, que são conhecedores das suas manobras diplomáticas, proclamam que S. Ex. beija o altar por amor dos «Santos».

Que S. Ex. só é generoso com o Sr. Domingos dos Santos, chefe da repartição de obras provinciais, redactor secundário da folha oficial, criado grave de S. Ex., e «irmão do liberal» favorecido pelo «honradíssimo Sr. J. P. Carvalho de Moraes»!

Eis a codsa.

Assim esmagamos o Sr. Carvalho de Moraes, quando S. Ex. apparenta defender-se; mas quando derrotado, pulverizado, tem por única resposta — estou no meu direito: procedi desse modo porque quis; como disse em relação ao comandante da polícia; então, contra tal pirataria, só temos um meio, é gritar — péga ladrão!

Se a pobre folha oficial acha essa tolerância um acto de loucura digno do hospital de Pedro II, a «Reforma» responde — que cura-se facilmente esta doença com o saudável régimen de — metter os ladrões na cadeia, sejam elles muito embora presidente!

Rio Grandeense
17 de dezembro

Licença. — A folha liberal, na carença absoluta de bases sérias para a oposição à justa e honesta administração da província, apega-se à questionáculos e ali mesmo, batida em seus redutos, lança mão de subtilizações de argumentação, como hontem ainda na questão da licença do engenheiro Santos Queima, a qual foi concedida na forma do regulamento.

A facultade que o presidente tem pela lei, não é limitada; sua applicação pode depender do arbitrio do administrador, que se guia em suas resoluções livremente e sem outra norma além de sua consciência.

Isto a «Reforma» bem o sabe, mas não lhe faz conta confessá-lo.

Ela prefere antas «metter na cadeia o presidente» — porque usou de uma faculdade que a lei lhe confere.

E o mundo às avessas.

A argumentação da folha liberal é realmente impagável.

E nem devia teoria liberal metter-se na cadeia nos que usam de faculdades que lhes são conferidas por lei!

Vejam o povo as «dilícias» que o experto no domínio dos liberais...

E semelhante teoria é aventada por uma folha que se diz redigida por juristas, consultores, estadistas, etc.

Causa dô...

Op 5

Fijo off. de Manchacá
Barão de S. Bento e Visconde de Pilatay

Reforma

17 de outubro

Desafio: — O Rio-Grandense compromete todos os dias os seus amigos; hontem chegou a vez do Sr. S. Borja.

O Rio-Grandense quer cotejar a fé de officio do Sr. S. Borja com a do Sr. visconde de Pelotas!

Que insensatez.

Publique o Rio-Grandense essa fé de officio, que, se a modestia do nosso distinto compatriota faz com que S. Ex. não publique a sua, que é o mais brilhante atestado dos seus grandes merecimentos, quiz a casualidade que nos achasse munido dos principaes factos da sua gloriissima vida militar, para publicá-los por nossa conta, e confundir os detractores de nossas glórias nacionaes.

Quer o Rio Grandense publique, como promete, o atestado das glórias do Sr. S. Borja, quer não, nós publicaremos essa fé de officio do illustre visconde de Pelotas.

Reforma

19 de dezembro

19

Exm. Visconde de Pelotas:

— O nosso illustre amigo o Sr. marechal de campo Visconde de Pelotas, dirigiu-nos antes de hontem a carta seguinte, que não publicámos, hontem, por haver chegado tarde à typographia :

« Aos illustres redactores da *Reforma* — Na chronica da *Reforma*, de hoje, li sob a epigraphe — Desafio —, a promessa de ser publicada a minha fé de officio; venho, pois, pedir instantemente aos meus amigos, o favor de o não fazerem, ainda que d'ahi conclua alguém, que meus serviços são pouco dignos de publicidade.

Sou o primeiro a confessar que os tenho limitadíssimos; restando-me o grande pesar de não ter prestado melhores ao meu paiz.

Sabem os meus amigos: sabe o governo, que na minha fé de officio nada se encontra que me envergonhe; isto me basta. O conceito em que me possam ter os que me são desaffectos, pouco me importa.

Lamento, é certo, do fundo d'alma, não ter podido por esplendidos serviços, collocar-me à par de meus dignos collegas, generaes do exercito, que, apraz-me confessal-o, teem todos muito maiores, e mais valiosos do que os que fiz.

Porto Alegre 17 de Dezembro de 1873.

Visconde de Pelotas. »

A *Reforma* respeita e admira a modestia do bravo rio-grandense, que depois de haver levantado tão alto o pavilhão nacional, julga que nada fez para excitar à admiração dos seus concidadãos.

A gloria de S. Ex. não lhe pertence, é um patrimônio nacional, é um brasão para esta nossa heroica terra do Rio-Grande do Sul; portanto, pedimos ao nobre visconde, se lhe recusamos fazer a vontade, já que as notas que possuímos ainda que extrahidas da sua fé de officio, que é documento público, são nossas, e não nos foram ministradas por S. Ex*.

Já travámos compromisso com o público; e pois é tarde para podermos attender ao pedido do illustre visconde.

O Sr. visconde de Pelotas.

— Hontem publicou a «Reforma» uma carta do Sr. general Camara, pedindo à redacção, de não publicar a sua fé de ofício.

A «Reforma» declarou que respeita e admira a modestia do bravo general, mas que ainda assim publicará uns apontamentos, —extractos—da fé de ofício.

Não havia necessidade disso, porque não é disso que se trata; trata-se de fé de ofício e não de extractos.

~~X~~ **Conselho.** — Damos ao honrado coronel Lopes o conselho de dirigir-nos uma carta no seguinte sentido :

« Srs. redactores do «Rio Grandense». — Na revista política do «Rio Grandense» li a promessa de ser publicada a minha fé de ofício: venho, pois, pedir instantemente aos meus amigos o favor de o não fazerem, ainda que dahi conclua alguém, que meus serviços são pouco dignos de publicidade.

« Sou o primeiro a confessar que os tenho limitadíssimos; restando-me o grande pezar de não ter prestado melhores ao meu paiz.

« Sabem os meus amigos; sabe o governo, que na minha fé de ofício nada se encontra de vergonhoso; isto me basta. O conceito em que me possão ter os que me são desafectos, pouco me importa.

« Lamento, é certo, do fundo d'alma não ter podido, por esplendidos serviços, colocar-me a par de meus dignos collegas, coronéis do exercito, que, apraz-me confessal-o, têm todos muitos maiores e mais valiosos do que os que fiz. »

Cumpre, porém, notar que ainda assim não attenderemos ao pedido, se obtivermos copia de sua fé de ofício, para a publicação da qual já travámos compromisso com o publico.

No 6

Combinações da discussão sobre programação
da estrada de ferro

Rio Grande do Sul
16 de Agosto

Reforma
18 de Agosto

Estrada de ferro. — Quem lê os primeiros artigos da «Reforma» sobre a questão dos juros pagos à companhia da estrada de ferro e os comparar com o último, compreenderá à primeira vista que a folha liberal bate em retirada.

De facto, desalojada de todas as posições em que se quis fazer forte, apega-se agora a subtilezas de rhetorica.

O presidente da província não determinou que o pagamento de juros fosse feito sobre as entradas realizadas, dispensando totalmente a demonstração da despesa feita; o que S. Ex. fez, foi apenas fixar um prazo à demonstração do capital despendido.

Pedia S. Ex. ter admitido a demonstração no fim dos trabalhos, como liquidação final, o que tem sido feito em relação a idênticas empresas em outras províncias; mas nem isso fez S. Ex.; apenas deu à companhia tempo de preparar a demonstração num prazo fixo, já que o não tinha feito em tempo por má interpretação que dera à cláusula respectiva do contrato.

E assim procedeu S. Ex. no intuito de salvar o crédito da província e o futuro da empresa.

S. Ex. pois não entendeu que entrada realizada é sinônimo de capital despendido.

Se assim o entendesse, não teria marcado prazo fatal para a justificação do capital despendido, na forma do contrato.

Se ha sincera é da «Reforma», que não leu o contrato.

O artigo 17 do contrato enumera os trabalhos que serão considerados como despesa realizada e portanto só se refere à esta, mas nada estabelece sobre a obrigação da demonstração e sobre a época em que elle deve ter lugar.

E' nisso que o contrato foi omisso, criando dificuldades à companhia e ao governo.

E' o que ha; o mais são subtilidades de rhetorica.

Os moços da «Reforma» divertem-se tirando conclusões forçadas.

Deixai-os brincar; estão no seu tempo.

Se não fosse isso, compreenderíam que o contrato, se não consigna o pagamento dos juros sobre o capital despendido, nada dissesse sobre a época em que deve ser feita essa demonstração, ficando portanto no melhor entendimento da presidência determinar o prazo.

Não vale a pena repisar o assunto, suficientemente esclarecido, sórmente porque a «Reforma» retira as más expressões que empregara em relação à companhia e já admite, que pôde ser justa em si a reclamação da mesma companhia.

E' quanto nos basta, tanto mais, quanto a «Reforma» já não fala em tribunais e outros disparates que singularizam os primeiros artigos da folha liberal.

Decididamente o «tribuno» está dando baixa, — seus artigos já cheirão a kerosene, provocando o extraordinário esforço que emprega para galvanizar o cadáver de uma pessima causa.

Outro ofício, senhores.

Questões de Bagé por exemplo: ah! ao menos ha «verve» e originalidade nos escritos da folha liberal.

E' que são «orationes pro domo».

Estrada de ferro. — O Sr. Carvalho de Moraes não pôde defender-se das censuras que lhe foram dirigidas contra o seu procedimento, na reclamação feita pela directoria, do pagamento de juros da Estrada de ferro de Porto Alegre a Nova Hamburgo.

O Sr. Carvalho de Moraes quis cumprir a lei, e exigiu as contas da despesa efectiva para mandar fazer o pagamento dos juros.

Allegou, para justificar esta exigência, o art. 17 do contrato.

A directoria não quis apresentar as contas, sob futeis pretextos; exigiu o pagamento, sem outra justificação mais do que a sua palavra e a «ameaça» de uma reclamação internacional.

O Sr. Carvalho de Moraes, aterrado, e supondo ver no porto uma esquadra de encouraçados, pagou sob protesto, pois outra cousa não é a «concessão» que disse haver feito, e que não fará mais até final ajuste de contas da companhia com a província.

A oposição atacou tão indigno procedimento, que além de cobarde perante uma ameaça injusta, é lesivo aos cofres da província, e criminoso perante a lei; pois o contrato, como diz o mesmo Sr. Carvalho de Moraes, não lhe dá tal faculdade.

Cousa curiosa: o Sr. Carvalho de Moraes, para resistir ao ataque da oposição, fez como os burros, «meteu a cabeça», declarando que o contrato é omisso e não dispõe aquillo que S. Ex. já disse que «dispunha», e desse modo confessou aos ingleses — «administrador fr. adulento.»

A «Reforma» notou-lhe a contradição, e o «coitadinho», chorando, responde — que não lemos o contrato.

Lemos, sim senhor; o Sr. Carvalho é que não sabe ler, e por isso rogam-lhe que solteira esta cláusula 2^o do art. 15: — Fica entendido que a garantia de juro é sólamente sobre o capital «effectivamente despendido», na forma do art. 17.

Já vê S. Ex. que temos o contrato e que o lemos.

Sr. Carvalho de Moraes, ou seja mais corajoso contra as ameaças dos estrangeiros, ou mais honesto na gerencia dos negócios públicos; em todo o caso — outro ofício —, que, para presidente do Rio Grande do Sul, é — baixo, muito baixo!

Otoño

Diversos

- a - Artigos sobre o contrabando na Prov.
- b - Artigos gerais
- c - Artigos sobre politica e actos da Presidencia.

Contrabando

-a-

só cuida dos arranjos dos aliados e dos interesses dos amigos que o sustentam, não importa o deprecamento da causa pública, nem o bem estar do país, nem o progresso da província.

Se ha, portanto, algum culpado da continuação do contrabando, é o governo, sómente o governo, que lhe não tem prestado a menor atenção.

Pois bem; d'aqueilo que sómente à conta do governo pôde ser levado, incrépua o Rio-Grandense aos deputados liberais!

De sorte que, os deputados liberais, que tanto se esforçaram pela província, que fizeram o que nunca fez deputação alguma, que deram à vitória de Agosto a mais esplêndida significação, arrancando do poder, palmo a palmo, concessões antes sempre preferidas, hão de ser culpados do crime e das faltas do governo, do que não faz, nem concede o ministério conservador!

Isto dá o quilate do critério com que escreve o Rio-Grandense, e do sentido com que aprecia os actos dos seus adversários.

Mero servidor de períodos, vazio de sentido, o que quer o escritor oficial é amontoar palavras, ainda que elas se repugnem, ainda que signifiquem despropósitos.

Encorajaram-lhe, por certo, algumas epístolas laudatórias em honra do Sr. Barão de Maná; entalado entre o governo que o paga e o lucro que lhe ofereceram, atorou-se aos deputados liberais, julgando poder assim recomendar o « rico banqueiro » e dar conta da empreitada!

Até hoje, e apesar de seus grandes recursos, nada praticou o Sr. Barão de Maná, que aproveitasse à província, onde nasceu, e da qual por tantas vezes receberam o honroso mandato de deputado.

Agora, porém, que foi repelido pelo corpo eleitoral do 2º distrito, cuja confiança traiu, é que ia apresentar grandes projectos em benefício do Rio-Grande!

Se não fosse repelido, — comércio, indústria, produção e finanças iam receber de suas mãos generosas o mais perentório impulso conhecido; mas é justamente quando, depois de tantos e tão dilatados anos de espera e de estudo, ia derramar sobre nós a coroa de todas as riquezas, que impediram Iho o voto?

Ingrato Rio Grande!

Esse Sr. Salveira Martins é deveras um mao rio-grandense!

Se não fosse ele, se não quizesse vingar a vitória liberal ultrajada, o governo se teria rendido ao influxo do Sr. Barão de Maná e... tarifa e convenio e todas as maiores medidas seriam já uma realidade!

E não ha dúvida, poderosa e irresistível a argumentação do orgão conservador!

Não procurando, ao menos, conhecer o sentido das palavras dos seus adversários, o notável servidão de períodos, serve-se também da proposições que não comprehende — para formar capítulos de acusações.

O ilustre deputado, Sr. Silveira Martins, disse em certa ocasião, como uma ironia lançada à face d'esse governo criminoso, que se mostra indigno da nobre missão de dirigir os destinos de um país, — que o contrabando aproveitava ao povo, que o contrabando era o prejudicado; e o escritor oficial sem perceber a ironia, d'ella se corre-se para lança-la como projétil a dire o nosso digne companheiro, exaltando com flagrada e ridícula indignação, que o deputado Silveira Martins e os colegas especulavam com o ódioso do povo, pervertem o animo do povo, a quem, à semelhança dos corruptores dos romanos, prometiam paixão e circunsa!

Se a ironia não é eloquente, pelo menos podia ter sido de efeito...

Não se contentou, porém, sómente com esta prova de tino e de inteligência o escritor Inspino; nesse dia estava de vila, foi além, muito além mesmo.

Mostrando a mais crassa ignorância dos sucessos políticos, que são ainda de hoje, afirma que a deputação liberal, que os seus leaders, não agitaram a questão na camara, nem procuraram provocar a queda do governo.

Saiha o Rio-Grandense, que fala redondamente à verdade; que a deputação liberal cumpriu o seu dever; e que, se alguma coisa de positivo não alcançou, deve-se ainda a esse governo, à quem endossa, a quem quer absolver da mais justa condenação.

Tinha a deputação liberal prompta a indicação para oferecer no momento em que se discutisse o orçamento; isso se conhece do discurso em que o Sr. Silveira Martins, declarou que para então reservava o muito que tinha a expender sobre a matéria.

O governo, porém, querendo evitar os choques da camara dos deputados e cometendo um dos maiores desacatos que ha sofrido o nosso código fundamental, fez

proposto (II) e passar no senado uma protração do orçamento.

Cometeendo tão grande attentado, tinha o governo ainda em vista tirar à camara o direito de adicionar mais indicação ou aditivo algum, porque não era possível voltar ao senado um orçamento já por elle emendado e acrescentado!

Isto conseguiu o Sr. Rio Branco, como também evitou na camara a discussão do orçamento de 1874 a 1875.

Seu orçamento da fizendo para discutir e fazer aditar-lhe uma medida sobre o contrabando, ficou a deputação liberal na impossibilidade de concorrer para a maioria obra de libertar a província do monstro que a devora.

No entanto, e para que o facto não passasse sem explicação, para que esta heroica terra do Rio Grande soubesse, quem era o culpado de não entender-se a uma de suas maiores necessidades, e que seus representantes não desamparavam o seu povo, o Sr. Florencio de Abreu, na sessão de 7 de Agosto, tratou largamente da matéria, em um discurso, que foi publicado em muitos de um jornal da província.

Tudo isto ignorava o Rio-Grandense e por sua ignorância — accusa aos nossos amigos:

Pode fixar o como e quantas vezes querer o orgão oficial, já que esse é o seu triste fadado; pode ajoelhar-se diante dos seus ídolos de ouro, e encobrir-os com a fumaça do seu pedra insenso; mas, o quanto pode fazer, nem ha de conseguir — roubar à deputação liberal a glória que a circunda, a consideração que por seu patriotismo e por seus serviços — lhe vota esta illustre província.

Mesmo a respeito do contrabando, era suficiente a obtenção das estradas de ferro, meio indireto de combate-lo, para mostrar o zelo dos representantes da vitória de Agosto.

Os seus ataques, convence-se o Rio-Grandense, não alcançam a deputação liberal.

Ela fez mal de que era bastante para desvair a grata apaixonada de adversários baixados e despeitados; conquistou o apreço, o respeito e os aplausos de seus cidadãos.

Refam
254/1865

CONTRABANDO.

Publicou, há dias, o orgão oficial um artigo sobre o contrabando, que está afeitando as rendas públicas e o comércio lícito da província.

Não foi, porém, o desejo de esclarecer tão magna questão e chamar mais atenção sobre ella a atenção do governo, que moveu o escritor palaciano.

Seu fim claro e manifesto foi procurar motivo para deprimir a deputação liberal rio-grandense e arrojar-se aos pés do « rico banqueiro » barão de Maná, cujos cofres podem dispensar alguns mil réis para aquecer o entusiasmo da imprensa mercenaria.

Não nos sobejon então ter o para rasgar a máscara de Tartufo o autor do escrito; outros trabalhos ab orviam a nossa atenção; mas, hoje que elles estão vencidos, compre-nos satisfazer ao que na occasião não podemos, e não deixar passar em silêncio as mentirosas alegações e exultos concorrentes, que ali abundam.

Não ha nenhum rio-grandense digno, nenhum cidadão honesto, qui não lamente o estado a que o contrabando vai arrastando esta bella província.

Tanto da tribuna, como da imprensa, se tem reclamado profecias; os nossos deputados gerais, a assembleia provincial, meetings populares, as praças de comércio têm, qu al suplicando, pedindo remedio ao mal.

As reclamações, como os pedidos, entretanto, têm ficado sem eco; dormem o pedido rotundo do esquecimento nas secretarias de Estado, porque, ao governo, que

Rio-Grandense

31 de 106º

Ainda o contrabando. — Hontem fez a «Reforma» infrutíferos esforços para convencerão publico de que não fôra concludente a resposta que lhe demos sobre o assumpto que serve de exigrapho ao presente escripto.

Repizando o que já disser a e acrescentando de novo sómenta algumas injarias, importou o supremo esforço da «Reforma» apenas na confissão inexpontanea de que justos forão os nossos argumentos.

Por isso nos limitamos a tomar nota do compromisso assumido pela deputação liberal, por seu orgão na imprensa, «de fazer passar na primeira sessão a tarifa especial para esta provincla».

A promessa é facil de fazer, porque o governo está estudando o assumpto e sem duvida apresentará um projecto neste sentido.

Depois dirão os homens da «Reforma», que a iniciativa fo sua, porque assim o annunciarão na resposta que derão ao «Rio-Grandense» em 30 de Dezembro de 1873....

Lá por isso, porém, não haja duvida; venha a tarifa especial, que é o essencial para o nosso commercio, que atravessa medonha crise.

Agora quanto a — destruir intrigas — não se dê ao trabalho a folha liberal.

O «Rio-Grandense» não intriga nem precisa fazê-lo.

O que elle faz é tirar proveito dos erros dos adversarios...

Querem evitar isso?

Nada mais facil; não commettão outros...

Reflectão quando escrevem e calculem o alcance de suas proposições, que não se expõem á receber lições como a que lhes foi dada.

Oligo. grisea

- a -

Rio Grandeza

2 de Setembro

Contradições. — Quis hontem a «Reforma» e avançar a sua de contradição, transcrevendo o que dissemos sobre a assembleia liberal.

O juro ali emitido, é o do orgão do partido; a administração nada tem com isso.

Elas associações se hão que julgou conformes à constituição.

Com as leis de ordem pessoal, apresentadas e negociações não votadas, nada tinha que ver a administração; os patentes de desapropriação entraram na legislação sem impulso nulo de parte da oposição; a distribuição de recursos a certos municípios, fizeram parte da lei do orçamento que não podia deixar de ser passada por causa parcial.

Não ha pôr contradição entre esse techo e a apreciação das relações entre a administração e a assembleia, que a «Reforma» transcreve.

Contradição sim, ha entre os insultos da «Reforma» de hoje, que exgoilho o rosto daquele que quase não votou no Dr. Carvalho de Moraes, no qual ha pouco ainda faltava justiça.

Apreciam os leitores o que a «Reforma» escreve em 19 de Agosto do corrente em no sob a epigrafe questão do dia:

“ As questões manifestaram um carácter de uso intenso; a faculdade conservadora tratou era guerra de armas próprios.

“ Não trouxe a oposição de provar a luta das necessidades da província ou d'afetos da administração; portanto procurou sempre, generalmente os interesses d'esse grupo, considerar os actos do Dr. Carvalho de Moraes.

“ Não, no apparecimento da oposição, algumas dessas discussões, que bem sinto devem-nos pesar.

“ Vamos, nos cartões precedentes da administração, comemoramos solenemente, promessa francesa ante o parlamento provincial: despesas honorarias feitas pela sua embaixada amiga; por isso, apesar de ser a questão de um orgão de d'esse, retratando da crise, devendo cair no campo o embate das opiniões dos cidadãos, que, em nome das idéias conservadoras, violam discutir as vidas e actos do governo.

“ Nossa atitude, em face das circunstâncias da questão, era evitá-las questionando, reclamar por medidas para segurar, defender os direitos populares em perigo de serem esquecidos no calor da guerra pelos confidenciadores do poder: assim nos conservamos ate hoje...

Era essa a linguagem da folha liberal em Agosto.

A essas linhas respondem o «Rio-Grandeza», no dia imediato, 2º de Agosto:

“ É o que fizemos.

“ Não temos dardos a liquidar sobre as idéias que possuem o governo da província.

“ Essas idéias são genuinamente conservadoras, e não podemos deixar de o ser, já que o administrador é um perfeito homem de bem, incapaz de um acto de traição à missão política que lhe delegou seus poderes na província.

“ Se assumisse fosse, se a administração houvesse elaudado falando a sua missão e esquivando os seus deveres, não teria elle o apoio do nosso partido.

“ O facto de apoiarmos o administrador, é a melhor prova de que o julgamento digno e belo delegado da situação conservadora.

“ Difere dessa noite opinião a da outra folha conservadora do lugar, porque entende não dever dar contas de circunstâncias especiais em que se encontra a administração em uma província em que os adversários do actual governo se acham empurrados de todos os cargos da publica representação.

“ Não queremos exigimos o impossível, como não o exige o próprio gabinete conservador, que aprovou a marcha da administração, fazendo justiça ao presidente da província e resignando emportando as consequências da derrota eleitoral, a que nos sucederá os erros do partido.

“ Esse tudo.

“ Estão aí o nosso pensamento sobre a administração, que consideramos delegada del do governo conservador, tanto mais, quanto o próprio gabinete mostra por suas actos aprovação.

“ Somos mais realista que o rel. praticar o contrario.

“ Bem ve o orgão liberal que suas censuras não atingem o ponto objectivo.

“ Nem elles são sinceras.

“ Os liberais bem sabem que a conduta dos conservadores que apóia o governo, é de incita de pecha, que elle é digna de tal, assim.

“ Mas, não lhes somos confissão.

“ Aí aí, contem instigando sobre os dois orgãos suas invocações a luta pessoal arrancando-lhes os odios.

“ Vendo que a conseguiu o seu fim, em face da lincha, violação em que estamos de não terceirar assalto e ferida, medo de tática e efectuando um movimento de fisco, atirou a discussão o caráter político da actual administração.

“ Ah, portém, é perfeitamente evidente o nosso modo de ver e a melhor defesa que temos della é não apoiá-la que permane impossível, se esse governo falhou-se a opinião política dominante.

“ A «Reforma», uns dias em vista devia a atenção do público do que se passa no meio do partido liberal.

“ Elas o que nos diziam os em Agosto e ainda hoje estamos no mesmo posto.

“ A nossa apreciação então, como hoje, inspira-se na verdade dos factos.

“ A «Reforma» pelo contrario, sem que actos significativos houvessem, que p. allo motivar a sua mudança de opinião, itaja hoje d'aristocrata o presidente da província no estyo o mais rasteiro.

“ Mas isso é proprio de uma folha que hontem ainda escrevia:

“ Se o partido conservador continua facioso, como está, o mais exemplo, mais cedo ou mais tarde, terá inimigos entre os liberais; ora esse enfrentamento dos partidos é falso & liberdade & no progresso do país.

“ Portanto desejamos a união de nossos adversários, e não andamos a cada dia motivos para tornar permanente a luta civil que ainda vive.”

Dias entreabertos a mesma folha em 20 de Junho, sub a epigrafe — Não se iludam —

“ Hontem, os lobos não tinham orgão

Atentados. — A «Reforma»... em vez de explicar a escandalosa patota de seu contrato para pagamento e publicação dos debates, ocupou-se hontem ainda com os atentados do «Consitucional», e da antiga empresa do «Rio-Grandeza».

É um sistema como o de qualquer,

cuja moralidade deixamos de apreciar.

Na parte que diz respeito a «Rio-Grandeza» repetiu-se pela decima vez que nada tem a actual empresa da folha com os compromissos que a sua antecessora possui, ter contrabidido, para com a província.

Consta nos, porém, que hontendo sido rompido o contrato do Sr. Berlitzk, pelo Sr. conselheiro Figueira de Melo, considera-se o mesmo Sr. Berlitzk isento de qualquer responsabilidade.

Esse exemplo foi pela presidência afeto à diretoria geral da farsada provincial, e o presidente nada mais tem com isso.

Aquela repartição poderá dar à «Reforma» os esclarecimentos que desejam.

Nós nada temos com isso; o que nos interessa é a patota da «Reforma», que vai receber mais 2.000.000 pelas publicações dos trabalhos da assembleia, da que pedira o «Jornal do Commercio», devendo notar-se que a empresa da «Reforma» nem se quer está em circunstâncias de cumprir o contrato que faz.

A REFORMA.

PORTE ALLEGRE, 20 de setembro,

A folha oficial, desbaratada pelas táticas que professa, fez, honesto, contramarca, o tanto em retraria diante das absurdas conclusões, queesimalmente se derivam de seus principios.

Não admitem-nos; é a sua velha pratica de que é spanhada em flagrante delito d'impedita.

E assim, que em vez do principio que formou, e que transcrevemos, o Rio-Grandeense queria que a Reforma transcrevesse todos os disparates que sieleceu.

Não cumpremos para o nosso proposito, mais do que um de cada vez; escolemos o principal.

O « Rio Grandeense », entre outros, arreou este periodo:

« Assim, porém, pertencia evidentemente à administração que não tem de dar causa à oposição, dos motivos que a governar... »

Ora este periodo é uma proposição do syllogismo, e que se apresenta como maior, menor, ou conclusão, exprime sempre um disparate, no sistema representativo; porque formula a teoria do despotismo, que significa a ignorância do povo e a irresponsabilidade do poder.

Formulada só, ou conjecturamente com outras, essa proposição é sempre uma asserta, que encerra todas as consequências que já n'outro artigo tiramos.

E, pois, em artifício para encobrir o amor próprio da charlalia, confundido, essa gata de desculpada, que faz o « Rio-Grandeense », mentindo que lhe transcarram as idéias.

Nem mais feliz é a folha oficial, quando afirma:

« E absurdamente alega, que serviu provadas quando valentes, não dia aos ofícios diretos a comandados actuais de pôr os inválidos... »

Quer a folha oficial que o seu pensamento saiba deles a desejar, quanto à clareza, porque o comandante Lopes não está invalido, e a sua proposição tem referência ao caso vertente.

O artigo que refutamos, formulou uma proposição geral, e não especial ao caso vertente, expressão que só em sua replica de hontan, empregou o « Rio-Grandeense » mas, geral, para todos os casos, ou especial, para o caso vertente, o princípio proclamado pela folha oficial não é menos um disparate;

Aburda, é o que responga a radio iman, ou o que envolve em si contradíções;

Ora, se o princípio pela « Reforma » era inválida, é, em absoluta, verdadeiro, e portanto, filho da lógica, é harmonio com a razão, não pode ser absurdo, isto é, com ela responsvista, na hypothese especial de que se trata.

Se falso crediale, que o comandante Lopes é um invalido e está robusto e apto para o cargo q'lla deriam, o princípio pela « Reforma » formulado não deixa por isso de ser verdadeiro para tornar-se absurdo, compre, inconscientemente, qualificou-o a folha oficial.

O que podia dizer-se era, apenas, que o princípio não tinha applicação no caso vertente, porque não dava-se o facto da invalidade; no entanto, quer o princípio de verdadeiro tornava-se absurdo, compre, inconscientemente, qualificou-o a folha oficial.

No entanto, clama a folha oficial que a « Reforma » inventa as posições, que trazem as suas idéias, que argumenta de mal fit.

A «Reforma» não faz milagres e não pôde inventar «que não existe»: o « Rio-Grandeense » não tem idéas; o « Rio-Grandeense » não argumenta.

Em retaliação aos juros da estrada de ferro, o Sr. Carvalho de Moraes não faz essas enigmáticas, o sistema é o mesmo.

Disse uns ingênuos, que o artigo 17 do contrato era clara, e só dava direito a ga-

ratia de juros sobre as quantias efectivamente despendidas; mas que fazia-lhes a concessão de pagar até o ultimo dia Junho desse ano, a garantia, sobre as entidades qualificadas.

Bulido nesse terreno de escandaloso arbitrio, que se arragara contra a lei, desfendendo, que o contrato ali era lei, e made, estipulava sobre o caso era omisso.

Bulido novamente, que o contrato era, porque foi aprovado pela assembleia que não era omisso, e consegue o princípio intocado, no art. 15 § 2º, se o era não podia. S. Ex. fazer da direcção as diligencias que quer, visto outra vez de bordo, e hoje diz, que não tem tempo marcado para apresentar contas!

Só é maledicida!

O Sr. Carvalho de Moraes não tem direito de fazer administrativamente, que a lei o não autoriza; portanto as contas devem ser justas e pagas quando a direcção, nos prazo estipulado, o reclamar.

Defeit para mais tarde, sob pretexto de encontros e descontos, é emblemizar a liquidação, dificultar o agente final, e comprometer a fazenda da província; mas também é possível as contas, ganhar tempo, fugar das questões, a lugar ao desprazimento sucessivo, as dificuldades, os protestos da companhia, as reclamações internacionais!

Então não é discípulo de Bismarck, seu filho legítimo da escola de Parabebes.

RIO-GRANDEENSE.

Porto Alegre, 21 de Outubro de 1873.

A POLÍIA LIBERAL.

A «Reforma», guia se pelo «valla rego» - «Das outras que te digitas».

«E pinta retrato, diz elas ao adversário, e vai embarrancando!»

Não, não entramos nesse iudicium arbitrio, sempre que elas nos oferecem um lado fraco, e, moral de D-nos, seu lado fraco só lhes fazem querer que os assentos militares estratégicos.

Ultimamente, comodamente deixa a impossibilidade de dar combate regular em terra firme, conquista a folha liberal a fazer guerra de resistência, apropriando um ou outro bocado de território novo para sobre elle fazer estrada de rotas.

Sua teoria é, que para o seu propósito (a guerra de resistência) a emboscada não precisa de mais de um trecho, mesmo esta vez, sacrificando por isso o que mais lhe convém.

Citando o trecho em questão distanciamos, apresenta a folha liberal ao público o clima — o cheiro.

Havia ainda anotherella entre o seguidor triste:

«A escória, perón, sentencia «exclusivamente, a aristocracia que "não tem de dar a volta, a oposição, dos motivos que a curta" ..

Quê! Isto a «Reforma», de disparata e propriedade sua, e emboscada, não merece tanto a expressão de vergonha.

O administrador da província, em cuja mão a escolha dos seus ministros, não tem que dar a volta, a oposição, dos motivos que a curta» ..

O que disse a «Reforma», de disparata e propriedade sua, é emboscada da vergonha a escória, e emboscada por isso a mesma guerra.

Há dias que essa sua pôla nem dirige a curva na estrada da possibilidade distanciada a seguir um governo conservador.

«O presidente que o fizesse trairia a sua missão».

A proposta foi, senhor, o presidente a propriedade sua, emboscada, a representação provincial e municipal.

«Nem, p' o digo ainda propria, disse talvez.

Longo o tempo que ha tempo a propria «Reforma», por que ainda hontem transveio o seu o seu troço do seu nome

— «Nossa attençao, e, em face das circunstâncias de certo, ha de realizar questões a interesses, ou usar por medidas que segurem, defendam os direitos populares em tempo de guerra» igualmente no calor da guerra p' a escória, ou o poder; assim não conservaram ele troço ..

Ahi só se fazia em influência sobre noruegueses que da castanha competiu a propriedade.

Se a representação provincial fosse considerada como o governo de que é dado gosto o administrador, existiria a influencia que certa lhe competiu.

Assim, porém, deve lheitar-se a sua exploração de atribuições e credos a nossa proposta é exatamente idêntica em relação à indubiosa influencia que queria exercer a oposição.

A nossa proposta é rigorosamente justa, como deve achar todo o leitor incisivo.

Era relago no outro troço processos a folha liberal novos sangrentos.

O caso votado a que nos referimos era a votação de um edital reformado para o cargo de conselheiro.

A oposição, igualmente p' illa formava e relago, no tempo do extenso e portento que era obstante querer tornar a vila comum, tanto seio quanto o general, aí obstante tal invalida.

N'ha de mais forte, bem disputado, artigo e intelectual, que aponta tanta falta de sua p' que, num segredo o capela de cada alcalde.

O general Caldeirão, nascido de p' longa e velha luta, e longos anos em distinções, mudou-se a Braga.

P' explica, poderia ser administrador de polícia Sr. Lopes com falta de nenhuma. Mas a «Reforma» quer que os demônios sejam homens sem alcance, se nos propõe que sua coligação, ou como querem, que o general que é que pôde fazer?

Naquela, é, momentaneamente, o general da polícia tratava-se de seu cargo determinado e n'ha modo de se achar propriamente.

N'ha conseguido a «Reforma» desfazer a sua ordem, com subtileza nenhuma p' que possa resistir a sua gente nova tipo, ouço politico mencionar-me que m'curta a verdade das tuas? » No Ceará super gabineteiros!»

A ambiguidade com que a «Reforma» declara que não faz malogros, nos difama com reservas.

«E obviamente o momento que há entre ferros e fogo.»

«As tuas podem fazer milagres...»

Então já estaria cumida da nossa! ora falava «com o ministro e Rio-Grandense que, não obstante não tenha nova arguição, deixa que faça a falta que — ferro e fogo que faça milagres».

«E sim, mas a «Reforma» nos juros da morte de ferro.

Na tendo abusado a oppo' nos nosas, e não podera' fazer milagres, afirma a «Reforma» a disposição de contratar com da lei, que impõe a condição de imediata e demonstração da despesa realizada e por isso ilimita-se a dizer, que o Sr. Carvalho de Moraes, com o seu pronunciamento, vai disporular a liquidação q' sei a lugar ao seu administrador os dívidas da d'as, os protestos da companhia, as reclamações internacionais.

O argumento se que uma folha teme estupores.

Ele a que disse reduziu em grande questão da estrada de ferro, a proposição a qual a «Reforma» no principio ameaçava o presidente com calote, gritando — pega ladro!

A audiência não correspondeu ao rom-

paço.

A REFORMA.

PORTE ALLEGRE 23 DE DEZEMBRO.

As teorias oficiais.

Admira, faz passar a franqueza com que a folha criada pelo Sr. Carvalho de Moraes sustenta teorias, que não de encontro às conveniências gerais da província, e ferem de frente o sistema representativo.

Quando tanta escandalosidade, como os que temos presenciado, não houvessem manchado a administração do Sr. J. P. Carvalho de Moraes, bastavam os principios subversivos do sistema representativo para folha oficial sustentados, para fazer S. Ex. júz á oposição de um povo sobre, alto e digno.

Se é verdade, que a constituição consagra o princípio, que todos os poderes são delegações da nação; é consequente, que os interesses não permanentes se mudam com as situações criadas pela vontade popular manifestada nos comícios.

Ninguém pôde opôr dúvida á este princípio, que se pautava em grande na política do paiz representado pela assembleia geral:

As câmaras examinam a política do gabinete, votam confiança ou decretem censura; concedem ou recusam os recursos necessários para funcionar a máquina político-administrativa.

O gabinete continua, quando acha apoiado; retira-se o quando não encontra adesões.

Era o grande princípio, que constitui o sistema representativo, o governo da nação pela nação, ou o que os ingleses chamam —self-government.

O poder executivo é para assim dizer eleito; porque, nomeado pelo Imperador, pôde ser derribado pela câmara dos deputados, imediatamente representante do povo, que aporava e sustentava os escolhidos que mereciam a sua confiança; e portanto a quem elegera.

Nos Estados Unidos, onde cada Estado soberano elege o seu governador, dá este facto não só para a Confederação, e mo para cada um dos Estados.

Entre nós, porém, se a província elege os juizes de paz, as câmaras municipais, e os eleitores que nomeiam os deputados gerais e provinciais, o governo — esse nomeia o presidente da província, entidade que d'um lado representa o assentamento político do gabinete, e d'outro, deve administrar os interesses da província, de harmonia com a opinião da maioria manifestada nas corporações, que representam o pensamento do paiz.

Ora, como o governo central representa um princípio político muitas vezes oposto ao que triunhou n'uma ou outra província, resulta para elle uma situação difícil, que só pôde ser solta já com muito orilho, harmonizando o gabinete a sua política com as necessidades reclamadas pela província, para só tornar o princípio da centralização política violento e odioso, o que nunca se faz sem perigo, matando a desconfiança administrativa, n'um território imenso como é o Brasil.

Nestas contingências, se é justo, que a ideia triunfante na província não exija da administração favores políticos, que o delegado do poder executivo não pôde conceder sem trair a ideia que representa; também é justo, que este delegado não abuse das atribuições, que lhe são conferidas pela assembleia, adversa em nome do bem público, para applicá-las ao serviço da ideia política, que está em minoria na província.

Em tais extremos e impossíveis a administração, porque não haverá assembleia tão nescia ou tão indigna, que iria suas convicções e seus deveres para destruir o partido, que, em maior, na província, conferiu-lhe um mandato, e hora para defender os seus interesses os seus direitos, e a sua liberdade.

O presidente, que assim pensar, profere o cargo que ocupa á vantagens gerais que o devem guiar, e que só justificam o organismo social, as diferenças de categoria, e é indigo de ocupar um momento o posto de honra, que deve ser confiado aos cidadãos inspirados pelo bem geral.

Nem um governo sensato, e zelo os interesses gerais, a propria honra, e o triunfo e glória do seu partido, pôde deixar de lavrar decreto de demissão contra o presidente, que assim se confessava ignorante das leis que regem o sistema; e incapaz de exercer os altos deveres, que lhe são confiados.

A consequência da lema do presidente é manter o seu posto, ou da pertinacia do governo em suscitá-lo, é um prejuízo

real para a província, que não pôde fornecer meios e recursos para sustentar a polícia, para se executarem as obras decretadas, porque o presidente não merece confiança, não tem zelo, não tem lealdade, não tem probidade.

Os empregos criados, dalos-ha a satélites políticos, sem atenção às conveniências públicas, como fez com o comando da polícia; os dinheiros da província, despendidos-sa sem conta nem medida, como fez com a concessão de juros à estrada de ferro; as autorizações — para contratar empresas, usará em favor dos amigos descontentes, ou servir-lhe-hão para comprar apoio deshonroso.

A assembleia não pôde conceder a um homem nestas condições, nem uma atribuição, nem uma autorização, nem um real.

Sem poder, sem faculdades, sem crédito e sem dinheiro, como hâ-de o presidente sustentar o prestígio do princípio da autoridade central, e a hora da própria reputação?

Um homem digno, um cidadão, não exerce comissões por amor do salário do emprego, fal-o por amor da glória de seu nome, fal-o por amor da pátria!

O Sr. Carvalho de Moraes vai pondo em prática, na administração, a teoria contraria, que prega na sua folha oficial, nessas palavras :

« A representação faz suas leis, o presidente as sanciona, não sendo inconstitucionais nem absolutamente contrárias ao bem da província e as executa. »

« A isso limita-se, porém, a influencia da representação, quando elle é contraria á opinião dominante representada no governo. »

Na esfera propriamente administrativa não pôde inferir um partido em oposição, embora tenha elle a representação provincial e municipal. »

O Sr. Carvalho de Moraes confunde a administração com a política;

Miró não está longe, e o Sr. Carvalho de Moraes, se não tiver o patriotismo de tirar-se antes, verá pelos factos, tirada a prova real da teoria que defendemos.

Se o Sr. Carvalho de Moraes quiser lembrar-se do passado, se hâ-de recordar, que a sua nomeação para presidente do Rio Grande, foi justificada com esta única desculpa — é preciso condescender com o espírito da província, nomeando um presidente alheio às paixões políticas dos partidos!

O Sr. Carvalho de Moraes, porém, tem mostrado um pobre homem e levárá, quando retirar-se, em bravo, la província, a lembrança de seus desastres eleitorais, e a triste convicção de que sacrificou a sua administração a vangloria de crear um partido, e não foi mais do que o instrumento d'um corrilho, sem patriotismo.

Por Gondomar
25 de 1865

As teorias liberais. — O artigo da «Reformas», de anteriormente, é uma pallida paraphrase das idéas que temos sustentado.

Querem a prova?

Basta para dar a paraphrase para nossa vez o escrito do orgão liberal:

C. mo o partido liberal vitorioso nas urnas representa um princípio político oposto ao que triunfou no paiz, resulta para elle uma situação difícil, que só pôde ser solvida com muito criterio, harmonizando a representação a sua política partidária com as exigências de situação, para não tornar o princípio da descentralização política, violento e odioso, o qual nunca se faz sem perigo, matando a necessária centralização administrativa em um território imenso como é o Brasil.

Nestas contingências é justo que a ideia triunfante na província não exija da administração favores políticos que o delegado do poder executivo não pôde conceder sem trair a ideia que representa ento havendo administrador tão nescio ou tão indigo que traja seus deveres para desfazer o partido a que pertence e que domina no paiz.

A representação, que assim pensar, faz idéia exagerada de suas atribuições e profeta os seus pequenos interesses de partido aos principios gerais que a devem guiar e portanto indigo de ocupar as cadeiras, que devam ser conferidas aos cidadãos inspirados pelo bem geral.

Nenhum poro sensato, que conheça os seus direitos, pôde deixar de reprevar o procedimento de uma representação que assim se confessava ignorante das leis que regem o sistema e incapaz de exercer os altos deveres que lhe são confiados.

Kia o que nós dissemos, a «Reformas» apenas faz uma mal amanhada parodia, que destarte acabamos de reduzir aos seus verda leiros termos.

Verdadeiramente engredada é a mania da «Reformas», que com o maior «exa falso» confunde a província com o partido liberal, dizendo que a PROVÍNCIA não pôde forse mas á administração porque o presidente não lhe merece confiança.

Então a província é liberal? Não ha nella conservadores nem amigos do governo, que também pagão impostos?

Porque a influencia indebita exercida por certas autoridades militares, a ação do partido conservador, a fraude e a corrupção derão uma momentânea vitória a um partido sem raizes na opinião, sem homogeneidade de princípios, sem ideias definidas, segue-se que a província é absorvida por tal partido?

A regular a teoria da «Reformas», establece-se a seguinte dedução:

Os liberais ganharão a eleição, logo derão a representação:

A representação e a província, logo os liberais são a província.

E nem os liberais o são, porque estes não encorajam o sermo á «Reformas».

A província, na opinião da «Reformas», não os moços da propria «Reformas»!

E a teoria não comoda, mas não cremos que com ella concordem os habitantes da província.

Quanto á ameaça de negarem ao presidente autorizações, autorizações e até um só real, nada dissemos.

O presidente da província conhece suas direitos não recusa ameaças que cahem no ridículo.

Os moços da «Reformas», que fazem parte da assembleia, não dispõem do que a elle: o cargo de deputado tem grande responsabilidade, e delle ninguém pode usar por satisfação de caprichos de partido por questionáculos de Bagé e outras querendas; se a maioria da assembleia, inspirando-se nos maus sentimentos dos moços da «Reformas», quiser sacrificar o bem estar, o progresso e os interesses todos da província, a satisfação dos seus caprichos pessoais, saberá o presidente da província proceder como em suas arbitriações.

Se os moços desconhecem os seus deveres de deputados, o presidente conhece os seus como administrador.

Felizmente, porém, não é de supor que provação n'uma corporação, que deve ter consciência da grande responsabilidade que sobre elle pesa, os caprichos pessoais e os maus despeitos de alguns moços sem educação política e sem consciência da posição que ocupam.

Miró não está longe, e por isso appellamos para os factos.

O resto são — galácticas da «Reformas». Se elle é tão galáctico...

as realidades da oposição

Montem afirmou a «Reformas»:

Que foi «tolerante» para com o presidente da província, porque acreditava em seus protestos (7) de harmonia e justiça;

Que se collocou depois em oposição, porque os seus actos mostravam o contrário;

Que tem em linguagem severa, prolixo o proceder do administrador, que abandonando a sua verdadeira missão, metamorfoseou-se em instrumento de uma política pequena e sem patriotismo;

Que finalmente, ainda ha um meio de captar de novo a tolerância da «Reforma», — é arrumar carreira.

Isto, verídico em vulgar, significa:

Que a «Reforma» foi «tolerante» com o presidente, enquanto se persuadia que chegaria a dominá-lo, tornando-o instrumento de suas maquinâncias partidárias;

Que se collocou depois em oposição porque os actos do presidente provavam o contrario;

Que tem em linguagem não só severa, mas indigna, indecente e vergonhosa, agredindo o administrador, que conservando-se tal é idéia dominante, cuja delegação é na província, não quis metamorfosear-se em instrumento da política pequena, subversiva e sem patriotismo, do ex-criollo semi-republicano, que se aposentou da imprensa do partido liberal;

Que finalmente, ainda ha um meio de captar de novo a tolerância e isto os desbragados slogan da folha liberal, — é S. Ex. arrumar carreira, trahir sua missão na província, e entregar-se regamente à influência dos pseudo-liberais da «Reforma».

Eis ah! o que significam as palavras da «Reforma» verbidas em vulgar.

E de facto assim é: Porque até hoje a «Reforma» não achou um único acto da presidência da província, que seja honesta mercê.

Todas as suas acusações, em doze meses de febril excitação, fôrte por nós radicalmente destruídas.

Resumem-se elas:

No procedimento da presidência sobre os negócios de Bagé; no pagamento dos juros à estrada de ferro; na nomeação do coronel Lopes para comandante da polícia; no processo instaurado no capitão Cruz Ferreira Soares.

Nos negócios de Bagé, a própria «Reforma» não toca mais, porque compranhando quinquela comédia só podia acarretar lhe o ridículo, momenta quando se considera que por causa dela, a «Reforma», sem conciliar sequer a opinião do partido, mudou a sua atitude em face do governo da província;

No questão de juros pagos à estrada de ferro foi a «Reforma» completamente baima, mostrando-se-lhe que mal interpretara a ordem da presidência, que era pertinente legal;

No questão da nomeação do honrado coronel Lopes ainda mais triste papel fez a «Reforma», porque tendo feito gravíssimas cargas à hora e à probidade de nomeado, f.º por nós contestada lheia por lheia e ante a esmagadora verdade dos factos, teve de calar-se vergonhosamente;

No processo Ferreira Soares acabamos ainda honrados de provar a legalidade do procedimento da presidência.

E puis das 4 questões levantadas pela «Reforma» em 2 meses de oposição, uma só não ficou em pé e tola fato vitoriosamente debatida pelos defensores da administração.

Então clara portanto que a «Reforma» faz oposição porque quer, mas não porque tem razões sérias para isso.

E essa oposição elle a faz de forma indigna, em linguagem vil e injuriosa, esquecendo todos os preceitos de respeito à autoridade e os próprios da boa educação.

Eis aqui porque, devolvendo gratuita iuris, qualificando de banditismo o procedimento da «Reforma».

O banditismo é a sua escola, e a nossa censura ao seu procedimento é rigorosa obrigaçâo.

30 de 1872

O CONSTITUCIONAL

Aos nossos assignantes

Desaparece hoje da arena jornalística o *Constitucional*.

Devemos aos nossos assignantes e ao público a explicação desse facto, a exposição das causas que o originaram.

O apparecimento do *Constitucional* foi motivado na scissa operada nas fileiras do partido conservador, e como uma necessidade à sustentação das idéias e interesses do grupo denominado cordo, que apoiava a marcha do patriótico gabinete de 7 de Março, então hostilizado pelo grupo denominado lobo, representante da dissidência conservadora.

Publicação periódica, com a administração do Sr. conselheiro Figueira de Melo o *Constitucional* tarcou-se imprensa diária a tomo a defesa dessa administração, guerreada pela fracção conservadora dissidente e pelo partido liberal.

A direção nosta, desta imprensa, começou de oposição lupina ao dígnio delegado do gabinete de 7 de Março, o Sr. conselheiro Figueira de Melo, isto é, em 14 de Abril de 1872.

Um anno, ou 6 meses e 16 dias mantivemos a publicação do *Constitucional*, com penosos sacrifícios, superiores mesmo às nossas forças.

Nunca especulamos, não pedimos favores ao governo, não lesamos (podemos declarar bem alto sem receio de sermos confundidos) em nra caixa os cofres públicos.

A imprensa exclusivamente política acarreia o sacrifício daquelles que nella se envolvem, quando não mantida à costa dos partidos que representam, ou são favorecida com as propinas do governo.

O *Constitucional* teve o concurso, o auxilio de alguns co-religionários; porém concursos exiguis, insuficientes à sua manutenção.

Os nossos assignantes da campanha, com honrosas exceções, compreenderão que concorreram para manter-se um jornal pelo simples facto de o receberem e lerem, sem recordarem-se da obrigação de satisfazerm o importe das assinaturas.

Temos em assinatar-se de fóra desta capital, em aberto, um débito superior a 8 contos de réis, correspondente aos dois últimos annos!

Nossos esforços, para sermos embolados de semelhantes assinaturas, fôrto improficos!

A receita do *Constitucional*, pois, em tempo algum equilibrou a tanga parte da despesa.

Continuar em tais termos, era absolutamente impossível.

Ha muito, só os nossos esforços, a nossa tenacidade, calando as dificuldades do futuro, pelos onus que continuavam, mantinham o *Constitucional*.

Nosso maior ardentes desejos, o que esperavamo, o que aguardavamo para retirar-nos da arena da imprensa política, para o desaparecimento do *Constitucional*, era que o secessasse a discordia nas fileiras do partido conservador; que as denominadas lutas e cordões fossem extintas.

Esses desejos, essa esperança são facilmente uma realidade.

O partido conservador, possuindo um órgão autorizado na imprensa desta capital, tornou dispensável o nosso fraco concurs.

Assim o comprehendemos, e finda julgamos nessa missão.

Restava-nos considerar que existião assinaturas do *Constitucional* a vencer-se, e que, sem desar nosta, não podíamos prejudicar aos assignantes nesse caso.

Convencionamos com o Sr. João Cândido Gomes a publicação de um novo jornal, diário, em substituição do *Constitucional* e do *Almanaque Semanal*, suinando dos preços do estabelecimento typographic do mesmo senhor.

Segundo esse acordo, o *Mercantil* aparecerá nos primeiros ou no primeiro dia do mês de Janeiro, sendo remetido a todos os nossos assignantes, não sendo assim prejudicados os que satisfizerão suas assinaturas.

Em consequencia dessa convenção, tomamos sobre nós a redacção do *Mercantil*, que não se envolverá na polemica política.

Retiramo-nos da imprensa política com a consciencia tranquilla, convencidos de que se algumas vezes fomos injuriosos e agressivos, a esse proceder fomos impelidos por provocações que fôrto dirigidas.

Nossas aggressões, injustiças, e se

quisserem mesmo, excessos, não uns caso desculpava.

Temos nos explicado como deviam ser, com especialidade aos nossos co-religionários e assignantes.

Obligos sobre políticas e actos de la Presid.

- C -

Belo Horizonte
16 de set.

Belo Horizonte
17 a 18 de

Reforma
18 a 19 de

Mediocridades. — Diz-nos ex-vos a «Reforma» que o que dissemos sobre certas mediocridades, que a força da censura e ameaçando-se de imprensa, querido impôr à província como grandes laços, quando de fato são paixões de repetição de phrase ampliadas que só podem ser individualizada pelo constante emprego descriptivo — gírias, sobre etc.

A critica do «Belo-Grandense» é falso no conceito e por isso merece fama, nenhuma contida o partido conservador.

Apresento os títulos os seguintes trechos da «Reforma» de domingo ultimo:

«Falsa press. «éphese honesta, que se figura de «gente boa», um partido onde tudo é certo, e só não tem um «erro» que só mal pode faltar em mediocridades!»

«é só o maior desprazer! Pois onde é que se notabiliza, como se fira de caso perdido, todas as mediocridades, e contra inferior a menor mediocridade, sendo no parido conservador danta ilustre província, e nomeadamente entre os chefes da província?

«Eles: é conservador e mediocridade, é dizer, na província, uma e mesma coisa.

E isto dizem aquelas que fizeram parte da conservadora assembleia provincial de 1873, dessa assembleia, que com pavor e horror vêem aqueles partidos mais uma reunião de estampas com juízo e bom senso, do que sua assembleia legislativa.

As histórias de gente equívoca, cantada com rincão, vr. por um dos maiores, e mais velhas deputados do Brasil, de dentro, ou gente com nome, historias a palavrada de outras que já, juntas ignoravam de que era seu dia, prova, se reprovações que o errou do presidente da casa, se discorda a que tinham, mas discordam, se projecta, e inconscientes apresentam-se posteriormente retratados, as figuras que deputados de tempos antigos tiveram de dar aos ignorantes, ou ignorantemente discursos de jalardões e esquimóis, estafados que foi visto e presentado pelo público, que seria de suas galérias, vivendo na lembrança da capital, que também presenciam os membros das assembleias conservadoras e sabe que ali havido parlamentares experimentados, talentos incomparáveis, bons patriotas e homens ilustrados, que nobreza conquistaram os aplausos das galérias e a simpatia dos homens sérios.

Não assim na ultima reunião da assembleia.

Os próprios liberais dirigiram-se nas galérias, envergonhados das representações, para cuja culpa herói constituiu.

Marcou não tarda o berço comum de seu reboco, por seu velho o «merito», dos mais belos liberais, que, com larval arrojo, jogou sobre a justiça o partido que em suas fileiras contava as mais honrosas reputações da província.

A «Reforma», provocou a critica severa e desaprovada; talvez, pois que as mesmas medo e reservas alguma temos a guardar.

O Sr. Florencio. — O correspondente das diferentes «folhas», não quis calar as súas.

No seu banho o seu primo destapado e portanto voltou mais uma vez à infâmia.

Do alto da sua poltrona de «cubo» autor de «cauda temperada» — que a sua bondade o pera a julgar esplêndida e grande criador, não responde o Sr. Florencio ao «Belo-Grandense» e prefere dirigir-se ao presidente da província que na sua vila a questão vertebra.

Tomastico o Sr. Florencio; a casa é mais comoda, porque tem certeza que Sr. Ex. não responde.

Nao Sr. Florencio andava um pouco amarrado, porque sabia que por ali se diria, que não só approuvava o respeitamento ao Sr. Carvalho de Moraes.

Approuvou o seu liberto então avançador, resolução de pedir o auxilio dos companheiros e bendito que o alçasse de partido as bras de «tribunais» que não é de esquinas; como prouva o rapto Manoel, apresentou-se elle, disse-me, a dirigir a alçado em S. João, já não julgado ainda sufficiente essa prova de dedicação, apresentou o protesto, patetizando injúrias ao seu fundo, para provar que certas impressões «não» lhe chegaram quasi dignas de figura a par da do virtuoso.

Pois bem provado lhe faga.

A não só nos incomoda; clara que latra a Igreja, deixando latir.

Mais uma observação:

O Sr. Florencio qualifica com raso de brutal ignorância o facto de lapso-na discussão o nome respeitável de uma mil de família.

Vai nisso a justa condenação do seu projeto, procedimento, porque também largou à discussão o nome de uma respeitável matrona, já falecida, servindo-lhe de pretexto um acto de caridade, um serviço prestado por membras mulheres que só podia merecer respeito, mas nesses que via servir de pretexto para revolver a alma de uma fraca.

Nesse procedimento vemos também — briga grande —.

A administração da província distingue seu devido de Juiz do Sr. Florencio e seu respeito.

Tom para juiz nato o governo do país e ponho lhe deve importar a opinião de um moço ligeiro que se apaga a qualquer pretexto para hercúlea de dir arriba da sua dedicação aos conservadores que lhe deram o pé adiante e pedem alijal-o.

Campes o seu fadado o Sr. Florencio; não só lhe porem embargos porque — não vale a pena.

Discussão política. — Transcorrendo um trecho da nossa revista para a obra, extraído em linguagem calma e decente, mas a menor fressa aos admiradores, acrescentou a «Reforma» o seguinte ao escrito editorial as seguintes linhas:

«São infelizes ciganos os homens que tem a coragem de se desmascararem, como o Sr. Carvalho de Moraes, se alto cargo que exercem, mantendo assim diante de um país italiano, que existe por mestres o que escreve ou faz escrever a primeira autoridade.

«Aqui, diria o caleche a João Cerveira, e segundo a qualificação das nossas, que os conservadores estariam unidos a Fortes, e a «reforma» e os liberais pareciam que o presidente, domo, se de S. João; agora, vantagens de haviam o partido conservador e pleiteado a sede desbotado.

«Qui grandez! que pejanga da partida!

«E grande! dize seu formulário e particular que tanto por si o governo, presidente, chefe de polícia, delegado, subdelegado, juiz, comissário, os empregos, os promessas de todo o gênero, e até o Sr. Douglas e outros, só ainda permanecem a si mesmo por haver praticado o «arrejo» e de platinar a alçado para ser denunciado!

«Qui pucha! homem é esse João Cerveira, e assim a bandi a cunha, valco!»

«E, o salto que deu o dois «ladrões» que se rebentaram a noite, a um horro, os dabis, os pleitos, a alçado armados de poder, e perdendo o «x» contra os liberais sem punição alguma, oficial, considerado com a violência excessiva de quem rebentou o rebento, que daqui por diante, mesmo em oposição, ou «conversa» «veracidade» os liberais, fortalecidos no poder!

«Esta logica não é culpa de João Cerveira, e assim a lenda a esta logica é corrupta.

«Fica, babado.»

A folha que escreveu isso em coluna editorial e em certas discussões políticas, se diz orgulho autorizado do partido liberal da província do Rio Grande do Sul!

Deste partido que entrou no seu clube social no Dr. Costa de Pinto Alves, Dr. Luís da Silva Flores, conselheiro Braga, Dr. Lourenço d'Ávila, e nas fileiras do qual militou intransigente catalisador da sua educação e elevados sentimentos.

Não crendo que um ex-membro do partido liberal, etapação filha dos homens da «Reforma», possa ter solidariedade com agradável prostituição política.

A «Reforma», considerado isso que ali faz achado, «é ru memória», e continuando a dizer se orgulho do partido liberal, é que sua respeitável superioria ao mesmo partido.

Não crendo que em todo o Império, etapação feita de astúcia, «Ordem» de Paraná, haja ou tenha havido folha que tanto se utilisse.

Mas fala-se, que a «Reforma» anda agora a namorar o Dr. Britto, esforçando-se por angariar suas simpatias...

E nem só nisso ha originalidade nessas rasturais descomposturas, porque a folha liberal, servindo-se de termos inventados por outros, confundes a sua chata folha de espírito.

A brutal agressão que ambra transversamente da medida exata do estado de desmoralização em que se situa a folha que infelizmente representa o partido liberal.

Poderia dizer-se tanto — mais não.

Já não falamos o juiz, dos meus extrajulgamentos preferiu a sentença todos os homens bem educados e decentes do partido liberal.

Os Drs. Stalmbo, Ferraz, e Figueira de Melo enfrenta virulenta oposição, mas nunca a impressa se degradou ao ponto a que chegou a «Reforma» em seu numero de honra.

A potestância do «Belo-Grandense» — A folha do Sr. Carvalho de Moraes ataca a inferior os redutores da «Reforma», e isso ainda a potestância da província que está no colmo, ou se diz por agradecidos.

Não tempos essa folha, reverteu as ciertas do falecido coronel José Estrela de Abreu e Silva, que diretora ou influentemente pôde talvez que devo com a filha de ofício de coronel Lopes, comandante da polícia, e a qual este não é capaz de extrair a lei da publicidade; e, no seu deserto, entendeu que o nosso amigo Dr. Florencio na ditta folha, em desfachado da humilhação que lhe dera o seu, e de quem de quem desonra de ser filho.

Além disso, pegou-lhe cheias, que algum valor posterior tem, se acresce não participou da festa nupcial d'onde emanou.

A imprensa do Sr. Carvalho de Moraes só que ainda desenhar de uma maneira, é só que um segredo de imprensa ou menor dos atos judiciais, é todo — a competência.

Tireu desse a competência, e o actuou-tornou-se-na mala.

Assim vai as descomposturas da folha oficial.

Não são elas, portanto, dignas de respeito.

Diremos tão só:

1º que se o nosso amigo entendeu de preferência dirigir-se, em sua escrita acima, ao Sr. Carvalho de Moraes, e fez com toda razão, porque só essa liberdade é o respeitável pelo artigo igualmente alfineteado deles. Se eu respeitasse por ele. O escrito foi fabricado pela polícia, e tanto assim, que o Sr. Hugó Gomes, interpelado pelo nosso amigo, não com assco de... declarar que não tem parte aqüela mencionada escrita, nem provavelmente soube de que tal artigo devia ser publicada, porque o Sr. Carvalho de Moraes lhe não só satisfazidos pelos artigos que minda publicar no jornal oficial, em que só coupa nota de ferro negra de desse o Sr. Quintino.

2º que o mesmo Dr. Florencio não tem, que, dar saídas ao Sr. Carvalho de Moraes e se apreser a ele, o respeitável da «Reforma», cosa S. Ex.; mas não podia suitar de aprovar-a, direto da imprensa, por sequente-resposta do mediocre adjunto... por, que não sabe desempenhar o seu de... nem os encargos que sobre sua administração pesam.

Quanto ao adjunto, de que, disse a folha do Sr. Carvalho de Moraes, teria na o nome anônimo; não passa isso de um bicho, graças ao ilustre pascal, igual àquelas de que tem sempre por mais de uma vez faltado, e é que se assista de fato sua filha, e o que lhe deitamos de respeito.

Fique, portanto, sabendo a folha oficial que não foi o «B. Florencio» quem expandiu tanto orgulho em desfachado de ir assistir à alçado de S. João, de Montenegro; porém isto, pelo partido, designado para similiária tarefa.

Reforma
19 de out.

Rio Grandense
21 de 1866.

Rio Grandense
23 de out.

Namoro: — Anda a Reforma agora a namorar o Sr. Bittencourt, diz o Rio-Grandense.

No entanto a *Reforma*, tem guardado sepulchral silêncio a respeito da luta intestina que devora o partido conservador, luta provada pelas cartas do Dr. Bittencourt; e isto quando o *Rio Grandense* com as suas inhabeis intrigas, até da falsa notícia da chegada do Dr. Ávila a Porto Alegre, tira motivo para mexericos.

A nossa política é maior, é mais nobre; desejamos para a boa marcha dos negócios públicos, educação da imprensa e dos cidadãos, o régimen regular dos partidos fortes.

Se o partido conservador continuar faccioso, como está, o mão exemplo, mais cedo ou mais tarde, terá imitadores entre os liberaes; ora, esse esfacelamento dos partidos é funesto à liberdade e ao progresso delpaiz.

Por tanto desejamos a união de nossos adversarios, e não andamos a cata de motivos para tornar permanente a luta civil que ainda vive.

Mas, já que o *Rio Grandense* nos provoca, forçoso é confessar que o Dr. Bittencourt mostra dignidade; não querendo na direção da imprensa conservadora o redactor do *Rio Grandense*, que infama o partido perante a província e o imperio.

Além disto, o grupo que acompanha o Dr. Bittencourt, é muito mais numeroso, disciplinado e dedicado do que o grupo que apoia a administração Carvalho da Moraes, contra quem murmura baixinho, e a favor de quem dá vivas em voz alta pela garganta do celebre Rosca, que não se lembra: que quem tem o sello de G. Dias na coxilha do fogo, deve ter a língua menos comprida.

Órgão conservador. — O «Jornal do Commercio» de Pelotas acaba de ser proclamado órgão do partido conservador, assumindo a sua redacção diversos cavalheiros distintos, pertencentes / s filhas do mesmo partido.

Não recebemos o «Jornal do Commercio», razão porque não transcrevemos des de já o artigo inicial da sua nova phasse.

Tomamos entretanto do «Diário do Rio Grandense» as judiciosas phrases em que noticia aquele facto:

« O „Jornal do Commercio”, em artigo de fundo, declara-se, tomando de ora em diante parte activa na politica, órgão do partido conservador, e seu representante na imprensa.

« E se até aqui advogava os princípios da ordem e da moderação, para engrandecimento do paiz, fazia o sub a responsabilidade e valor do seu redactor e proprietário, agora a sua posição é diversa, a redacção, que só se deve inspirar nas idéas e interesses do partido conservador, está confiada a diversos cavalheiros.

« Cumprindo já o seu dever, como representante das idéias e dos sentimentos conservadores de Pelotas, por têles adhère à unificação do partido, pelo congraçamento dos animos, e esquecidas passadas desdilégencias.

« Nós nem mes no sabemos o q' devemos mais aplaudir, se a nova phasse em que se coloca o «Jornal do Commercio», tão cheia d' promessas no futuro político da província, se a consequencia que deduzimos do seu primeiro passo, a harmonia do partido conservador manifestada assim unanimemente por todas as folhas do partido no 2º distr.cto.

« E se até aqui ainda era possível duvidar se da unificação, h-j: nenhuma dúvida e mais possivel, quando em t das as lcalidades a imprensa a festeja, e se dedica a sustentá-la, afastando de si as mesquinhias questões e as r. validades pessoas que ja tão fúnebas foras ao partido conservador na província.

« Nossos votos e desejos são q' o «Jornal» seja sempre interpretado do partido cuja bandeira acaba de hastejar por forma tão solene».

Em que peze à «Reforma», cada vez mais se consolida a união do partido conservador, que hoje se apresenta com toda a pujança, contando na imprensa da província já dois órgãos seus por assim dizer officiales, além de outros que redigidos por conservadores qualificados exponham adhesão lhe prestão.

Logo que recebemos o «Jornal do Commercio» faremos a transcrição do seu artigo-programma, extendendo-lhe desde já a mão de amigos e companheiros de jornada, na nova phasse em que entrou.

Desastre. — Um correspondente que o „Diário” do Rio Grande tem em Pelotas noticia da forma seguinte o desastre jornalístico que ha pouco aconteceu ao jovem bacharel, filho do illustre general Osorio:

.. Está cerrada a polemica entre o „Jornal do Commercio” e o Dr. Fernando Osorio no „Diário”.

.. A luta é politica, porém já estou vendo o horizonte ir-se carregando de nuvens.

.. O caso é este.

.. O Dr. Osorio quis ss. mostrar, e de lança em riste e de viseira calada, phrases delle, como se ainda estivessemos nos tempos da cavalaria andante, atirou a luva aos conservadores, e hasteou bem alto a bandeira liberal, ainda outras phrases que são d'ella.

.. O „Jornal do Commercio”, como orgão dos conservadores, meio sério, meio rindo, espunhou uma maça de armas, e parece que lhe enterrou o elmo pela cabeça a dentro, tirando-lhe a viseira, e partindo-lhe a lança.

.. O que tambem não custou muito, porque o filho é definitivamente muito máo lanceiro, e caiu no chão ao primeiro bata como se fosse um castellinho de papelão.

.. Agora, elle que disse perolas já dos conservadores, zanga-se e arrepia-se todo por uma ou outra phrase, por uma severa apreciação de seus escriptos e do procedimento do partido liberal.

.. Esquece-se que quem vai a guerra a tudo se arrisca, e que quem diz o que quer, vive o que não quer, e justamente é o que lhe vai acontecendo.

.. Mas natureza que se afoga muito em pouca agua, lança em rosto ao „Jornal do Commercio” os conceitos que lhe erão pessoas, e pretendidas offensas ao partido, perdoa tudo pelo amor de Deus, e logo em seguida escreve um periodo como o que aqui vou copiar:

« Sei que um contenta-se apenas com ser vereador da cámara municipal; outro com uma cadeira na assemblea provincial; outro com uma tribuna na assemblea geral; outro com uma poltrona no senado; outro com uma pasta de ministro, e finalmente, monarchistas tão exagerados só não pretendem o trono porque a constituição que jurarão manter ja estabeleceu a dynastia reinante. »

« Depois disto o diluvio, ou então uma segunda conferencia no theatro, como a primeira que tão gratas e raras lembranças deixou, por ser mesmo uma raridade.

« Porque elle assina os seus artigos, enquanto o «Jornal do Commercio» não descobre o autor dos seus artigos de redacção, a ponto de deixar o Dr. Osorio em luta com «sombras», com «visões», ainda phrases de le.

« Tom seu chiste o achado de sombras e visões que querem empregos e lugares de representação publica.

« E o que mais me cahio no góto é a «visão» ou sombra que quereria o lugar do imperador se este ja não estivesse ocupado pela constituição,

« Estou quasi a crer que o nosso jovem patrício e forte nos Mil e um Phantasmas de Dumas, e que educou a imaginação com os contos de Hoffmann.

« Se continuar pelo andar em que vai, tem de ir muito longe, e eu muitas vezes que lhe mandar massadas destas. »

Porto Alegre, 24 de Dezembro de 1872.

Reforma
24 de 1872

REVISTA POLITICA.

A prisão do capitão Ferreira Soares. — Qualifica a «Reforma» de ilegal a prisão do capitão do exército Joaquim da Cruz Ferreira Soares, efectuada antes de ser esse oficial submetido à conselho de disciplina.

Não basta esta simples declaração.

Cabe a quem accusa a administração de que cometeu uma ilegalidade, provar que o facto praticado é proibido por lei.

Contudo vamos demonstrar-lhe que a sua acusação cabe por terra diante das expressas disposições de lei.

O regulamento provincial de 18 de Dezembro de 1869 e o acto da presidência de 18 de Janeiro de 1872 por que se rege o corpo policial, não determinam que a prisão do oficial depende do resultado do conselho de investigação.

Assim, entendem S. Ex. o Sr. presidente da província que devia subsistir a seguinte disposição do citado regulamento:

«Artigo 168. Qualquer réo que tiver de responder a conselho, será imediatamente preso. Sendo oficial será a prisão no estando maior ou debaixo de homens, gem, no recinto do quartel ou da cidade, a arbitrio do presidente da província.»

O conselho de investigação só tem de averiguar sobre a existência ou não do delito; é autoridade incumbente, pelo exame das peças do processo, verificar se deve ou não mandar prosseguir no conselho de disciplina.

Se uma ou outra vez isolada se fizer ouvir, se um ou outro brado disperdiçar-se, ou-a voz, esse brado não encontrará eco nas fileiras compactas do partido conservador.

Calorão-se os ressentimentos que pudessem existir.

Se uma ou outra vez isolada se fizer ouvir, se um ou outro brado disperdiçar-se, ou-a voz, esse brado não encontrará eco nas fileiras compactas do partido conservador.

Nessa constituição, que vem assinada por dois valiosos próximos do partido liberal, como são os Srs. conselheiros José Thomas Nabuco de Araújo e visconde da Abadia, se diz:

«Que se a conclusão dos conselhos de investigação não é senão um parecer que serve de informação à autoridade que criou os conselhos de guerra, esse parecer não a obriga, e pode elle mandar prosseguir ou não o processo, nomeando ou deixando de nomear os conselhos de guerra.»

Contra esta doutrina, aceita geralmente, não deve revoltar-se a «Reforma», quando mais não fosse, os interesses da disciplina determinando a sua aplicação por parte da autoridade concorda do seu dever.

Portanto, sustentamos que a prisão do capitão Soares foi perfeitamente legal, como legal foi igualmente o acto da presidência que o mando submeter a conselho de disciplina.

Desabafa a «Reforma». A actual administração recomenda-se pelo stricto cumprimento da lei; e tranquilla pelo apelo dos cidadãos bem intencionados, seguir sua marcha, sem importar-lhe com as apimentadas especulações da folha ultra-liberal.

Colonia de S. Feliciano — Não houve «processo» no contracto celebrado entre a direcção geral da fazenda provincial e o cidadão José Maria Peixoto para os reparos da estrada que da vila de S. João Baptista de Camasquim vai à colônia de S. Feliciano.

A execução da obra tem negar por diversos modos; se o regulamento da repartição de obras públicas, no artigo 22, dispõe que só de preferência acarretaria arremetido em hasta pública, nem por isso exclui a empreitada, administração e conselho.

Reconhecida a necessidade urgente dos reparos da estrada em questão, foi a obra contractada com um cidadão residente na localidade, mas que outro qualquer habilitado a concorrer em breve prazo a estrada, tornando-a capaz de servir ao trânsito público.

Abriu consequência para uma obra de três contos de réis, quando a sua necessidade era com a manobra urgência reclamada, seria descurar a execução do melhoramento.

Ninguém faria a obra por preço inferior aquella por que foi contractada; os interesses da fazenda fôrto devidamente atendidos; e d'aquele a quatro meses estarão realizados os reparos de uma estrada necessária porque interessante as comunicações entre Camasquim e a futurista colônia de S. Feliciano.

Em 21 de Agosto desta anno mando a presidência celebrar contrato com Manoel Patrício de Arambuja para a construção por empreitada da ponte sobre o arroio Divisa.

Permitiu a administração um «processo» ao Sr. Arambuja, que milita nas fileiras liberais?

Seria de desejar que «Reforma» fizesse mais justiça aos sentimentos de probidade de seus adversários; mas no exame que trilhou aquela folha actualmente, não será possível conseguí-lo.

O insulto e a difamação serão sempre as suas armas.

Estudos e orçamento. — Pela lei do orçamento provincial vigente, em suas disposições transíbrias, art. 3º § 6º, está o presidente autorizado a mandar fazer os estudos e orçamento de uma estrada de rodagem, que, a partir do riacho do Padiá, município da Cruz-Alta, se dirija à ponte do Butucaráhy, passando pela colônia de Santo Ângelo, município da Caçoeira; e alié haja S. Ex. não tenha previsão de qualidade alguma nesse sentido, falece por falta de engenheiro.

A estrada em questão é reclamada por uma grande população, que se propõe a roçar as matas que, junto ao poço aberto por particulares, ficam na margem direita do Jeochy.

Una grande parte dos habitantes da colônia de Santo Ângelo, preparam-se para fundar novas habitações nas margens da futura estrada, desde que seja ella uma realidade; pois são uberrimos os terrenos que se oferecem nessa parte da serra.

A assembleia liberal, decretando esses estudos, tem por objectivo satisfazer necessidades urgentemente reclamadas; e o administrador não deve deixar de mandar realizar esses estudos de que a assembleia provincial tanto necessita.

O tempo corre; a estação é a mais própria possível; por isso, pensamos que o governo não descurará este serviço, princípio de um grande melhamento material para as regiões de Cima da Serra.

Nada pedimos à S. Ex. senão o cumprimento do seu dever; breve reunir-se à assembleia e então tomar contas do presidente, que com a sua iniciativa, sacrifica os maiores interesses da província.

Rio Grande
25 de 1872

A vitória liberal da Encruzilhada. — Retiro a «Reforma» e seu correspondente da Encruzilhada e voltar as boas para boca fora, a propagar-as à angulo do mundo a «explanidas» visto que seus conselhionários alcançaram a Encruzilhada.

Pois o grande alívio.

Ante as sérias lutas dissensos que em vista da escandalosa qualificação, contavam com a eleição perdida e os nossos amigos só a pleiteando, para darem aos adversários prova de real união do partido conservador na localidade.

Esses factos nos garantem o futuro.

E quanto nos basta: os liberais que despediram uns seus trunfos eleitorais na Encruzilhada.

É não tentar fomentar intrigas entre os conservadores, como a que teve o correspontente a propósito da plantação da cláusula do nosso prelínscio amigo Sr. Machado da Fontoura.

Tal exortação não se deu, como bem provou o fatto de haver sido o Sr. Mibelli o segundo votado da chapa conservadora.

Tais são os meios que os liberais empregam, desprendendo por comprehenderem que ante a união do partido conservador, fuga o terrível Webster dos pés.

Vadimor a daga partilhada.

«Vogado dos interesses cruz-albenenses, que, com quanto entimamente os seus conselhionários daquela localidade lhe houvessem cedido os poderes, recomendando-lhe espaço e silêncio para não acarregar de terras, quis ainda assim dar-lhes novo signal de dedicação.

Sua reclamação é inutil: o governo da província atende às necessidades da mesma e as disposições da lei do orçamento, na medida de suas forças e por quanto chegavam apenas ao 6º mês do ano, estando em andamento quasi todas as obras decretadas.

«A reforma podendo ser justa, recusa a comissão que o Sr. Dr. Carvalho fez, que tem sido extremamente severo e apelado na execução das medidas decretadas.

Mas que importa a «Reforma» a verda de dos factos?

O que elas querem declarar, para fazer impresso ao longo, embora lhe venha depois um pedido de cedem positiva para selar a boas, afim de não entorpecer o resultado....

Junta de Justiça. — Ferteis no invento, os gazeteiros da rua Nova emprestarão ao Sr. Dr. Carvalho intervenção para com os membros do conselho de disciplina a que respondeu o capitão do corpo policial, por aquim da Cruz Ferrreira práticas do mesmo corpo. A intervenção de S. Ex. originou-se, segundo os escriptores da gazeta da rua Nova, em militar o capitão Ferreira Soares nas fileiras liberais.

Se assim fosse, a mesma perseguição se desenvolveria em relação a alguns outros officiaes do referido corpo, que commungão as mesmas idéas políticas daquele capitão.

Se a vontade do Sr. Dr. Carvalho de Moraes era não contemplar na nova organização do corpo policial o capitão Soares, quem lhe impediria de tornar efectiva essa vontade, independente do conselho de disciplina, condenação e confirmação de semelhante condenação pela junta de justiça?

Que necessidade tinha S. Ex. de criar dificuldades à realização de seus desejos no caso de dar-se a absolvição do accusado, como naturalmente darse-hia, se fosse inocente ou conseguisse destruir a accusação?

O capitão Ferreira Soares, viseiro e viseiro em espancar práticas do corpo policial, ainda pelos motivos mais fúteis, espancou e ferio gravemente a alma, e procurando esquivar-se à responsabilidade do acto que praticara, ratou de evitar a divulgação do mesmo acto, obtendo que a praça offendida calasse-se, indo tratar-se em casa e seu pai, onde conservou-se por mais trinta dias, sem que as feridas cicatrizassem.

Transpirando o facto, demos a elle liberdade, e reclamamos providências energicas do administrador da província, a quem então fazímos oposição e applaudia a imprensa liberal.

O administrador da província, proclamando como lhe cumpria, tratou de informar-se e verificar a verdade ou falsidade da accusação produzida pela imprensa, então oposicionista. O facto era verdadeiro.

A praça espancada e ferida teve ordem de deixar a residência de seu pai e presentar-se no quartel, ordem que foi, sendo imediatamente recorrida ao hospital.

ocurrou-se obter de semelhante declarações que innocentasse o offensor, o que não se conseguiu, denodo exame medico nos feridos.

mentos, quando mais de trinta dias houver decorrido, declararão os peritos a existência de feridas, com carácter syphilitico, no paciente do exame.

Sabe-se que, geralmente, os ferimentos por instrumentos perfurantes e cortantes tomam carácter syphilitico, ou as syphiles em tais ferimentos desenvolvem-se mais tarde.

A declaração dos medicos, em lugar de destruir, corroborava, pois, a prova do facto criminoso, imputado ao capitão Ferreira Soares.

Isso deu lugar à ordem de proceder-se a conselho de investigação.

Os membros desse conselho, levados do espírito de classe, e por outras considerações que julgavam desnecessário expender, declararão não haver matéria para a accusação.

Uma solução tão contraria à evidência dos factos não devia prevalecer.

Ordenou, e ordenou bem, o administrador da província que respondesse o oficial accusado ao conselho de disciplina.

Este, apreciando devidamente o allegado e provado, com patente benevolencia condenou o accusado unicamente a um mês de prisão.

Admittir-se que os membros desse conselho declararão previamente ao accusado que não tinha crime algum e seria unanimemente absolvido, daria lugar a firmar-se um triste juizo de semelhantes cidadãos.

Uma tal declaração não exprime mais do que um de tantos inventos ou repugnantes falsidades dos gazeteiros liberais.

A pêcha de lavianos e inconfidentes repellem, lanço de si os membros do conselho de disciplina, com especialidade o relator, magistrado e consciencia da importância da nobreza de Almeida Braga, o qual deu o seu voto de que o processo susurrava brandeamento de grande estrelas militares o qual do céo, e magistrado, myriades e myriades de luas surge no horizonte chamas de Grécia terra-silenciosa seu deus morto, e

Embora tenta elle eximir-se da responsabilidade de certos escriptos que aparecem na imprensa de seu partido, não pode della escapar-se, não sómente por ser elle o director da imprensa e chefe do partido, como porque sua linguagem, seu estilo são sobejamente conhecidos entre nós.

A seu lado figura, rivaliza na mesma beleza e moderação de linguagem o representante genuino do illustre cidadão Francisco Gomes de Freitas, o irmão-universal.

A Reforma de hoje, no aprimorado estilo, na beleza de linguagem com que se dirige à primeira autoridade da província, não desmente, nem desmentirá jamais a bussola que a dirige nas lutas da imprensa.

Vencer por meio da diffamação e da calunnia, do ridiculo e da zombaria, aquillo que não pode conseguir pelos meios legaes.

A perseverança toda a causa alcança; a gazeta liberal entende mais que a ousadia tudo vence, de mãos dadas com a porfia.

Reconhecendo fraqueza ou cobardia no adversario na manha por que combate nas lutas politicas, o orgão democrático apavorava-se de amor proprio, de atrevimento, e como um possesso arremessava contra elle, a ver se o confunde, se o suplanta por meio do temor ou da oppressão.

Encontrando, porém, obstaculos, resistencia aos seus desmandos, a gazeta liberal recua pusillanime, pois que é proprio das almas saturadas no vicio empregarem contra os corações bem formados aquillo a que já estão avessadas a supportar como antídoto empregado no veneno de suas paixões.

A tempestade começou de novo e debaixo de lugubres auspícios.

O Sr. Dr. Carvalho de Moraes que se prepara a ouvir bellezas e primores, iguas ás que já ouvirão seus dignos antecessores, os conselheiros Pinto Lima e Figueira de Mello.

Prepare-se S. Ex. a tragar saborosos fructos, que produzirão de hora em diante os succulentos escriptos da Reforma; a ouvir as amoroosas saudações que constantemente lhe dirigirão as gentis minhocas, que, na abalizada opinião do folhetinista do Rio Grandense, farião honra a qualquer corporação de respeitáveis quitandeiras da praia do peixe.

Pelo comecar, pelo ribombar da tempestade, S. Ex. já terá reconhecido quaes serão os seus futuros resultados.

A Reforma já o disse: preparar S. Ex. as malas de viagem, e ir engrossar na corte o numero dos presidentes subservientes e incapazes.

Constitucional 28 de 1861

Começa a procélia. — Como previamos, num aceno da Eolo o orgão democrático abriu de novo as furacões politicas o seu terrível antro, e elle, pois, a despejar de novo furiosas ventinas.

O grande chefe dos demagogos da gazeta da rua Nova, que quando escreve com a responsabilidade de sua assignatura, se mostra tão comedido de linguagem, ostentando uma brandura, uma modestia que farão inveja ás pudibundas Vestas, se torna inteiramente o inverso quando o faz envolto com o véu do incognito.

Então eriça furibundo a frondente coma, abre desmesurado as ingentes fauces, das quais vomita o virus peçonhento da calunnia e da diffamação.

A prova do que avançamos está na maneira pels qual o culto do liberalismo escreve sob a responsabilidade de sua assignatura, e quando o faz sem esta:

Reforma
30 de 1861

Rio Grande
30 de 1861

Melgueira: — A cidade de Porto Alegre vai ser despojada dos terrenos, que serviam de logradouro público dos seus habitantes, barqueiros, caiafares e mais empregados da ribeira.

Como não há de ser assim, se consta geralmente que os mil contos, em que importam os bens que se pretende roubar ao município, dão para pagar aquela despesa presidencial, como deram para pagar à um embajador de propósito enviado ao Rio de Janeiro, o até o primeiro parecer do conselho de Estado!

Quando se diz: que o paiz está sendo governado por uma quadrilha, que o explora em proveito de seus interesses individuais, os ladrões todos se entrespam e arripam, e gritam com tanto horror: que oposição! que homens malevolos são os liberais do Rio Grande!

Mas o povo rio-grandense victimas das orgias da um Costa Pinto, celebradas pelo actual redutor do Rio-Grandense, que nos provoca a republicar-nos, da ignorância de um Pinto-Lima, dos disparates de um Figueira de Mello, decantados pelo mesmo redutor do Rio-Grandense, e das patologias indecentes de tráfico que está fazendo o Sr. Carvalho de Moraes com a causa pública, o povo rio-grandense, dizemos, sabe muito bem o que valem essas lamúrias, compradas e pagas com o dinheiro da província.

Consol-se o Rio Grande, que em breve terão lenitivo suas queixas; a presidência passará ao grande fofocum, o ilustre suplente de vereador, o Sr. Olinto, 3.º vice-presidente da província, e guarda da moeda de palácio, esparsando com dez mil réis por dia!

Isto é que é homem! isto é que é partido!

Viva a paça e toque a musica.

Bum, bum!

A Nação. — Este importante órgão conservador da corte tem ultimamente escrito diversos e longos artigos em defesa dos conservadores da província, que têm sido agredidos nas colunas da «Reforma» por um preposto do Sr. Silveira Martins, o Sr. Luiz Braga Junior, que segue para a corte assim de representar os amigos da «Reforma» d'aquei nas colunas do órgão liberal no Rio de Janeiro em relação aos assuntos de Bagé.

Trata reverentes os importantes artigos da «Nação» nos próximos números, e por nossas reas nos ocuparemos com o Sr. Braga Junior, que, sendo entidade absolutamente secundária na imprensa e na política da província, tomou na corte certas ares de importância, graças aos poderes que sem dúvida levou d'aquí.

Compre notar que a «Reforma» da corte não tem transcripto os artigos da loja liberal d'aquí, limitando-a a prestar assuntas colunas ao Sr. Luiz Braga Junior.

Agradecendo em nome do partido à Ilustrada redação da «Nação» o valioso concorso que tem prestado aos seus correligionários, reservamos outras reflexões sobre o assunto para a occasião em que transcrevermos os artigos.

Continuação de desastres. — Em Pelotas agitava-se escapulado o «maestro magnus» da imprensa.

Vendo cair expassos na arena o notável gladiador, filho do ilustre general Osório, resolvem o Sr. Epaminondas d'Arruda oferecer aos golpes conservadores os seus potentes hombros a silo que pula para a frente, armado de «pied en esp.».

Reservando nos para quando recebermos o «Jornal do Comércio», (que não veio às nossas reas) o direito de apreciar detalhadamente o ocorrido, limitamo-nos hoje a transcrever a seguinte chistosa crítica feita pelo espirituoso correspondente do «Diário do Rio Grande».

«Decididamente, como do dia que Orleans, o rei da França, podia minha mal dizer, que no seu nascimento uma deusa a ele não presidiu, a de seriedade e suster, porque em vida da chalaca, como a salamandra do fogo.

«E como não ver assim, se quando chorava, como Jezabel, o esplendor do Dr. Osório, se impressa, era quando justamente o Dr. Epaminondas d'Arruda, carregando o canhão, e arripiando os cabos, com sua linguagem do seu de madame Gênesis e dos mistérios de Rodópico, se preparava a esmagar o «Jornal» com a mais copiosa torrente de adjetivos e qualificativos.

«Santo breve da marca! não sei se a pergunta de Dr. Osório gachon com a afia da Dr. Epaminondas. No meu caso, é com isto, era com o.

.. Ao fogo do prêmio, o segundo respondeu com um vulcão, em quase palavras dançando desenfreado cancan com os mais sonoros epithets.

.. Ao errado gramaticais e palmarés do Dr. Osório, traz o Dr. Arruda, que é mesmo um bento ramilhão de erudição, das quais com que as velhas parturientes borrafavam assassinadas parturientes, traz o Dr. Arruda digo, mal biscoitos, para assentarem conservadores.

.. Não ha nada, para mim, que iguala ao prazer de confrontar estas paroxysmos do Dr. Osório; e os liberais vos pedimos, os liberais não querem a os liberais só; faizemos oposição com estes bellissimos primorosos de linguagem, de estylo e de amavel poidez do Dr. Arruda».

.. Partidas, mestros, impudicos, humores de gelo, seu patrício, despetados repulidos das armas, calculistas fracos, padudos desalmados que unicamente é a moção do amor de poder e do interesse, faciosos que não rendem homenagens a razão, escriptores que querem impingir nos seus leitores drogas, maledicências, e

Decois disto, se isto:
.. Certeiro que revendo o .. Uro .. de assentamento de baptismo, n. 280, da 4. encontrei n'ella que aos 11 dias do mês de Dezembro de 1873, nessa tipografia do «Diário de Pelotas» baptizou solemnemente e por os pais liberais na .. innocent .. — Opposito —, que nasceu há Deus quando, filha legítima do Dr. F. L. Osório de sua sanguinaria imaginaria aquelle natural desta cidadã, este natural do paiz dos anhás, tendo sido padrinhos o partido liberal e o prestigio do nome; E para constar, mandei passar a presente, que vai só por mim assinada.

.. O viganão — REDAÇÃO.

Jaguarão. — Dessa localidade transmittem ao «Echo» a seguinte noticia, que não deixa de ter seu tal e qual interesse:

.. O orgão liberal d'aqui, declarou apoiar a presidência, e sacrementou que a maioria da deputação provincial do 2.º distrito defenderia na assembleia provincial a administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes.

.. Que «cheque» para o «rib. no» e o Camarguinho. O Fiorenzo que é o chefe da dissidencia, já declarou nas suas circulares para aqui, que assina e conta com certa somar o bástão da ch-fatura do partido em antes de tomar assento na câmara temporaria.

.. Diz elle em suas ultimas cartas que o Galpar Indestruga e corrompe.

Declaracão. — O Sr. João Carvalho de Barcellos declarou ante-hontem na «Reforma», que é sómente autor de folha tins, publicados naquela folha.

E justamente que sabíamos a personagem falamos em «collaborador» e não em «redactor».

O desafogo com que os amigos da «Reforma» acompanharam a publicação da declaração do Sr. Barcellos devolveu-nos intactas as suas autógrafas.

Discordia. — A par de um importante artigo da «Atalaia do Sul», que amanhã estamparemos e que deixa bem clara a saudade que reina nas fileiras do partido liberal, graças à impositiva conduta da «Reforma», trouxe-nos o vapor noticia de outro rompimento da relativa aliança.

E o Sr. Francisco A. Gomes da Costa, que com vigor rebatia nas colunas do «Jornal do Comércio» da Pelotas as denças do Dr. Arruda à proposito da licença do Dr. José Queima.

Nisso que sobre o assunto diz o correspondente do «Diário do Rio Grande»:

«Kem a discordia no campo do Agrimania, como dizia o grande Homero, que também costava de cortar um pouco.

O Dr. Carvalho de Moraes tem sido agredido pela imprensa liberal e por ter proseguido a liença do Dr. Queima, que se está estudando na Europa, e por ter sido a promulgada com o ordenado que tem esse emprego provincial, e o galante é que aquela quem pensa que o presidente fez bem, a que semelhante despera ainda pode aprovar a província.

O «Diário» traz hoje a respeito uma publicação do Sr. Francisco A. Gomes da Costa, ou por outro do Costinha, que tem costas, e que costas, onde, com doce voz, como quem pisa manso, para não quebrar ovos, ainda dá sua tudinha menos má nos amigos.

E verdade que elle também só sabe a campo por um acidente, e por isso mesmo mais meritória é a arguição que faz aos companheiros.

Se o Costinha continue assim, temos em posse de ouvir gritar:

Homen só mor!

O Dr. Arruda, o bestinho para exercer

mais contra o tio-bicho, agora lá de sua chácara Théophile Ottini, des em tomar

ré para si o «Diário», deixando ao Dr. Osório apenas pouco trabalho.

Quem dir chacra Théophile Ottini, é com se dissesse gabarito de S. James, paciencia de R. Christy e outras bagatellas do mesmo quilate.

O engrapado é que elle se está festejando e mantendo seda, e está mesmo brabinho a no «Jornal», porque lhe tocou nas ferias.

O «espirituista», noturno, grandiloco e incônciliável escritor, e menos com brilho, vel orador ainda, morador no Theo. Jo. Ottini, engrapou-se por pouco, p. r. q., uns qualificativos, quando de tantos abusos tra para com os conservadores.

Qser judeus, armas da cavalaria, quando ja fez agressões, e agir, como a cossa vai cheirando à chumasco, já quer meter-se debaixo do galpão.

Nada, isto não pode ser. Venha para o terrível, e lombo duro!

E depois só atraia, e de nos contrários com um gato morto, a república, por exemplo, at que elle ou ella mis. »

Nº 8

Discussão sobre transversação de um artigo do
Echo do Sul contra o Dr. Gaspar
da Silveira & Martini.

REVISTA POLITICA.

TRANSCRIÇÃO.

X Transcrição. — Os leitores do «Rio-Grandense» sabem que nas transcrições que do «Echo do Sul» fizemos, relativas à pessoa do Sr. Silveira Martins, cortámos, substituindo-os por reticências, todos os ataques à vida privada desse senhor.

Se posteriormente transcrevermos do «Echo do Sul» um artigo em que S. Ex. foi acusado de haver obtido um favor do governo imperial mediante pagamento a S. Ex. feito pelo interessado, foi porque o Sr. Silveira Martins não se cansa de chamar os seus adversários de mercenários, ganhadores, etc.

Os primeiros ataques que S. Ex. dirige a todos aqueles que por uma ou outra razão lhe merecem agressão, foram quasi sempre a probidade e a honra do agredido.

E assim que o honrado Sr. Ignacio José Mendes foi acusado de haver obtido fortuna por meios ilícitos; é assim ainda que com a maior má fé invertem-se os factos, querendo nodiciar a reputação da honesto e probo de qua incontestavelmente gosa o Sr. coronel Lopes.

Que muito é, pois, transcrever-se idêntica acusação articulada por outra folha contra o Sr. Silveira Martins?

E' infundada?

Nós o ignoramos, mas se for, é ter paciencia, porque infundadas também foram as injurias que o Sr. Silveira Martins assacou aos nossos amigos, a nós, a todos os seus adversários.

Fazendo a transcrição que fizemos, usámos, pois, de simples represalia.

Não transcreveremos, porém, todas aquelas partes dos escriptos do «Echo», que dizem respeito à vida privada do Sr. Silveira Martins.

Fomos leaes até essa ponto.

Hoje mudou o caso de figura:

A «Reforma» transcreveu hontem ataques à vida privada, e portanto não temos razão para não proceder da mesma forma.

E, pois, transcrevemos hoje o artigo inicial do «Echo» sobre o Sr. Silveira Martins.

Quem com ferro fere, com ferro será ferido....

ECHO DO SUL.

Com incrível insolência e desenvoltura de linguagem, a «Reforma» publicou dois artigos sobre a polícia do Rio Grande, atacando e injuriando desabridamente aos Srs. capitão-tenente Ignacio José Mendes e capitão Theodolindo Antonio da Rosa, e a todos os suplentes da subdelegacia de polícia.

Só um louco ou um ábrio escreveria tanta infâmia e calunia, não respeitando sequer a opinião publica.

Felizmente o autor dos escriptos reune essas duas qualidades, acrescendo ainda a de covarde calunniador.

O Sr. Silveira Martins, porém, está possesso, e por isso não faz mais do que cumprir as ordens de um miserável louceiro desta cida de, o famigerado Juca Rosa, que o paga para injuriar e caluniar as autoridades policiais do Rio Grande.

O «tribuno» entretanto deveria ser mais commedido, e lembrar-se que já teve de fugir covarde e vergonhosamente do Rio de Janeiro, para evitar o justo castigo que o capitão Madureira ia inflingir ao cynico detractor de reputações alheias.

A lição lhe deveria ter servido de experiência.

Quem tantas mazellas tem em si, não pode erguer a voz para acusar quem quer que seja.

Porque não trata o «tribuno» da deshonra que levou ao seio de sua propria família, raptando uma sua prima, e fugindo com ella de Bagé para Montevideó?

Porque não fala na bofetada que deu em sua velha mãe, ainda há bem poucos annos?

Porque não publica o numero das extorsões feitas à seu fido pão, razão por que este em seu testamento, que o «tribuno» agora quer anular, quasi que o desherda?

Porque não trata do abandono em que por vezes tem deixado sua esposa e filhos, levando para sua propria casa a adultera que raptara em Bagé?

Porque não qualifica de infame o acto que praticou, recebendo dinheiro para ir defender os assassinos do inditoso Dr. Cavalcanti, seu corregionario e correspondente da «Reforma».

Porque sim! não declara quanto lhe paga o miserável louceiro Juca Rosa, para escrever em desabono das autoridades policiais, da mesma forma que lhe pagou seis contos de réis para rojar-se aos pés do ministro da justiça, enganá-lo e obter para aquella Rosa a patente de tenente coronel?

Dessas infâmias é que o «tribuno» deveria tratar, se quizesse prestar um serviço à sociedade, expellindo de seu seio um miserável leproso como é o autor dos artigos da «Reforma»?

Responderemos em artigos especiais ao Sr. Silveira Martins, arrancando a máscara que ainda se prende por flos na desfazada cara de tão torpe vilão.

Castigar-lhe-hemos a ousadia, o desafogo com que, lazaro, coberto de pustulas, tem ainda coragem em fallar em nome da «sociedade honesta».

Manda a justiça, que se diga, que toda a imprensa da capital, nobremente indignada contra a vilania do devassado escritor da «Reforma», protestou em energicos artigos, defendendo as autoridades policiais do Rio Grande.

No proximo numero transcreveremos os artigos do «Rio Grandense», «Jornal do Commercio» e «Constitucional».

X Transcrição: — O «Rio-Grandense», jornal sustentado à custa dos cofres públicos e redigido sob as immedias vistas do Sr. Carvalho de Moraes, com verdadeira infâmia transcreveu o acervo de calumnias, que contra o illustre parlamentar e nosso distinto amigo Dr. Silveira Martins, publicou o «Echo do Sul», pasquim muito conhecido nesta província, e despresado pela opinião publica pela geralmente reconhecida immoralidade de seu redactor, Pedro Bernardino de Moura, tipo do bandido e do crapula.

Tanto maior torna-se o cynismo do Sr. Carvalho de Moraes, quanto ainda hontem do «Echo do Sul», pedindo permissão aos nossos leitores, extratamos a mais veemente verrina pelo mesmo jornal publicada contra o director espiritual da presidencia e redactor em chefe da folha oficial, Carlos de Kozeritz.

Os grosseiros insultos e injurias do «Echo do Sul», repetidos pela honrada trombeta do Sr. Carvalho de Moraes, não alcançam, nem fere o talentoso chefe liberal Dr. Silveira Martins, porque são mentiras torpes, só inventadas pelas ruins e rasteiras paixões de um vil ganhador; e porque a elevada posição do offendido, o prestígio e glórias que circundam seu nome de uma popularidade nacional, o defendem desses pequenos ataques, que morrem nas trevas cobrindo de ignomina seu autores.

O «Rio-Grandense», para justificar a sua transcrição, allega represalia; porém infame represalia é essa, que responde verdades duras com mentiras infames.

O «Echo do Sul», apesar de ser um miserável pasquim, à respeito de Kozeritz disse só verdades; e quanto ao nosso amigo não serão os insultos, as injurias e as calumnias dos ganhadores, que vieram explorar em seu proveito esta terra, que o despreza, que lhe arrefecerão o ardente patriotismo e a sagrada dedicação com que cura do bem publico, nem lhe abaterão animo varonil experimentado em mais clivada arena.

Os grandes homens, assim como os sinceros admiradores, também encontram calúnias que ladraram à sua glória, e zoilos que tentam deprimi-los.

A transcrição do «Rio-Grandense» é uma prova da grande pureza d'alma do nosso amigo; porque puro é o político, nesse paiz, que contra si só deixa ao adversário a faculdade da calunnia.

Calumniar embora, miseráveis, bandos, essa é a vossa missão; procedendo assim, agradais aos vossos amos, ao miserável partido que deshonorais servindo, e esse incapaz individuo à quem a proteção da criadagem do paço agarrou pelas orelhas para collocar no cargo, que indignamente está exercendo.

A REFORMA.

PORTO ALEGRE 10 DE DEZEMBRO.

A redacção da Reforma.

A assim como só pela transcrição na Reforma feita há dias, tive conhecimento do escrito de Pedro Bernardino de Moura contra Carlos Koser, assim também só pela notícia da Reforma soube da transcrição feita pelo Rio-Grandense, que não li, das infamias e calúnias vomitadas pelo Rio contra mim.

Fiz bem o redactor do Rio-Grandense em transcrever-as; eu não queria dever-lhe a menor atenção — estou vingado pelos extraordinários elogios que ainda há pouco me fazia.

Não me rebato a defender-me de injúrias tão asquerosas, que trazem consigo o documento de falsidade.

Não ha entre os meus amigos e conhecidos, quem não conheça o desprendimento com que sacrificou aos meus correligionários a minha pessoa e os meus interesses.

De meu saudoso pai, que deu-me sempre provas de especial predilecção, guardo ainda a carta, que perguntava-me o modo porque pôde fazer o seu testamento, e diz-me: por meu falecimento serás senhor de minha terra, e não terás que trabalhar, como me tem acontecido, para viver tranquilo.

E eu, depois de informar-lhe da maneira que devia proceder, respondi ao seu generoso oferecimento:

Vmce deu-me dote superior ao de todos os meus irmãos, dando-me uma educação elevada para eu poder servir com glória o meu paiz, e os meus amigos; peço-lhe pois, por amor da justiça, que iguale-me em bons materiais aos outros meus irmãos.

Assim procedeu elle; e dias antes de expirar, dizia aos filhos que lhe estavam em redor do leito, que deixava mehorario, em testamento, seu filho José Luiz, não porque merecesse mais do que os outros, senão porque era o menos feliz.

Para comigo foi sempre generoso, senão porém certo que nunca lhe pedi nada, e muitas vezes recusei o que me ofereceu.

Por meu amigo Dr. Pio Angelo da Silva, que havia ido a Bagé, mandou-me recado, que fosse imediatamente se queria encontrar o vivo;

A meu cunhado e amigo Antônio Ferreira Ramos dizia, ainda, na véspera da minha chegada. — Ah, se o Gaspar chegasse ao menos nestes dois dias, ainda podia abraçá-lo e quando, em delírio, ouvia os gritos festivos das crianças que brincavam nas ruas, dizia logo — ah! vem o Gaspar.

Na noite em que cheguei, encontrei-o em perfeito juízo, mas sufocado e abatido, debruçado num travesseiro colocado sobre uma mesa, na sala de visitas, tendo diante o meu retrato, que estava em frente ao seu próprio.

Meu irmão Belchior, que era o mais novo, e o único de seus filhos, que, podendo dizer, vivia com elle, seu socio, e administrador de suas estâncias, disse-me:

«Chegaste a tempo, mano, que nosso paiz em passado, hoje, todo o dia, com os los pregados no seu retrato; e elle, dando-me a bênção que lhe pedi, beijando-lhe mão já fria, balbeciou — Deus te abençoe, já achas-me em muito máis estado, sinto não poder conversar contigo, mas irei ao menos o prazer de ver-te antes de morrer.

No seu testamento instituiu-me seu primeiro herdeiro, para cumprir a sua ultima vontade; assignou termo imediatamente, em juízo, de aceitação do encargo.

Depois disto, precisarei refutar a infame calúnia de haver já mal levantado milhares de sacrifícios contra a minha velha mãe?

Precisarei contestar a estupida invenção de vir para Porto Alegre tratar de anular o testamento de meu paiz, causa que jamais passou-me pela cabeça?

A consciência — diz-me, que não; e o meu nobre partido, e os meus amigos, indemnizam-me soberanamente desses torpes ataques com a sua dedicação, porque têm a certeza de que não é o individuo infensivo que é atacado, é o homem político, que combate pela santa causa da pátria ultrajada, é o partidário que defende com vantagem as suas idéias contra o poder.

Nem as injúrias, nem as calúnias, nem as violências, nem o ferro, nem o fogo, me farão mudar a carreira trilhada, enquanto restar-me um sopro de vida, e os malvados que profanam os túmulos, que insultam os mortos e caluniam os vivos, terão a prova da minha coragem.

G. Silveira Martins.

Rio Grandense
20 de 1861.

REVISTA POLITICA.

Uma explicação. — Veja contente Gaspar S. Martins às colunas da «Reforma» declarar que não tinha tido conhecimento das duas publicações do «Echo do Sul», transcritas na «Reforma» e no «Rio Grandense», sendo pelo facto dessa transcrição.

Pois não é muito crível a causa, porque o mais activo redactor e o director espiritual de uma folha política, não estaria adquirir tais conhecimentos por mero acaso, nem menos quando não é a primeira vez que a «Reforma» transcreve o artigo contra o redactor do «Rio-Grandense».

Em relação ao artigo do «Echo» contra Gaspar Silveira Martins, acresce ainda que o «Rio Grandense» já transcrevera parte de um outro artigo, substituindo por reticências as allusões à vida privada.

E também não é crível, que o interessado não houvesse procurado saber o que della se dizia.

Mas enfim, seja como for, o que é verdade é que o meu conhecimento de linguagem em artigo assinado não diz com as verrinas com que constantemente agride os adversários sem assinatura.

Só quando a causa lhe toca por essa, é que o astucioso político lança mão dessa linguagem chata de sentimentalismo.

Ahi envolve-se nas alvas vestes da inocência e pudibundo vício, o rosto ante os excessos da imprensa, de que elle entretanto é o unico responsável.

Porque as vns injúrias que diariamente são jogadas ao administrador da província e aos adversários da «Reforma», por aquelle pasquim, tam de ser levadas à conta de Silveira Martins, não só porque elle é o director da imprensa e o chefe do partido, mas também porque a mudança de linguagem em relação à administração data desde a sua chegada à capital.

E quem de tais armas se serve, não tem direito a exigir dos adversários considerações que não sabe guardar.

«Quisque vult dicit, quae non vult audire.

Rechassando dessa das acusações que lhe foram feitas pelo «Echo do Sul», allega Silveira Martins factos que não nos compro examinar.

As acusações partiu do «Echo»: entenda-se elle pois com G. Silveira Martins tanto em relação á estas pontas quanto á outras de que o mesmo não tratou, mas aos quais indirectamente respondeu o celebre artigo sobre más ações e boas maximas, que rematou, reconhecendo que o homem é um vaso de fragilidades.

E sempre que Gaspar Silveira Martins se convence de uma causa:

E' que não só á elle, mas a outros também, nem as calúnias, nem as violências, nem o ferro, nem o fogo, os farão mudar a carreira trilhada, em que só os inspira a consciência do dever e a obrigação de rechassar es ataques, seja efectuados com toda a ostentação do desmando, ou sob a capa da hypocrisia.

Convence-se disso o homem, que da difamação systematica, do ataque pessoal, da injuria e da calunia, ha feito suas principais armas.

sa

~~Nic~~

Ostrigos diversos.

A REFORMA.

PÁGINA 11 DE FEVEREIRO.

Empresários. — Havia ainda visto a fóbia liberal com violência e suas palavras disseram da fita de ofício da diretoria de Silveira Lopes:

A. « Não temos a que fazer com isto quanto à fita de ofício, porque sabe que é um ato do coronel Lopes ou a posse. »

Foi por essa mesma razão que o Dr. S. não deu de 11 meses correspondente a sua graduação de professor.

Entretanto esta fita de ofício só foi publicada depois, provendo os públicos, que não a viram, que havia das mais boas intenções de Silveira, herói da dr. coronel Lopes, que apesar da sua má prova, por seu entusiasmo em seguir o que se lhe ordenava.

Quanto ao resto fui o Dr. S. promovido a tenente coronel por meritíssima e obteve a graduação de coronel, levando o comando todo o seu banguela e em diversas épocas a maior parte dos batalhões da infantaria do exército.

Houve desordem de notícias a favoráveis à fita de ofício do Dr. coronel Lopes, mas se de certas notabilidades liberais, que a « reforma » deve ser publicada.

A fóbia liberal continua seu seu历程, tentando atingir a reputação dos adversários a Lopes, supondo que a expulsão é de dura guerra.

Quando aír-se-á as consequências, e do ponto de Paraguai?

Veja-se, os anúncios da coronel Lopes e possíveis e possíveis, que aqui ensinou para prevenção os adversários da « reforma ».

O Dr. coronel Lopes agradecem ao Dr. Góes, a presidente, que está na sua fita de ofício, a proteção que está dando a ele, e, por sua vez, honra de modo tanto a diretor, dos seus amigos e seus amigos: não só a Lopes, como diretor também, que indiscutivelmente é o maior general da província de Paraná, mas de todos os que se dedicaram a sua causa.

Elegições. — Havia a clara indicação haveria nova reunião no mesmo dia, quando o Dr. Góes, a presidente, o Dr. José Francisco das Neves e o Dr. Antônio da Silva Lopes, fizeram o discurso de votação por parte do órgão liberal.

O ato da presidente foi baseado na ex-ponta disponibilidade de respeitosas lei e portanto não discutidas as necessidades da « reforma ».

« E sempre notar, o inteligente engenho de todos os Vascas, cada um deles a ex-ponto universais, demonstrou-se que empunhado um ato de respeito, de machine e encorajando um caloroso voto (do Dr. Lopes), portanto accepto. »

Não sacrificou algum de seus recursos, nem quis a prioridade as mesmas vantagens garantidas por estatutos, seu presidente, ter, servindo a expedição das suas ordens, enquanto permaneceu a expedição de Viana.

Mobilização. — Não só os mesmos pregoeiros de exercícios da polícia, mas grande número de influentes conseguiram o partido conservador, representantes do conservadorismo, das latifundias, do exército, estadual, estadual, representantes e outras pessoas militares, distritais, (nestas últimas presentes liberais, de ameaça d'afastar autoridades) e a poeira de armamentos trouxe cada vez a surpresa que há longos tempos não se via: bairros e os encontros entre os dissidentes dos cargos de chefia do diretor e chefe da polícia liberais e afastados.

Havia a rendida, em que passa a vir desse.

Dr. José da Silva Negreiros. — A julgar pelas fitas, que foram publicadas a nível das suas autoridades de Dr. José da Silva Negreiros, desse é que toda a ex-ponta de vir afastar os amigos aliados.

« O coronel geral das obras públicas, pedindo uma licença de 6 dias, teve a resposta de Dr. Dr. José da Silva Negreiros: »

Pois é impossível que alguém assim queira só poderia ir para alguma parte? »

Havia algumas leis que se impõe de se dar-lhe pelo momento de suas respectivas autoridades, achando-se agora de novo o seu longo?

Por parte das liberais, a. sete em 8. Julo ou 9. Jno. Dm. Pires e Pinto, da Alvorada dirigiam a eleição, porque não havia de ser amigo nenhuma para o mesmo dia?

As liberais sólidas, amigas de hereditários, patrimônios de monarcas, empregos etc., ainda vivem;

Só recurso de gabinete, ou empregos que é unica e única a fóbia liberal.

Dam-nos paciência e esperança! »

Eles eram de parceria com suas autoridades, amigos do Dr. José da Silva Negreiros, da Alvorada, amigo da eleição, porque não havia de ser amigo nenhuma para o mesmo dia?

As liberais sólidas amigas de hereditários, patrimônios de monarcas, empregos etc., ainda vivem;

Só recurso de gabinete, ou empregos que é unica e única a fóbia liberal.

« Ahora, pois, quer que ainda ainda é essa realidade. »

« Desejava que a fóbia, se com isso pudesse o parceria, era traduzido em favorável a que se lhe prometesse. »

« Se tal se der, o que não tem, apesar disso, com estabilidade a acreditar que alguma amiga, que melhor da que se acredita apesar de suas exigências da situação, encherá os exercícios nos afastados, a que me verá concordado, para conservar os exercícios da menor amiga. »

« Sim com toda consideração, de V. S. amigo, atencioso e criado, Dr. Góes Bittencourt, — S. C., 10 de Dezembro de 1872. »

Franceses. — Probatória a classe, sólidas sólidas, traduzem com rada francesa o presidente e a vila da partida conservador, agradando a análise e na sua preparação magistral para elemento trabalho de religião em religião ao partido liberal.

A discussão entre a direita já assumido a política oposta como Juiz na sua accepto.

Arrematapão da Impostos. — Foi regular a todos os respeitos a impostos conforme à lei, a arrematapão de impostos no principio de Terciary, apresentado pelo governo da província.

« Quando nos comparecemos à rá, para aluguelas da liberdade a sua propriedade. »

« Políticos e liberais em suas informações, que não a devem negar. »

Monteiro. — O colégio de alianças do Conselho público liberais e antenados, de 2. setembro de Dr. Afonso Chaves, declarando o espírito Theodólico da fóbia da fóbia, aconselha contra a sua formação, e, em sentido, de religião, considerando aquela mesma.

« Nossa sua valente argumento contra o presidente da fóbia-mão em relação às autoridades políticas da fóbia liberais. »

« Por falso se expõe não trazem-nos aquela religião acreditada que extremamente recomendamos à liberdade da polícia. »

Carta. — Dirigiu-nos ainda a nosso conselheiro e amigo, Sr. Dr. Bittencourt, a que abaixo publicamos:

« Comprei-me ultimamente Bedanque, que em nossas alegações à carta da mesma Sr. Dr. Bittencourt, que se passou entre nós, inscrevendo, não tivemos um só menor insinuação à S. S., de jez o carácter formalista sempre e continuamente a formar a maior distinção entre.

« Sr. Dr. Bittencourt, conheço-me, e sabe que, batonadas à diligência da franqueza, temos repugnância às imputações.

Nada mais ameaçaremos,

« Ilmo. Sr. alexandre H. de Moraes.

« Algumas das ligeiras alegações com que V. S. entendem dever acompanhadas a publicação da minha carta de 6 de outubro, dirijo-me ainda, a pena sólida vez, a dirigir-lhe mais algemas palavrás, com a sua especialidade de repudiar a insinuação que se seu escrito:

« Considero-me, e sempre corrigi-o, Sr. Dr. Bittencourt, pelos quase farto feridos corrigi-lhe assim, ligando-a resultados da assembleia provincial, que fazia suscitas e suscitadas, tendentes ao ramo - instrução pública. »

« Foi para o possível diretor da instrução pública, que sofria com a execução da lei que lhe deu uma nova organização; longe, porém, de pretender qualquer reprovação da actual presidente, sempre fiel declarado, e logo o respeito: eu mandei que me lhe示意 uma prova, qualque considerável, nessa sentença.

« Eu diria a que me referir, e que V. S. não mal poderei interpretar, datando latente a insinuação que expõe, ou aqueles que que tratam V. S., no seguinte período do mesmo escrito:

« Algumas actas do administrador da província, fornida pelo governador nome, contrário ao visto e interesses políticos do grupo conservador a que nos acham ligados por circunstâncias e expectativas, consideradas falsas ou obsoletas. »

« Podia assim acreditar, e era verdade: que aí se achavam os amigos das assembleias, das latifundias, das forças, que a fóbia liberal.

« Não podia achar que a fóbia liberal.

« A experiência meios mostrou a verdade de que Bento e dona fermeiro. »

« Nunca poli estar na minha insinuação, quando falou em separações, referindo-se a estrada de emprego, e aspirações a posturas illegítimas de nossas corrigições.

« Não lhes fago a injuria, julgando-as minimas, de supó-lhe semelhante intenção.

« Não dirá que lhe proponha ser auto-excomungado e renunciado o congregamento do partido conservador: que talvez ferisse credos,

« Peço-lhe, portanto, licença para afirmar que sou suspeito o contrario.

« A provinha consideravelmente a sua alegações a minhas actas.

« De a-lhe-se as Elas de um das das grupos no capital, com potenciais engrenadas, infelizes que a emigração esteja residual.

« Poderia-lhe-se falar, e se a fach seguramente, mas depois de verificada essa das duas hipóteses por mim expostas,

« A minha proposta, e conseguiu os amigos que acreditam que a comissão de serviço fôrma sua mesma excepção, contudo, E. Dr. afirma — terceiro administrado, e conseguimento resultado (7) de 1. fóbia das diversas localidades da província.

« Ora, se se opõem estes amigos divididos, como que ignora V. S., como willerem que o congregamento do partido é fato reconhecido, ai porque alguma das nossas amigas, embora muito respeitáveis, e seguramente por motivo muito valioso, se enganaram nos direitos a ser Dr. presidente?

« Affirme, pois, que aí é ainda ainda é essa realidade.

« Desejava que a fóbia, se com isso pudesse o parceria, era traduzido em favorável a que se lhe prometesse. »

« Se tal se der, o que não tem, apesar disso, com estabilidade a acreditar que alguma amiga, que melhor da que se acredita apesar de suas exigências da situação, encherá os exercícios nos afastados, a que me verá concordado, para conservar os exercícios da menor amiga. »

« Sim com toda consideração, de V. S. amigo, atencioso e criado, Dr. Góes Bittencourt, — S. C., 10 de Dezembro de 1872. »

intuito do corpo, a quem temido do espírito, a ponto de se não lembar de que disse o Dr. coronel Lopes.

O Dr. coronel Lopes tem o hábito de dizer:

Não.
E porque não tem?

Não é de certo porque sejam falsos os factos narrados.

Em 1862 o Sr. Lopes, ainda capitão, requebe ao Sr. marechal de Cáceres ser promovido a major por merecimento; e despediu, como todos sabem, foi que — a causa da expedição havia 19 capitais; e que, traduzido, quer dizer — que o Sr. coronel Lopes, só por antiguidade, poderia ser promovido, se por outra — que não tinha meritudo.

Seja como for, o despacho do Sr. Correia, de Rio, que nomeou o Sr. coronel José Antônio da Silva Lopes comandante do corpo policial, foi um erro tanto mais grave, quando a opinião pública apositava para esse cargo um coronel João Bento da Mota, de Rio, honrado, sério e disciplinado, em um coronel Francisco Ramalho de Souza Freijó, tipo de proibido e desonesto, que faltou de corpo um regimento de cidadãos distintos, amigos da ordem e respeitadores da propriedade.

O ato do Sr. Correia de Rio não deixa nem descreve o mérito de seu coronel José Antônio da Silva Lopes, nem de sua nomeação.

A fóbia oficial, portanto, mestre, e mestre sem preceita, porque os serviços prestados quando editor, não são os serviços diretos a comandos anteriores depois de incitadas ou temporais, como se acha em sua nomeação da polícia.

Ora, o Sr. coronel Lopes nem mesmo vidente devia ser nomeado comandante do corpo policial, incitando principalmente de mentes a ardor e a segurança policial, de garantir a vida e a propriedade da cidadela, porque o Sr. Lopes carece de força moral necessária para manter a disciplina de corpo, e da probidade exigida para merecer a adesão de soldados que tem de guardá-lo.

1.º Porque o actual comandante já exerceu esse cargo, e não foi bem exercido, tendo sido acusado de excessos ilegais contra os prapos, que eram muitas vezes empregadas em serviços particulares do comandante;

2.º Porque comete gerilmente, que o Sr. Lopes quando segundo comandou a crise de desvio, que o desmobilizou diante da sua rebeldia, que viu na sua crise o exemplo d'um crime, inflam para o mal, e arruinado com um comando de polícia;

3.º Porque é fato público, que o Sr. Lopes quando segundo comandou a crise de desvio, que o desmobilizou diante da sua rebeldia, que viu na sua crise o exemplo d'um crime, inflam para o mal, e arruinado com um comando de polícia;

4.º Porque é fato público, que o Sr. Lopes, no passo tempo em que o coronel Lopes comandou o batallão 11º Batalhão alçado em 9.43786167, que lá foi o principal descontente para os soldados a farda tão grande, número de oficiais como eram os comprometidos, foi com todo por ambição do coronel de guerra, confundido pelo conselho supremo militar, condannado a indemnizar com suas compatriotas o desfogo de cada e a sobre 3 meses de suspensão!

Ora isto tem-lhe lida a força moral perante os cidadãos, que não podem dormir tranquilos, confiando a sua propriedade à fóbia e à fóbia da polícia.

5.º Finalmente, porque — quando o Dr. coronel José Antônio da Silva Lopes fôr a sua valente a prisão dos militares, que polícia se nomeado para uma comissão superior à sua força, porque esti

que se encontra em pedanteiro mestre a mão sua escrava alheia.

Cada um no seu lugar e cada um com as suas atribuições.

E' absurdão a allegação, que serviços prestados quando válidos, não são os ofícios direitos a comandos actuais depois de invalidos.

O Sr. coronel Lopes não é invalido nem o comandante geral do corpo policial pertence ao serviço militar, ao qual disse respeito as disposições citadas pela « Rio-Grande».

Esse comando é serviço propriamente administrativo e não ser exercido por pessoa que tenha as preciosas habilitações, ainda que não fosse militar.

Mas o coronel Lopes é militar, na mais lata acepção da palavra.

Para o comando do corpo policial é S. R. não qualificado, que he ameaça, quando no tempo da fiação coronel José Leite se havia dado as mais ascendentes despedidas: um ex-freguês corporal, foi S. R. chamado a comandante, conseguindo moralizar uma corporação que estava no ultimo desmantilamento moral.

Tenho ocasião de recordar ao público as vergonhosas partidas que fizera com que o então major Lopes fosse chamado a comandante do corpo, recebendo assim honrosíssima prova de condigna da administração: que claramente justificou.

Poquinho «Reformas», que tudo irrita para dar golpe mortal na reputação do herói veterano, quanto ao seu primeiro comandante do corpo, não acham senão duas acusações: exégicas illegítimas e exagero de prega no serviço particular do comandante?

Honestas «acusações», cuja falta de base foi plenamente provada em tempo, são a reprodução do que disse na assembleia provincial da época o Dr. Magay.

Singular pretensão é essa da farta liberal.

O coronel Lopes não foi bem sucedido na seu primeiro comando do corpo porque foi acusado de exégicas illegítimas.

Então basta uma acusação qualquer sobre infidelidade, para considerar-se necessária nova comandante?

Ainda bem que a banalidade dessa alegação possa privar exuberantemente que o primeiro comandante do corpo, exercido pelo actual comandante, não oferece o menor motivo a encorajar serios.

E' tentativo em este ponto que mais poderia ter perdido na balança contra o coronel Lopes.

Mas a «Reforma» bem sabe que o Sr. Lopes foi o melhor comandante que o corpo tem tido; afirma que sua nova acusação para o mesmo cargo foi um ato júbilo, aprovado pelo próprio que a mesma comissão é, em época bem distinta, prestava o nomeado; ou é, salvo, não fôr exagero, infundado, porque o nomeado é o comandante e prega a folha liberal tinha candidato seu, que queria impôr à presidência.

Tal infidelidade no governo não lhes compete.

O presidente da província tem plena e absoluta liberdade de proceder como melhor lhe parecer na escolha dos auxiliares da administração; sua norma unica é o bem público e este tem em vista o Sr. Dr. Carvalho de Moraes, nomeando o coronel Lopes, cuja nomeação foi acolhida com unanimidade pelo opinião da província.

Nó destaca nesse aspecto da aplausos a romântica voz da «Reforma», despitada de porquê queria impedir a administração conservadora a formação de um partido, só seu.

Mas a aprovação ou desaprovação da «Reforma» nada significa, porque não é de sua competência.

Analisaria os actos da novo comandante, provendo abuso no exercício de suas funções, que estaria no seu direito.

Tudo o mais, nada vale.

Amanhã traremos detalhadamente das acusações da «Reforma» e daremos à lhe garantir que receberá cabal resposta.

REVISTA POLÍTICA.

Exames de preparatórios

— A atenção do público recomenda-nos o programa de matérias para o exame de preparatórios, que publicamos na parte oficial do presente número.

Eleição de S. João. — A São Joaquim anunciamos brevemente a vitória do liberal S. Jólio de Monte Negro.

Aguardava o resultado final da eleição e as informações dos nossos amigos para apreciar as perspectivas daquela encarnação eleitoral.

Nova carta. — Hontam publicou o «Constitucional», seu comentário, e seguinte carta do Sr. Dr. José Bernardino da Costa Bittencourt.

«Hon. Sr. Alexandre H. de Moraes. — Algumas poucas das algueiras apresentadas que V. R. entende deve acompanhar a publicação da minha carta de 6 do corrente instigo me acha, e pela ultima vez, a dirigir-lhe mais algumas palavras, com o fim especialmente de repelir a insinuação que se pôde suscitar no segundo período de seu escrito.

«Os actos a que me refere o nosso correspondente — Dr. Bittencourt, pelas a queixa fará, faráis corregidoriões nos mesmos, ligando-as a recolhimentos da assembleia provincial, que fôrto associadas e essas estatutas, pendentes a falso — ilustração pública.»

«Fala parte do passado director da instrução pública, que se refere com a sangue e sangue da lida que lhe deu uma nova organização: Jorge, porém, de prender qualche separação do actual presidente, sempre falso declarado, e hoje o repito: nada ha neste mundo que me faça aceitar uma prova qualquer de consideração nesse sentido.

«Os actos a que me refere, o que V. R. não mal procurou interpretar, deixando latente a indicação que repello, são aquelles

de que trata V. S. no segundo período do mesmo escrito:

«Alguns actos do administrador da província, tendo em consideração notícias, contradições, críticas e interesses políticos do grupo conservador a que nos achamos ligados por circunstâncias especiais, concedemos folhas ao elemento liberal...»

«Podia aqui arredondar, e são todos independentes da questão assembleira; dizendo, porém, de falso-o, porque o «Constitucional» já o fôr detalhadamente. «Não me orgulho, antes aconselho quando fôr necessário, a suspender das hostilidades à administração, desde que o orgão liberal, se impresso, se lhe dedique um appêndice, porque resguarda-me seguir o exemplo disponibilizado por semelhante motivo tinha concedido.»

«D'abô, porém, a falar alguma a um administrador que ainda não mudou de modo de proceder, que nos provocou o rompimento das hostilidades, a distância é grande.»

«Palavras não adiantam díspõem.»

«A experiência me tem mostrado a verdade de — «vamos Dançar e dança formosa.»

«Nossa podia estar na milha indecação, quando fôrrei em engrapar o, refutar-me a arrazo de emprego, e aspirações e pretensões ilícitas de nossos corregidores.»

«Não fôrrei a injuria, julgando-o por mim, se supõe-lhas semelhante intenção.»

«Não davido que lhe pareça esse acto consumado e irreversível o congresso-mesa do partido conservador; quod volta facit credidum.»

«Peço-lhe, porém, licença para afirmar por suspeito o contrario.»

«A província desliza entre a sua alternativa e a minha negativa.»

«De momento se os dileitos de um dos grupos na capital uns poucos mais engajados, não se seguirá essa unificação totalizada.»

«Poder-se-lhe-á fazer, esse a falar seguramente, mas depois da verificada, cosa das duas hipóteses por mim expostas.»

«É a mísma retórica, e sócio-matos dos meus amigos que acompanhavam a operação e que ainda se conservam firmes nas mesmas cores, embora V. R. affirme terem aderido ao congresso-mesa realizando-lhe as indúncias das diversas localidades da província.»

«Or, se as opiniões estão assim divididas, como não ignora V. S., como afirmar que o congresso-mesa do «Partido a Fato» consumado, só porque alguns dos meus amigos, embora muito respeitáveis, e seguramente por motivos muito valiosos, se em clangeram sua adesão? e ao Sr. presidente?»

«Afirmo, pois, que a união ainda não é uma realidade.»

«Despacha que o fizer, se cosa isso permite o partido ver traduzido em factos tudo o que se lhe prometeu.»

«Se talas dizer, o que não creio, aplaudiria com entusiasmo o seu discurso, salvo que, melhor do que se acharia expressar as suspeitas da «Reforma», embora muito respeitável, a que me referei consideravelmente para conservar honestas as suas muitas opiniões.»

«Somos todos agradecidos, da V. S. unica, eficiente e credível. Dr. Caixa Bittencourt — S. C., 18 de Dezembro de 1873.»

«A publicação da carta acima precedeu a seguinte declaração de referência da «Constitucional»:

«Compreendo unicamente declarar que em nossas apreciações é errata do mesmo Dr. Bittencourt, que se passou numero ligeiramente a S. R., de cujo carácter formosamente sempre e continuamente se fizeram e mais elevado juiz.»

«O Sr. Dr. Bittencourt embora unica, e sabido que habilitado a longo tempo de franzista, temos repreendido as insinuações.»

«Nada mais acrescentaremos.»

Diário da Ilha Grande. — Esse velho conservador faz a seguinte declaração:

«Escreve-nos os Pelotas um distinto conservador político:»

«A união do partido conservador por aqui não existiu a menor dúvida, quando o passado não é de profunda leitura.»

«Nos a scio de 2 distritos fôr exercida a profunda, porque elas só existem principalmente na divergência de certas indúncias.»

«E uma vez que estas se dão as mãos e que o interesse do partido, pôr idéias, sequer certas indúncias, só ha a menor dificuldade para a antecipação da parceria.»

«Daremos todos nós assim uma felicidade a maior a política conservadora, e o tempo se encarregará de approximar pôr conveniência das coisas a todos os caminhos.»

«Estou certo, para que este facto mais se manifeste, fazer uma observação:»

«O Diário está justamente na condição de concretizar para quanto antes ser realizada a paz na família conservadora; resta-lhe assim o dever de cumprir a sua missão.»

«E porque o não fizer? E lhe falha.»

«— Transcorrido os períodos acima, só temos um dia — mostrar como por todo o segundo distrito é geral o sentimento, a aspiração da unidade, da harmonia do partido conservador.»

«Ponto passa em nosso unico, porque o que não é de levar, para se nos empregar emergente superior a nossas forças.»

«Dividimos, porém, uma resposta, e é dando aquela, para ter paz, e para que compreendam nossos amigos o nosso pensamento.»

«Não oponemo-nos menor obstáculo a fundo: pôr contraria, tanto quanto pudermos, buscaremos por termo e limites à dissidência antipartidária.»

«O que mais que todo queremos é a vida, o jogo regular das partides, judicializando o governo do país pelo apoio e influência da opinião pública.»

«Esquecido o passado, desejamos que o partido conservador pela doutrina salvo e reflectida faga prevalecer suas doutrinas e por elas é só com elas triunfa.»

«Vencedor, governa bem.»

«Vencido, prepare-se, e salve-se-se, se o pharao do fator.»

«Em todo campo visto e humano, o bem deste país, encontra-se unica e solidamente pagando por idéias com o seu legítimo e constitucional adversário.»

RIO-GRANDESE.

Porto Alegre, 12 de Dezembro de 1873.

O NOVO COMMANDANTE DA POLICIA.

Hontam exhibiu a «Reforma» adiante o seu ilustre difensorio contra o distinto veterano coronel Lopes.

A parte dessa scripta que só respeito à pessoa do Sr. coronel Lopes contestaramos ameaça, porque precisamente de informações que ainda não faltam.

Limitamo-nos por haja a responder às considerações de orden geral, contidas no anúncio da folha liberal.

A «Reforma», mais uma vez inventa as posições e transgride a esphera de suas atribuições.

Permite-se-lhe da direito de alegar das ações de seu novo comandante de polícia.

Se elle classifica os desempenhos dos seus deveres, se mal servir o cargo, se cometer excessos e delitos, — a folha liberal

considera esta em seu direito considerando.

A escolha, porém, pertence exclusivamente à administrador, que não tem de dar contas a oposição, das motivações que a guarda.

A «Reforma» preferiu o Sr. coronel João Daniel ou o coronel Francisco Ramires, uns partidários.

O administrador da província, que só se inspira nas conveniências do serviço público, esqueceu o Sr. coronel Lopes, porque tinha razão para assim proceder.

«Quando...»

Aguarda a editor a procedimento do secondo, fascículo, — seja incorreto na consideração, — que esta no seu direito. Mas

SIGNATURAS

PARA O INTERIOR

Anno 1868

Seis meses 83000

TYPOGRAPHIA

RUA DOS ANDRADAS

reconhecer, por experiência própria, que aquelles que na oposição se apresentavam como os mais decididos zeladores das liberdades públicas, eram no poder o inverso do que precisavam, os seus mais encarniçados autocratas.

Que longe vai a distância do que se diz para o que se pratica.

Que das palavras nos actos o partido liberal no Brasil era o visor do pico d' Himalaya a descortinar o que se passa a seus pés.

Tanta confusão, tamanha certeza tinha os conservadores do triunfo de suas idéas, que pelo 1º distrito eleitoral da província apresentavam aquela chapa, muito antes de preverem a ascensão do gabinete de 16 de Julho.

Os verdadeiros conservadores não occultam, não se arreciam de manifestar as suas idéias; sómente occultam, sómente se arreciam desse procedimento os especuladores, os parasitas de todos os tempos, de todas as ocasiões, que em todos os partidos se agregam na prosperidade, para abandoná-los na adversidade.

Semelhantes às andorinhas, que só aparecem com o renascer da primavera, para occultarem-se durante o inverno, assim também procedem essas aves da arribação, que se chamam — mercadores políticos.

Corpo policial. — Indignamente atado ao pelourinho liberal, pelo *tribuno*, foi hontem o Sr. coronel José Antônio da Silva Lopes, comandante recentemente nomeado do corpo policial.

Não nos encarregamos de refutar o infame tecido de falsidades, contidas em columna e meia da gazeta da rua Nova.

Em nossa opinião, o Sr. coronel Lopes deve procurar o desforço legal, chamando aos tribunais o sicário de sua honra, de sua reputação e brios militares.

Pouco importa que as immunidades de que goza o diffamador, como representante da nação, o esquivem à penalidade merecida.

A fé de officio do bravo coronel, conforme declarou o *Rio-Grandense*, será publicada, e por ella admirado o cynismo do calumniador.

O Sr. coronel Lopes, sendo major, foi promovido ao posto de tenente-coronel por merecimento.

Não estava no caso o Sr. coronel Lopes, segundo o gazeteiro liberal, de ser nomeado para o commando do corpo policial, além dos factos caluniosos que lhe foram imputados, por ser invalido.

Não serão invalidos os Srs. coronéis João Daniel Damaso dos Reis e Francisco Ramires de Souza Feijó?

Não estabeleceu a propria assemblea provincial que para o commando do corpo policial fizessem aproveitados invalidos?

A lei de força policial preceituou que o comandante do corpo policial seria nomeado entre os officiass reformados do exercito e honorarios.

Só em dois casos é licita a reforma dos officiess do exercito:

Por incapacidade de todo o serviço de paz e guerra, isto é, absoluta invalidade ou falta de vigor, ou por má conduta habitual.

Será a este ultimo que se referio a lei de força policial?

Embora semelhante lei seja obra de regeneradores, não o acreditamos.

Invalidos, faltas de vigor, como o Sr. coronel Lopes, foram julgados os Srs. coronéis Damaso dos Reis e Ramires.

Estes, porém, por militarem nas fileiras liberaes, readquiriram as forças que haviam perdido, e que os membros da inspeção de saúde julgarão impossível que fossem readquiridas.

O que admira é que a imprensa liberal declinasse os nomes dos Srs. coronéis Damaso dos Reis e Ramires, pretendentes ao commando do corpo policial, e esquecesse o distintivo maior o Sr. Antônio Augusto da Costa, que igualmente era pretendente a esse commando, e com mais justiça lhe deveria ser dado que aquelles dois coronéis.

Não estará o Sr. major Antônio Augusto da Costa nas boas graças do *tribuno*?

Repugnaria ao escriptor da gazeta liberal declinar o nome do Sr. major Augusto da Costa, a par dos dois que declinou?

Quem sabe!

Quanto a nós, os dois coronéis em nada excedem em merecimentos ao Sr. major Augusto da Costa.

Pede a justiça que assim nos pro-

A REFORMA.

PORTO ALEGRE 12 DE DEZEMBRO.

Brillante triunfo.

Venceu o partido liberal de S. João do Monte Negro!

As tropelias, as ameaças, as promessas, deram-nas às mãos cheias, tudo caiu diante da energia e da dedicação d'aquella brioso povo, que inicia sua vida municipal, dando a mais esplêndida prova de seus sentimentos cívicos.

Auxiliado escandalosamente pela presidencia, não esperdiu o partido conservador meios para obter ali a victoria; e a tal ponto chegou o empenho que, em falta de outros, mandaram em comissão especial um chefe de repartição, não lhes embarrancando deixar assim à descoberto o alto protector.

Todo o seu assan, porém, toda a sua energia, toda arrogância mesmo com que falava—foram inuteis e perdidos.

A opinião do município de S. João é liberal; e derrubando, com a impetuosidade da onda, todos os obstáculos, havia mostrar-se em todo o esplendor de sua irradiação.

Esforçando-se com tão extraordinario empenho, não procuraram os conservadores, por certo, ver simplesmente colocados os seus amigos nas cadeiras da municipalidade do Monte Negro; seu fim era direto, mais dilatado o horizonte que visavam.

Destroçados completamente nas jornadas de Agosto e Setembro, queriam fazer acreditar, que a derrota era devida, não aos seus escândalos, a seus atentados, à seu nenhum valor na província, à franca manifestação da opinião, mas à divisão do partido; e que, unido este, como dizem que está agora, a victoria lhes seria sempre indisputável.

Não occultavam mesmo seu designio, e por demais o deixavam claro nas suas revistas, nos seus artigos, onde com ridícula petulância afirmavam o que a propria consciencia repugnava.

Os seus castelos, entretanto, começam já desmoronando-se, como um montão de ruínas que se esboroam ao simples contacto do vento.

Unido ou desunido, é o mesmo sempre o partido conservador, sem prestigio, sem valor no Rio Grande, repellido e repudiado pela opinião publica.

E por isso que elle, logo qua a província pôde pronunciar-se, foi estrondosamente batido; e por isso que agora ainda é derrotado e ha de continuar a sê-lo.

Sant'Anna e Encruzilhada hão de responder do mesmo modo à sua despresível jactância, condenando os que traficam com a província e os poluidos a quem abonam.

Não: o partido liberal do Rio Grande não perdeu ainda nenhuma de suas posições.

A sua conducta nobre, digna e elevada, merece ainda o mesmo apoio do povo riograndense, que o aplaude e o sustenta, cheio de heroico patriotismo.

Honra ao povo do Monte Negro!

A *Reforma* o saúda e apresenta o seu patriótico procedimento à esta terra do Rio Grande, que ha de inteira vitoriosa cheia de orgulho!

Constitucional

12 de 1868.

Inexactidão. — Continua a avançar o orgão democrático uma completa falsidade, asseverando que antes de 16 de Julho de 1868 tinham os conservadores vergonha de se dizerem pertencentes a seu próprio credo político, e que sómente em Rio Pardo o Dr. Antônio Alves Guimarães de Azambuja guardava enrolada a bandeira conservadora.

E' tão grave a offensa dirigida pelo orgão liberal a muitos e distintos caracteres do partido da ordem, que não podemos deixar de rebater-a.

O suado e distinto rio-grandense Dr. João Jacintho de Medonça, que ainda vivia naquela época, jamais se envergonhou de inculcar-se membro do partido conservador, do qual era uma de suas glórias; pelo contrario, vangloriava se sempre quando podia ter occasião de patentear as suas arraigadas convicções políticas.

Era um denodado athleta do partido da ordem.

Sen digoziamento, o Dr. Joaquim Jacintho de Medonça, também tem trilhado a mesma senda, sem nunca haver desmentido do aferro e dedicação que consagra às idéas que professa.

O Dr. João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato tem sido sempre o mesmo sectário ardente e infallível das idéias conservadoras, ostentando a sua costumada bizarría na manifestação dessas idéias.

Aqui na capital e em outras localidades da província muitos e notáveis membros desse partido, collocados em maior ou menor posição social, jamais occultavam as idéias políticas que professavam; se não faziam ostentação, alarde dellas, era porque reconheciam a inconveniencia de semelhante procedimento, extemporaneo ante a situação dominante.

A prova do que deixamos dito é que muito antes de sonhar-se, de prever-se a ascensão do gabinete de 16 de Julho ao poder, já se havia organizado uma chapa de deputados gerais pelo 1º distrito da província, com toda a probabilidade de victoria por parte della, victoria que se antolhava certa, inevitável, em razão da grande divergência que reinava então entre liberaes-puros e progressistas.

No domínio liberal-progressista contava certo o seu triunfo a chapa de que fallamos, e que se compunha dos seguintes cidadãos: Dr. João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, Dr. Antônio Alves Guimarães de Azambuja e Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, a mesma que saiu vitoriosa nos comícios populares de 1868, depois da ascensão do gabinete conservador.

Como tantos outros, o Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt muito antes já se havia segregado dos pseudoliberaires e se alistado nas fileiras do partido conservador, em razão de

Para aquelle, os conservadores, e para esta, os liberaes...

E admirável a tamanha audacia que ostentam em suas doutrinas, quando no poder, os homens do conservativismo!

Fóra do poder, remolos: humildes, meditabudos, agarrando-se à casaca dos liberaes para d'elles auferirem alguns fatores, esquecendo até que... foram conservadores, e buscando algum pretexto para condenarem o partido a que outrora pertenciam. Eis, em relevo, o perigo do partido conservador na província do Rio Grande.

Um partido d'esta ordem, nem mesmo como contrapeso presta!

Na oposição desaparecem: mergulham-se no nada, como o sol, depois de dar-tejar no poente os seus últimos raios amortecidos, mergulha-se todo inteiro no oceano.

Limitam-se então os conservadores a alguma comunicação, d'onde ihas possam provar algum meio de ganhar a vida e não estar-se de todo ocioso; a jogar o volante, a fabricar tijolos nas suas fazendas, e a disserem que não tem partido, e que ainda não se pronunciaram etc etc.

Eis mais alguns traços do partido que persistentemente declara que só elle serve para o governo, e os liberaes para a opos-

sita o jornal do Sr. Carvalho da ~~Propaganda~~, a propaganda é toda e exclusivamente dos pseudo-liberaes que não sabido impôr-se no país, como diretores, apossando-se da sua imprensa, imprimindo-lhe o caroço de semi-republicanismo, que não se confundiu com as opiniões da maior parte dos partidários, nem com as dos chefes de maior real prestígio.

Em primeiro lugar, devançou-nos sobremaneira essa propaganda contra os que, o orgão do Sr. Carvalho de Moraes, agravaram —pseudo-liberaes.

E distinção que nos quer dar essa folha, e a que é mister mostrar-nos de algum modo reconhecidos.

E por isso que nós, deixando de lado a entidade que personifica a redação do *Rio-Grandense*, só nos dirigimos ao partido que se deshonrou, pela falta de capacidade que confessou, collocando á testa do orgão de seu próprio partido, um indivíduo alheio à política patriótica, e que faz d'aquella um meio de vida.

Só perguntaremos a esse órgão: com que direito e competência fala, não já em nome do partido conservador, mas até em nome dos liberaes, e de seus chefes?

In sensato é realmente o *Rio-Grandense*!

Fique sabendo: antes de 16 de Julho haviam liberaes que se diziam moderados; depois d'essa época todos os liberaes tomaram uma só bandeira e pregam a mesma doutrina: as reformas, e a moralidade, como meio d'ellas, e não a corrupção.

Pseudo-liberaes, é verdadeira sandice, brotada do cérebro do *Rio-Grandense* e do nulo partido conservador que o inspira.

Os pseudo-liberaes apossaram-se da imprensa do partido, diz essa folha — criação de uma pôfeta do Sr. Carvalho de Moraes.

E verdade: elles se apossaram da imprensa do partido, mas do partido que a fundou com seus esforços e sacrifícios, e que a mantém do mesmo modo, sem ser preciso pôr as mãos nos cofres públicos para estabelecer a e pagar com os dinheiros d'eli tirados aos seus redactores, que com sacrifício servem à idéia e à causa de seu partido.

Se membros do partido liberal redigem o seu orgão, é porque tem capacidade e coragem cívica suficiente para assumirem esse encargo.

Não fazem elles como o pre-homem (?) conservadores, que na falta de pessoal idóneo, e no reconhecimento de sua incapacidade, chamam para redigir a sua folha, um homem que não pode nutrir seriamente sentimentos patrióticos, à cuja missão única se concebe a tarefa de dirigir pela imprensa a opinião de um partido político.

Os conservadores, porém, pensam diversamente.

Dizem elles: já que é mister sustentar um jornal à nossa costa, sustentem-o, embora interessando n'ele também os cofres da província, que entrariam em constrição.

Mas, reconhecendo a nossa incapacidade, e o nosso despreendimento pelas causas públicas, paguemos para encarregar-se da sua redação, ao primeiro que manifestar o que em nós fallece, seja elle muito engraçado á todo e qualquer sentimento de amor da pátria, e seja ou não cidadão brasileiro ou subdito prussiano ou turco.

E é esta a resposta que damos ao artigo — A propósito da propaganda:

Os mais distates que n'ele se encontram fizeram da oposição da Reforma ao Sr. Carvalho de Moraes, que o *Rio-Grandense* só parece insinuar ser inconstitucional (?), entregaram ao vento, por nenhuma consideração nos merecerem.

PROPAGANDA.

Em seu numero de domingo, disse o *Rio-Grandense*: que não faz propaganda contra o partido liberal, porque reconhece n'este utilidade, como elemento de oposição e contrapeso constitucional.

De maneira que, segundo a folha do Sr. Carvalho de Moraes, só para oposição e contrapeso serve o partido liberal!

E assim está lavrada a sentença do partido liberal...

Resignem-se, pois, o glorioso partido ao solemne veredit que sobre elle acaba de proferir o ilustre orgão palaciano!

Mais uma revelação acaba de fazer-nos o *Rio-Grandense*: um só partido (o conservador) dominaria e deve dominar no Império; o outro, (o partido liberal), só serve para ser governado.

Era melhor apagarem-se as actuais bandeiras dos partidos; fabricarem-se novas denominações, que ao modo do que pensa o *Rio-Grandense*, perderiam como o bronce, ou como o granito!

Assim, segundo a nova teoria do *Rio-Grandense*, deveriam os partidos dividir-se em partido governador, e partido gobernado.